

T583.52098151

FIL  
Tra

**FERDINANDO FILETTO**

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CAFÉ NA REGIÃO SUL DE  
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Edgard Alencar

LAVRAS  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2000

**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO  
CEDOC/DAE/UFLA**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

**Filetto, Ferdinando**

**Trajétoria histórica do café na Região Sul de Minas Gerais / Ferdinando Filetto.  
– Lavras : UFLA, 2000.**

**133 p. : il.**

**Orientador: Edgard Alencar.  
Dissertação (Mestrado) – UFLA.  
Bibliografia.**

**1. Café. 2. Complexo rural. 3. Complexo agroindustrial. 4. História regional. 5.  
Sul de Minas Gerais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.**

**CDD-338.13337**

**FERDINANDO FILETTO**

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CAFÉ NA REGIÃO SUL DE  
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

**APROVADA em 02 de março de 2000**

**Prof. Marcos Afonso Ortiz Gomes      UFLA**

**Prof. Luiz Marcelo Antonialli      UFLA**

**Prof. Josué Humberto Barbosa      UFLA**

**Prof. Robson Amâncio      UFLA**



**Prof. Edgard Alencar  
UFLA  
(Orientador)**

**LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL**

A minha filha, Fernanda, a quem tanto amo,  
ofereço.

À minha mãe, D. Maria,  
Ao Sr. Irineu,  
A meu irmão, Cleber,  
A minha esposa, Áurea.  
Presenteio.

E a meu papai,  
Na honra de ser seu filho,  
E na glória da felicidade que transcende.  
Vivo a vida!

Dedico

Ao sonhador solitário, ao insensato inveterado, aos bravos da resistência, às  
pedras de meu caminho, ao ingênuo solidário e aos sedentos de paz!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, a Universidade Federal de Lavras – UFLA e a Capes, pelo apoio ao meu desenvolvimento educacional.

Meu agradecimento mais especial será para o meu orientador, professor Edgard Alencar, pela amizade sincera, paciência extrema, empenho e confiança, que garantiram o êxito deste trabalho.

Ao professor Marcos Afonso Ortiz Gomes, pela atenção, apoio teórico e, principalmente, pela motivação e amizade.

Ao professor Luiz Marcelo Antonialli, pelo exemplo de profissionalismo e pela parceria, quando atuamos juntos na produção científica.

Ao professor Josué Humberto pela visão crítica e aguçada, que despertou em mim o desejo pelos caminhos mais amplos da História.

Ao Departamento de Administração e Economia da UFLA, por meio de seus professores, funcionários e alunos, pela formação profissional e pela amizade cultivada em todos esses anos.

Ao Museu Bi-Moreira, especialmente ao seu diretor, Ângelo Alberto de Moura Delphim, pela colaboração nas buscas iniciais de dados, tão necessários à elaboração dos fatos históricos que compuseram este trabalho.

Ao Sr. Eduardo Cicarelli, pelos inestimáveis documentos e pelas longas conversas.

A todos aqueles que, com seus depoimentos, enriqueceram este trabalho.

Aos amigos, Bernadete, Sálvio, Marco Aurélio, Lucas Guida, Paulo César Pomárico, Paulo César Lima e Sérgio Leite.

# SUMÁRIO

|  | Página |
|--|--------|
| LISTA DE SIGLAS.....   | i      |
| RESUMO.....  | ii     |
| ABSTRACT.....  | iii    |
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 01     |
| 2 CAFEICULTURA: DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO<br>AGROINDUSTRIAL.....                         | 07     |
| 2.1 O café no Brasil e em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.....                          | 08     |
| 2.2 O café no Brasil e em Minas Gerais: do final do século XIX<br>ao final do século XX..... | 14     |
| 2.3 Políticas de modernização da agricultura.....  | 42     |
| 2.4 O agronegócio do café no Brasil.....   | 48     |
| 2.4.1 Dimensionamento do valor gerado pelo agronegócio<br>do café no Brasil.....             | 50     |
| 2.4.1.1 Agregado I – produção cafeeira.....  | 50     |
| 2.4.1.2 Agregado II – indústria de solúvel e de torrefação e moagem.....                     | 50     |
| 2.4.1.3 Agregado III – exportador.....   | 51     |
| 2.4.2 Características dos segmentos do agronegócio do café no Brasil.....                    | 52     |
| 2.4.2.1 Agregado I - produção cafeeira.....  | 52     |
| 2.4.2.1.1 O parque cafeeiro.....   | 53     |
| 2.4.2.1.2 Unidades produtivas.....   | 56     |

|  |            |
|--|------------|
| 2.4.2.2 Agregado II - A indústria de torrefação e moagem<br>e o consumo interno.....     | 57         |
| 2.4.2.2.1 Indústria de torrefação e moagem.....  | 57         |
| 2.4.2.2.2 Distribuição e consumo interno.....  | 59         |
| 2.4.2.3 Agregado III – exportação cafeeira.....  | 62         |
| <b>3 CAFEICULTURA SUL-MINEIRA: DO COMPLEXO RURAL AO<br/>COMPLEXO AGROINDUSTRIAL.....</b> | <b>64</b>  |
| 3.1 O primeiro período cafeeiro da região sul de Minas Gerais.....                       | 64         |
| 3.1.1 Introdução do café na região sul de Minas Gerais.....                              | 65         |
| 3.1.2 Expansão do café na região sul de Minas Gerais.....                                | 71         |
| 3.2 Segundo período cafeeiro da região sul de Minas Gerais.....                          | 77         |
| 3.3 O terceiro período cafeeiro do sul de Minas Gerais.....                              | 85         |
| 3.3.1 O agronegócio do café sul mineiro.....   | 91         |
| 3.3.1.1 Agregado I – produção cafeeira.....  | 95         |
| 3.3.1.2 Agregado II – indústria de torrefação e moagem.....                              | 107        |
| 3.3.1.3 Agregado III – comercialização e exportação.....                                 | 111        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>115</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>120</b> |
| <b>ANEXO.....</b>  | <b>127</b> |

## LISTA DE SIGLAS

**ABIC** – Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café

**CAI** – Complexo Agroindustrial do Café

**CNC** – Conselho Nacional do Café

**CSN** – Companhia Siderúrgica Nacional

**DNC** – Departamento Nacional do Café

**DOU** – Diário Oficial da União

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EPAMIG** – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

**ESAL** – Escola Superior de Agricultura de Lavras

**FAEMG** – Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GERCA** – Grupo Executivo para Racionalização da Cafeicultura

**IBC** – Instituto Brasileiro do Café

**JK** – Juscelino Kubitschek

**PEM** – Plano de Estabilização Monetária

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PLAME** – Plano de Metas

**PRRC** – Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais

**PSD** – Partido Social Democrata

**UFLA** – Universidade Federal de Lavras

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFV** – Universidade Federal de Viçosa



## RESUMO

**FILETTO, Ferdinando. Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais. Lavras: UFLA, 2000. 148p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)**

Este trabalho teve como objetivo analisar historicamente o café da região sul de Minas Gerais. Consideramos objeto de estudo historiográfico obras literárias, documentos, textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica, documental e didática. Outro método utilizado foi o quantitativo, além da história oral e a história de vida que suplementaram os documentos oficiais. Nosso objeto empírico de investigação foi a região sul de Minas Gerais e a temática de estudo o desenvolvimento histórico do café nesta região. Atentamos para o conceito de região e espaço, como construção, processo histórico concreto, portanto, atravessado pela temporalidade e nela interferente. A expansão do cafeeiro no sul mineiro fez surgir uma paisagem nova: a paisagem do café. Onde era mata virgem, apareceram as fazendas auto-suficientes, emoldurando o planalto; provocou o crescimento de muitas cidades e multiplicou as vias férreas, substituindo as trilhas onde predominavam as tropas de burros. As primeiras culturas de café no sul mineiro foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do rio Sapucaí e rio Grande, em fins do século XVIII, por intermédio dos tropeiros que faziam a ligação da região com o Rio de Janeiro. O maior entrave à expansão da cafeicultura sul mineira foi a dificuldade de transportes. As vias de comunicação eram precárias e as distâncias a serem percorridas muito longas. Até o final do século XIX, a produção e exportação foram modestas frente a concorrência das áreas produtoras localizados mais próximos aos portos de embarque. O início do século XX trouxe uma nova dinâmica produtiva, graças às linha ferroviárias. O perfil produtivo mudaria somente na década de 1970 com o Plano de Renovação e Recuperação dos Cafezais, fomentado pelo IBC. O sul mineiro configura-se, atualmente, num modelo de complexo agroindustrial, apesar da maior parte de sua produção destinar-se à exportação. São 200 anos dessa cultura no sul mineiro, motivo maior que justifica a denominação de “tradicional região cafeeira”.

---

\*Comitê Orientador: Edgard Alencar – UFLA (Orientador), Marcos Affonso Ortiz Gomes – UFLA, Josué Humberto Barbosa – UFLA e Robson Amâncio – UFLA.

## ABSTRACT

**FILETTO, Ferdinando. Historical trajectory of coffee in the south Minas Gerais state. Lavras: UFLA, 2000. 148p. (Dissertation – Master Program in Management Rural)\***

This piece of work had as an aim a historical analysis on coffee in the south of Minas Gerais region. We consider as objects of historiographic study, the literary works, documents, texts of nature journalistic, memorialistic, biographical, documental and educational. Another method used was the quantitative one, besides the spoken history and the history of life that have completed the main documents. Our empiric aim of investigation was the south region of Minas Gerais and the theme of study, the historical development of coffee in this region. We call attention to the concept of region and space as building, concrete historical process, therefore, crossed by time and interfering on it. The expansion of the coffee grower in the south of Minas Gerais caused a new scene to appear – the coffee scene. Where there was virgin forest, the self-sufficient farms appeared, giving new frame to the region. It provoked the rising of many towns. It multiplied the railways, which came to substitute the tracks made by donkeys. The first coffee crops of south Minas Gerais were established in Aiuruoca, Jacui and Baependi, in the Rios Sapucaí and Grande valleys in the late 18<sup>th</sup> century, through the merchants who travelled on horseback joining the south of Minas Gerais to Rio de Janeiro. The greatest difficulty to the expansion of coffee crop in the south of Minas Gerais concerned means of transportation. The means of communication were very precarious and the distances very long. Until the end of the 19<sup>th</sup> century, production and exportation was small because of other areas of production which were nearer to the harbors of shipment. The beginning of the 20<sup>th</sup> century brought a new productive dynamism due to of the railways. The productive performance would change only in the 70's with the Plan of Renewing and Recovering of coffee crops, supplied by IBC. The south of Minas Gerais is nowadays a standard of commodities system approach, despite the fact that the greatest part of its production is exported. These last two hundred years of coffee related activities make the region deserving to be referred to as a “traditional coffee region”.

---

\*Guidance Committee: Edgard Alencar – UFLA (Orientador), Marcos Affonso Ortiz Gomes – UFLA, Josué Humberto Barbosa – UFLA e Robson Amâncio – UFLA.

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva analisar a trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais (RSMG).

O oeste do Rio de Janeiro, o vale do Paraíba fluminense-paulista, o oeste de São Paulo, a Zona da Mata mineira, as montanhas capixabas e o norte do Paraná aparecem na literatura como os principais espaços de expansão das lavouras de café no Brasil, sendo o espaço sul mineiro pouco citado.

Conhecida como tradicional região produtora de café, o sul mineiro, no entanto, não apresenta uma escrita histórica em que essa “tradição produtiva cafeeira” seja apresentada ou analisada.

Nos dias atuais, o café sul mineiro responde por quase metade da produção cafeeira estadual, sendo o maior gerador de rendas para a região e um dos mais importantes do estado. Minas Gerais responde por quase metade da produção nacional. Dessa forma, o Sul de Minas assume importância nacional como região produtora de café, situação resultante de arranjos competitivos, principalmente a partir de 1970, quando a cafeicultura da RSMG começou a assumir uma nova dinâmica produtiva.

Nos períodos posteriores, o uso de tecnologia e os aspectos conjunturais, em consonância com as características regionais, promoveram o desenvolvimento efetivo da cafeicultura da RSMG (Silva, S., 1998: p.106). É neste espaço temporal - de 1970 até os dias atuais - que se concentra a maior parte da produção científica relativa ao café no espaço sul mineiro.

Os períodos anteriores, provavelmente por não apresentarem uma dinâmica intensa, em comparação com outras áreas produtoras, foram pouco estudados. O que se visualiza, portanto, é um vazio de quase 150 anos na historiografia cafeeira sul mineira.

Nosso corte temporal de trabalho será, portanto, o ano de 1970, como uma forma de localizar o trabalho no tempo.

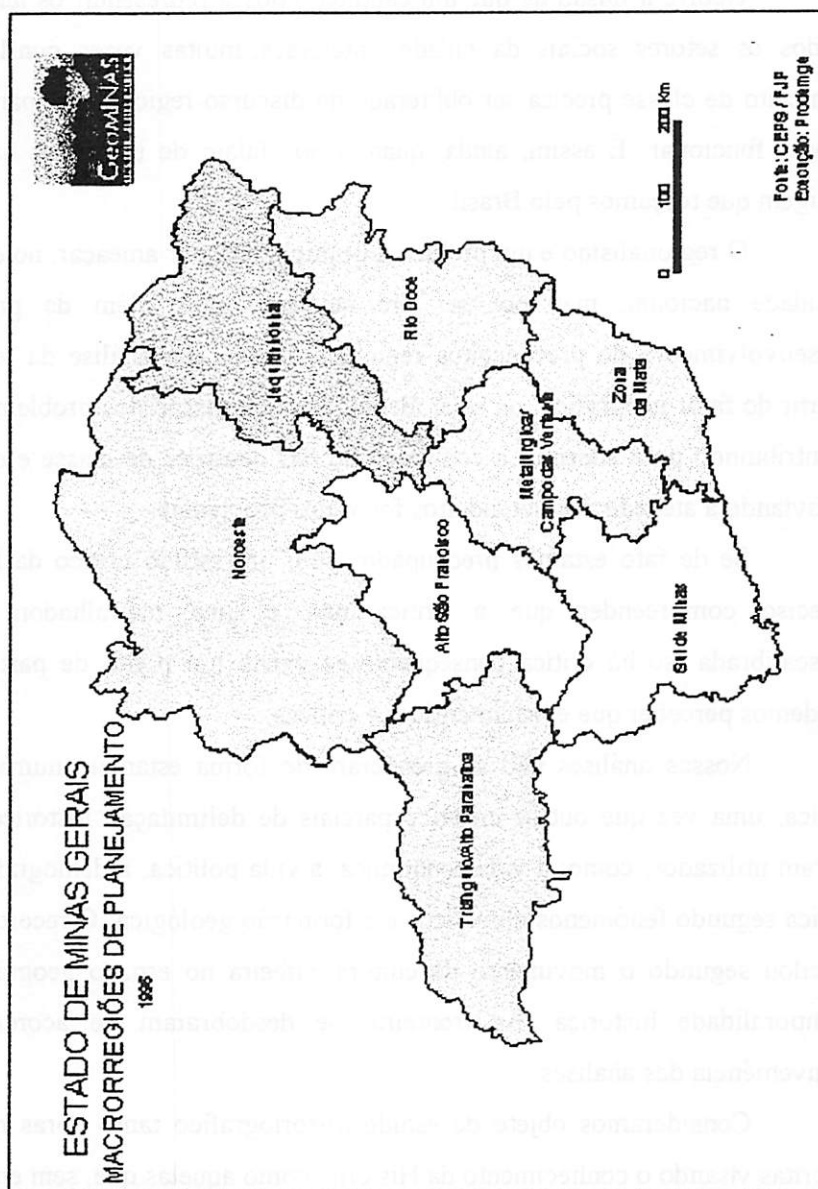
O espaço de estudo específico desta dissertação será a macrorregião sul de Minas Gerais (Figura 1).

A delimitação da área de estudo seguiu um critério de distribuição espacial político-administrativa, motivada, principalmente, por conveniência de localização geográfica. Trata-se de uma apreensão formal do meio como continente do processo histórico.

Formalmente, então, nosso objeto empírico de investigação foi a região sul de Minas Gerais e a temática de estudo o desenvolvimento histórico do café.

Atentaremos para o conceito de região e espaço como construção, processo histórico concreto, portanto, atravessado pela temporalidade e nela interferente. Para Silveira (1990: p.17), uma vez que os recortes espaciais já estejam definidos *a priori*, a relação região-história não se constitui, pois, num problema em si.

Para Cerri (1996: p.2), o estabelecimento de uma região como objeto de estudos é sempre algo delicado, pois implica em afirmar um mínimo de homogeneidade no recorte que se estabelece, sempre "para fins didáticos", quando sabemos que a multiplicidade e riqueza inerentes ao real passam ao largo dessa homogeneização. Em se tratando, porém, do discurso ideológico (que sustenta um de seus pés na história), procura-se estabelecer uma homogeneidade ainda mais distante da realidade, na medida em que apresenta uma *identidade*, interesses comuns definidos pelo "pertencimento" a uma determinada região. É o que vivemos, por exemplo, nas campanhas políticas proporcionais em que se costuma pedir o voto a alguém da cidade.



Fonte: URL - <http://www.geominas.mg.gov.br>

**FIGURA 1** Macrorregiões de planejamento do estado de Minas Gerais

Ocorre a ilusão de que um candidato possa representar os interesses de todos os setores sociais da cidade, interesses muitas vezes conflitantes. O conceito de classe precisa ser obliterado no discurso regionalista, para que este possa funcionar. É assim, ainda, quando nos falamos de interesses nacionais e exigimos que torçamos pelo Brasil.

O regionalismo é um problema político, não por ameaçar, no extremo, a unidade nacional, mas por ser um elemento que, além de propiciar o desenvolvimento de preconceitos regionais, baseia sua análise da realidade a partir do fator geográfico, ou seja, ideologiza a discussão dos problemas sociais contribuindo para suprimir a compreensão das questões de classe e de gênero, desviando a atenção dos verdadeiros focos dos problemas.

Se de fato estamos preocupados com um estudo crítico da história, é preciso compreender que a crítica não é uma metralhadora giratória descalibrada: só há crítica conseqüente se existe um ponto de partida, e daí podemos perceber que existem críticas e críticas.

Nossas análises não se prenderam de forma estanque numa fronteira física, uma vez que outros critérios parciais de delimitação histórico-regional foram utilizados, como: a vida econômica, a vida política, a demografia, a base física segundo fenômenos climáticos e a formação geológica. O recorte regional oscilou segundo o movimento da cultura cafeeira no espaço geográfico e na temporalidade histórica. As fronteiras se desdobraram de acordo com a conveniência das análises.

Consideramos objeto de estudo historiográfico tanto obras que foram escritas visando o conhecimento da História, como aquelas que, sem empreender investigações originais, utilizaram-se desse conhecimento para explicar a evolução de uma determinada formação social, política ou econômica.

Incluimos, igualmente, escritos circunstanciais – normalmente empenhados numa situação política – servindo à legitimação da reconstrução

histórica. Dessa maneira, não só obras originais, baseadas em pesquisa e interpretações abrangentes do processo histórico nacional, mas também textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica, documental e didática foram suscetíveis de análise.

Outro método utilizado foi o quantitativo, às vezes ironicamente descrito, segundo Burke (1992: p.29), como “cliometria”, ou seja, a estatística vital da “deusa da história”.

A história oral e a história de vida, como métodos válidos de coleta de dados, serviram à construção do processo histórico regional, suplementando os documentos oficiais. O depoimento de pessoas ligadas à cafeicultura sul mineira, além de complementar as outras fontes de informações, permitiu a abertura de novos espaços investigativos.

A escolha dos entrevistados baseou-se em indicações de professores universitários, pesquisadores, profissionais e produtores. Como forma de orientar as entrevistas foi utilizado um roteiro, tendo-se o cuidado de não influenciar ou induzir as respostas dos entrevistados, cuja identidade foi preservada pela adoção de nomes fictícios.

Foram entrevistadas quatro pessoas, sendo estes:

**“Sr. Valério”**

- 54 anos de idade na época da entrevista (1997),
- residente na porção central da RSMG,
- cafeicultor, empresário, agrônomo, ex-técnico do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e membro de diretoria de cooperativa de cafeicultores.

**“Sr. Luiz”**

- 48 anos de idade na época da entrevista (1997),
- residente na porção leste da RSMG,
- cafeicultor, agrônomo, ex-técnico do IBC e professor universitário.

### **“Sr. Sérgio”**

- 71 anos de idade na época da entrevista (1997)
- Residente na porção norte da RSMG
- Cafeicultor, exportador, empresário, ex-caminhoneiro (década de 40), ex-maquinista (década de 1950), ex-comerciante de café.

### **“Sr. Paulo César”**

- 58 anos de idade na época da entrevista (1997),
- residente na porção sul da RSMG,
- agrônomo, consultor para negócios do café, ex-assessor da diretoria do IBC (RJ), ex-assessor comercial de cooperativa de cafeicultores.

A análise de alguns períodos históricos do café na RSMG não foi completa, devido às dificuldades de se conseguir documentos, dados estatísticos e obras literárias que apresentassem os períodos em questão, no contexto sul mineiro.



## **2 CAFEICULTURA: DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL**

Este capítulo apresenta a trajetória histórica do café no Brasil e em Minas Gerais.

Serão nele citados os principais fatos e eventos relativos a esta lavoura, desde de sua introdução até a formação de seu complexo agroindustrial.

O tema principal desenvolvido neste capítulo consiste no processo histórico de transformação do “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais”.

Para Kageyama et al. (1990: p.116-117), a dinâmica do complexo rural era muito simples, determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. No interior das fazendas, produziam-se não só as mercadorias agrícolas para exportação, mas também manufaturas, equipamentos simples para a produção, transportes e habitação. Ainda segundo a mesma, a divisão social do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se indissoluvelmente ligadas; grande parte dos bens produzidos só tinha valor de uso, não se destinando ao mercado. O mercado interno praticamente inexistia, já que grande parte das atividades que deveriam resultar na formação do mercado interno estava “internalizada” no âmbito do próprio complexo rural.

O longo período de decomposição do complexo rural inicia-se em 1850 com a lei de terras e a proibição do tráfico negreiro, terminando em 1965 com a implantação do departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura em bases industriais modernas (Kageyama et al., 1990; Guimarães, 1981).

A produção agrícola passou então a constituir um elo de uma cadeia, negando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo e em grande parte as do complexo agrocomercial, prevalecendo até os anos de 1960. Esse processo desemboca na constituição dos complexos agroindustriais, que também se efetivam a partir da implantação da “indústria para a agricultura” e da estruturação da agroindústria processadora.

## **2.1 O café no Brasil e em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX**

Introduzido no Brasil em 1727, pelas mãos do sargento-mor (similar à Major na hierarquia atual do exército brasileiro) Francisco de Mello Palheta, através da Capitania do Grão Pará, proveniente da Guiana Francesa (Taunay, 1945 e Romero e Romero, 1997), o café foi produzido durante muitos anos em pequena escala e apenas para consumo interno. No final do século XVIII, porém, a produção de café do Haiti, principal exportador mundial, foi totalmente desorganizada, devido à longa guerra de independência que o país manteve contra a França.

Como consequência, o Brasil aumentou um pouco a produção de café, e embora em pequena escala, passou a exportá-lo regularmente. Nesta época (final do século XVIII e início do século XIX), a cafeicultura começou a se concentrar nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro, particularmente na mata da Tijuca. A Baixada Fluminense era, então, uma zona agrícola decadente, onde a principal lavoura - da cana de açúcar - apresentava perspectivas pouco animadoras. Isso deixava os fazendeiros da região predispostos a tentar cultivar um gênero agrícola novo, desde que o mesmo não exigisse:

- 1 - capital elevado;
- 2 - técnicas especializadas;
- 3 - mão-de-obra especializada.

E o café, comparativamente, não exigia nada disso. Com um investimento relativamente pequeno, utilizando equipamentos rudimentares e mão-de-obra escrava, era possível estabelecer uma fazenda de café de bom tamanho.

Segundo Valverde (1967: p.13), para a organização das fazendas de café do vale do Paraíba, enquanto os cafeeiros e os escravos vieram da costa (a partir do Rio de Janeiro) para o interior, os empresários que formariam a classe dos fazendeiros saíram do interior em direção ao mar, oriundos que eram, em sua grande maioria, das Minas Gerais, no último decênio do século XVIII. O meio de transporte de mercadorias (tropas de mulas) utilizado pela população mineira e os meios de comunicação (estradas e caminhos) também serviram, e muito, à expansão do cafeeiro, fatores que haviam ficado ociosos com o declínio da mineração.

As estradas, abertas durante o século XVIII, ligavam Minas Gerais (Via Serra da Mantiqueira principalmente, e ainda pela Serra dos Órgãos em direção à Zona da Mata) aos portos do Rio de Janeiro, Parati e Angra dos Reis, cruzando justamente a região em que se desenvolvia a cafeicultura (Sul de Minas e Zona da Mata).

Os meios de transportes, numerosas tropas de mulas até então ocupadas no transporte de mercadorias entre Minas Gerais e o litoral, podiam, portanto, iniciar imediatamente o transporte do café até os portos acima citados.

Finalmente, o grande contingente de escravos vindos do litoral, via tráfico negro, permitiu que os cafeicultores adquirissem a mão-de-obra necessária para suas fazendas.

Infelizmente, não se dispõe de dados sobre o número de escravos empregados nas lavouras de café. Sem dúvida, foi para atender às suas prementes necessidades de mão-de-obra que o tráfico negreiro cresceu extraordinariamente na primeira metade do século XIX, apesar dos compromissos internacionais, cada vez mais sérios, assumidos por Portugal – e pelo Brasil, após a independência – com a Inglaterra e da condenação moral desse comércio pela opinião pública.

A repressão ao tráfico, a partir da aprovação do “Bill Aberdeen” pelo Parlamento Inglês, em 8 de agosto de 1845, somando-se aos atritos entre os fazendeiros e traficantes, seus credores, mas por eles desprezados, levou a abolição definitiva do tráfico, em 1850 (Lei Eusébio de Queirós) e 1854 (Lei Nabuco de Araújo).

Dá por diante, a população cativa foi minguando, não só porque foram importados mais homens que mulheres, como também porque as condições de vida dos escravos determinavam uma taxa de mortalidade superior à da natalidade. A evolução dessa população pode ser visualizada na tabela 1.

**TABELA 1 Evolução da população escrava no Brasil.**

| <b>Anos</b>         | <b>Escravos</b> | <b>Livres</b> | <b>Total</b> | <b>% escravos/Total</b> |
|---------------------|-----------------|---------------|--------------|-------------------------|
| <b>1800</b>         | 1.000.000       | 2.000.000     | 3.000.000    | 33,3                    |
| <b>1823</b>         | 1.147.515       | 2.813.351     | 3.960.866    | 28,9                    |
| <b>- 1850</b>       | 2.500.000       | 5.520.000     | 8.020.000    | 31,1                    |
| <b>1872</b>         | 1.510.806       | 8.601.255     | 10.112.061   | 14,9                    |
| <b>1887 (censo)</b> | 723.419         | 12.690.581    | 13.414.000   | 5,3                     |

Fonte: Prado Júnior (1970: p.346).

Dentro da cidade do Rio de Janeiro formou-se o primeiro núcleo de mudas e sementes. No noroeste, os núcleos de São João Marcos e Rezende; no Norte, decorriam as grandes lavouras de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. Na sesmaria de Vassouras, ergue-se a capital do café brasileiro nas primeiras décadas do século XIX tomando, logo, progressivo desenvolvimento. Incrementou-se esta lavoura, sobretudo a partir de 1816 com a chegada de Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca (1782-1859), um dos mais notáveis pioneiros da cultura cafeeira nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No estado do Rio de Janeiro, a lavoura do café desenvolveu-se nos contrafortes da Serra do Mar, indo em direção ao Vale do Paraíba, onde chegou em 1825, espalhando-se em seguida, por São Paulo e Minas Gerais.

Temos, assim, uma explicação para a incrível rapidez com que a cafeicultura expandiu-se, avançando pelo vale do Paraíba e atingindo, já em meados do século XIX, a Província de São Paulo.

O vale do Paraíba tomou tal ascendência sobre toda a vida do Império que a ele chamavam, apenas, “o Vale” (Valverde, 1967: p.15). Este abrangia São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Finalmente foi de extrema importância a crescente influência política dos cafeicultores, o que decorreu também da expansão da atividade cafeeira. Situados em zona próxima à capital do Império, eles rapidamente compreenderam a necessidade de controlar o governo, utilizando-o em seu próprio benefício. Por isso, em poucos anos, os “barões do café” transformaram-se na facção rural que maior influência exerceu sobre as autoridades governamentais.

Os “barões do café” estavam no topo da pirâmide social do Brasil. Para se ter uma idéia do que representou essa nobreza rural na vida política e social do Brasil, basta dizer que, dentre quase mil títulos nobiliárquicos concedidos

pelos imperadores, cerca de um terço foi constituído por cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café (Valverde, 1967: p.12).

Parte dessa nobreza rural foi perdendo os seus líderes, porque muitos dos seus descendentes, especialmente a partir da segunda geração, tomaram-se absenteístas, e foram viver no Rio de Janeiro ou em Paris.

Abolido o tráfico negreiro, a grande massa do capital nele investido foi transferida para outros empreendimentos económicos. Fortemente vinculada ao café estava a construção das primeiras estradas de ferro no Brasil, cuja iniciativa coube primordialmente a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. O primeiro trecho ferroviário foi inaugurado em 1854 e ligava o porto de Mauá à raiz da Serra de Petrópolis numa extensão de 14,5 quilómetros. Dois anos depois começavam a circular os primeiros trens da E.F.D. Pedro II, entre o Rio e Belém (baixada fluminense), os quais chegaram à Barra do Pirai em 1864. Pela primeira vez, os trilhos venciam o obstáculo da Serra do Mar e, atingindo o Vale do Paraíba, com seu suave gradiente, tinham facilitada sua penetração em direção a São Paulo e Minas Gerais.

Com esta ferrovia crescera, do modo mais notável, a produção mineira de café; triplicando de volume num decênio, indo de 757.733 arrobas em 1857/58 para 2.149.354 em 1867/68 (Taunay, 1945: p.102).

Inaugurou-se o trecho Santos-São Paulo em 1866. Pouco mais tarde, fundou-se a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que conectou seus trilhos aos da outra estrada, levando os trens até Campinas-SP a partir de 1872.

Como dois gigantescos funis, a rede paulista e a mineiro-fluminense faziam convergir para os portos de Santos e Rio de Janeiro, respectivamente, as sacas de café produzidas nas áreas servidas pelos seus trens.

Com a instalação das ferrovias, os pequenos portos do litoral fluminense e norte paulista que serviam de entrepostos às tropas de muares perderam sua função e tombaram em ruínas. Os caminhos de tropas que varavam a serra foram

igualmente reconquistados pela mata, com exceção da estrada União e Indústria, que servia ao centro fabril de Juiz de Fora. Também em virtude do progresso da circulação ferroviária, a feira de burros de Sorocaba entrou rapidamente em colapso, na segunda metade do século passado (Valverde, 1978: p.20).

Se, na vertente da costa, poucas ferrovias juntavam toda a circulação de mercadorias, do café particularmente, no interior de suas linhas, troncos se ramificavam em labirintos de pequenos ramais que iam servir aos interesses dos fazendeiros influentes, passando-lhes à porta das propriedades. Este inconveniente se fez sentir especialmente no vale do Paraíba, Zona da Mata e Sul de Minas, devido aos seguintes fatores: o povoamento do fundo do vale; o relevo fortemente ondulado, típico de rochas cristalinas em clima tropical úmido; a falta de um plano diretor único e a constituição de várias pequenas empresas independentes.

Apesar de tudo isso, as ferrovias do café experimentaram um grande avanço. Em 1869, alongavam-se por 478 quilômetros, num total de 736 quilômetros existentes no país, e transportavam cerca de 4/5 da tonelagem de mercadorias conduzidas pelas estradas de ferro brasileiras.

À época da proclamação da república, São Paulo possuía mais de 1.200 quilômetros de ferrovias, o Rio de Janeiro, mais de 800 quilômetros, e Minas mais de 700 quilômetros (Lima, 1954: p.407).

O lado negativo estava no fato de que empresas capitalistas inglesas que tiveram pouca participação no pioneirismo ferroviário do Brasil tomaram posse, aberta ou veladamente, ainda antes do advento da república, de quase todas as ferrovias do país, as do café em especial, com exceção apenas da E.F. Central do Brasil, pertencente ao governo. Mauá, o precursor da industrialização, foi à falência, por ter o governo imperial lhe negado apoio financeiro num momento difícil. Os barões do café, que impunham sua política a esse governo,

favoreceram, pela omissão, o capital imperialista contra a burguesia industrial nascente.

A expansão da economia cafeeira introduziu, paulatinamente, diversas modificações positivas no Brasil, entre elas:

- 1 - substituição de mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado (através da imigração);
- 2 - modernização do meios de transporte, com a construção de estradas de ferro, rodovias e hidrovias;
- 3 - expansão da rede bancária e do crédito agrícola;
- 4 - modernização dos portos do Rio de Janeiro e Santos;
- 5 - dinamização das atividades comerciais.

## **2.2 O café no Brasil e em Minas Gerais: do final do século XIX ao final do século XX**

O perfil do sistema agrário brasileiro, às vésperas da implantação da República (1889), não era diferente da época do Império, pois baseava-se na grande propriedade, na monocultura e no mercado externo. Contudo, de suma importância para a economia do país havia sido a abolição da escravatura em 1888.

Prado Júnior (1970) observou que a abolição trouxe conseqüências distintas para diferentes regiões, atividades e proprietários de terra. Com a abolição, os empregadores e empregados precisavam concorrer agora num mercado livre de trabalho, conduzidos pelas condições de demanda e oferta em torno de um ponto convergente, o salário. Segundo o autor citado, nas antigas zonas cafeeicultoras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e em algumas partes de



São Paulo – típicos locais de exploração de menor rendimento – o novo regime de trabalho livre praticamente desestabilizou essas explorações. De modo contrário, nessas mesmas áreas, o latifúndio conseguiu se manter, com alta profusão da pecuária – por sinal, outra atividade que sobressaiu-se no contexto da economia mineira.

Convém citar, com base em Lima (1976), que nos locais de explorações de maior rendimento e no caso da lavoura cafeeira paulista, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, aliada à imigração europeia para São Paulo – em destaque a italiana –, contribuiu positivamente para que o café viesse a tornar-se o principal produto paulista e nacional.

Para Lima (1981: p.101), em Minas Gerais, especificamente na Zona da Mata, a transição do trabalho escravo para o assalariado se deu de forma extremamente débil: ao invés de homens livres, submetidos ao salário, predominaram largamente as arcaicas forma de parceria. Ao revés, em São Paulo, um regime de trabalho logrou sucesso, foi o colonato (Gnaccarini, 1980).

Ao que indica Lima (1981: p.24), em 1906 o salário médio diário para a lavoura cafeeira da Zona da Mata era de 1\$500 (um mil e quinhentos réis), sendo que em regiões dinâmicas do oeste paulista este nível já havia sido atingido por volta de 1883.

Com a Proclamação da República, realizou-se uma profunda modificação da política monetária, ao mesmo tempo em que ocorria uma alteração da conjuntura internacional. O fornecimento de créditos expandiu-se e efetivou-se a reforma bancária, com a criação de vários bancos de emissão. A cafeeicultura seria beneficiada essencialmente por dois fatores: a abundância de créditos, a relação entre a taxa cambial e a evolução dos preços internacionais do café.

A implantação das novas instituições brasileiras levou o governo, tendo em vista e escassez do meio circulante, a emitir papel-moeda, devendo recorrer à

circulação baseada em títulos do estado (Gurgel e Bernardes, 1974: p.17). Em 1890, fundou-se o Banco dos Estados Unidos do Brasil e no mesmo ano teve início a emissão de papel-moeda a que se seguiu especulação de títulos, dando origem à crise denominada “Encilhamento”.

Segundo Fausto (1985: p.202), a conjuntura favorável gerou uma enorme expansão das plantações em São Paulo e secundariamente em Minas Gerais, repercutindo no volume da produção, ao longo de muitos anos. A partir da safra de 1896/97, os cafeeiros plantados no período de euforia começaram a produzir, resultando em uma grande ampliação da oferta brasileira (Tabela 2), num momento em que os preços tendiam a declinar. Apesar da ampliação das exportações, a receita de divisas provenientes do café caiu seguidamente a partir de 1896, agravando ainda mais o problema do balanço de pagamentos.

**TABELA 2 Exportações de café do Brasil de 1890 a 1930 em 1000 sacas de 60 kg.**

| <b>Anos</b> | <b>Sacas</b> | <b>Anos</b> | <b>Sacas</b> | <b>Anos</b> | <b>Sacas</b> | <b>Anos</b> | <b>Sacas</b> |
|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| 1890        | 5109         | 1901        | 14760        | 1912        | 12080        | 1923        | 14466        |
| 1891        | 5373         | 1902        | 13157        | 1913        | 13268        | 1924        | 14226        |
| 1892        | 7109         | 1903        | 12927        | 1914        | 11270        | 1925        | 13482        |
| 1893        | 5307         | 1904        | 10025        | 1915        | 17061        | 1926        | 13751        |
| 1894        | 5582         | 1905        | 10821        | 1916        | 13039        | 1927        | 15115        |
| 1895        | 6720         | 1906        | 13966        | 1917        | 10606        | 1928        | 13881        |
| 1896        | 6744         | 1907        | 15680        | 1918        | 7433         | 1929        | 14281        |
| 1897        | 9463         | 1908        | 12658        | 1919        | 12963        | 1930        | 15288        |
| 1898        | 9267         | 1909        | 16881        | 1920        | 11525        |             |              |
| 1899        | 9771         | 1910        | 9724         | 1921        | 12369        |             |              |
| 1900        | 9155         | 1911        | 11258        | 1922        | 12673        |             |              |

Fonte: Romero e Romero (1997: p.330-331).

Na mensagem presidencial de 3 de maio de 1896, Prudente de Moraes fazia referência à enorme expansão da cultura cafeeira. Impressionados com a considerável extensão da lavoura de café – que aliás, constituía a riqueza do país – e isto sem que houvesse aumento correspondente no consumo, os presidentes de São Paulo e do Espírito Santo convidaram os demais estados produtores para uma conferência, que teria lugar em Petrópolis, no início de 1898. O objetivo era a organização de um sistema de propaganda, contínuo e de larga proporção, para a conquista de novos mercados consumidores. Segundo Gurgel e Bernardes (1974: p.17), apesar do apoio recebido do Governo Federal, nada resultou deste esforço.

A contínua redução da receita de exportações e o vulto da dívida externa levaram o país à beira do colapso financeiro e ao acordo com os credores externos, o conhecido “*Funding Loan*” de 15 de junho de 1898, firmado por Prudente de Moraes com anuência do futuro presidente Campo Sales, que viria a ser eleito em novembro daquele ano. O “*Funding Loan*” consistia em uma consolidação da dívida, da qual surgiriam maiores encargos. Antigos empréstimos e respectivos juros seriam pagos com novos empréstimos a juros elevados, o que ocorreria, aliás, também nas consolidações realizadas em 1914 e 1931.

Nos anos subseqüentes, novas tentativas foram feitas para solucionar, ou pelo menos amenizar, a crise, mas seu agravamento progressivo tornaria necessária, posteriormente, a realização de um encontro entre os presidentes dos três maiores estados produtores de café, marcando o início de um novo período na cafeicultura nacional.

Na cidade de Taubaté-SP, em 25 de fevereiro de 1906, os presidentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, assinaram um dos mais famosos documentos da história cafeeira do Brasil, o “convênio de Taubaté”., o qual tornou-se uma das peças mais analisadas, atacadas e defendidas de nossa história

econômica, e cuja divulgação teve enorme repercussão, não só nos círculos do comércio mundial, como nas rodas financeiras internacionais.

A assinatura deste convênio foi mais um esforço para a solução da crise estrutural de desequilíbrio entre produção e consumo, que vinha caracterizando o panorama cafeeiro do país. Suas principais bases foram a valorização do café, a regulamentação de seu comércio, a promoção do aumento do consumo e a criação da “caixa de conversão” – aparelho cujo fim seria a emissão de papel-moeda conversível em ouro, a uma taxa pré-fixada.

A última observação nos leva a considerar em que medida os produtores foram afetados pela crise dos anos 1898-1909. É difícil generalizar, dada a diversidade de relações de produção nas diferentes áreas regionais e as condições específicas de cada fazendeiro. Para o Sul de Minas, infere-se que a situação deve ter sido muito difícil para aqueles que haviam aberto fazendas recentemente e se encontravam endividados, com a utilização de créditos obtidos na fase de euforia.

Uma correspondência da Seção do Café de Belo Horizonte, enviada em 7 de maio de 1908 ao Sr. Pedro Salles (Presidente da Câmara Municipal de Lavras), pede que seja remetida a estatística da produção do café do ano anterior em Lavras. A correspondência sugere que se busque as informações nas estações da estrada de ferro (estações de Lavras, Perdões, Vigilato, Congonhal e Varginha).

Verifica-se aí que havia interesse no andamento das medidas de 1906 e nos seus impactos sobre a produção. No entanto, demonstra também a fragilidade do sistema de coleta de informações do governo.

Minas Gerais apresentou uma forte expansão na produção exportável de café no último quartel do século XIX e na primeira década do século XX. De acordo com Bacha (1988: p.22), de uma produção exportável média anual de 767 mil sacas de 1876 a 1880, Minas Gerais passou a 1,8 milhões de sacas

anuais de 1891 a 1900 e para 2,8 milhões de sacas anuais de 1901 a 1910. Para outros anos tem-se: em 1914, 2,1 milhões de sacas; em 1922, 2,8 milhões de sacas; em 1923, 3 milhões de sacas e em 1925, 3.5 milhões de sacas.

O aumento da produção cafeeira no estado de Minas Gerais, no início dos anos de 1920, deveu-se à ampliação das lavouras de café no vale do rio Doce (Minas Gerais, 1926: p.29-30). O café, em meados da década de 20, representava mais da metade do valor da exportação mineira. O debate, naquele período, girava em torno da conveniência da defesa do café contra as grandes oscilações sazonais em relação à produção/comercialização, e a alta dos preços estimulava o plantio em outros países. A concorrência limitava-se a América Central e era defendida em bases econômicas.

Em 1919, segundo o Recenseamento Geral da República de 1920, existiam no Estado de Minas Gerais 41.393 estabelecimentos produtores de café, cuja produção total alcançou a cifra de 2.527.503 “quintais”<sup>1</sup> (2.475.267 sacas).

A produção de todo o Brasil no mesmo período foi de 7.884.881 “quintais” (7.721.926 sacas), o que significa que Minas contribuiu com mais de 30% para esse total.

O número de pés de cafeeiros elevou-se em todos os municípios do estado, a 488.036.200 pés, ocupando uma área de 650.706 hectares.

Na mesma época, 1.721 estabelecimentos produtores de café dispunham de máquinas para o beneficiamento do produto (Minas Gerais, 1926: p.316).

---

1- Quintal = antiga unidade de medida de peso, equivalente a quatro arrobas, i. e., 58,758 kg. Holanda Ferreira, A. B. de. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 545

Em 1919, Minas Gerais produzia 2.527.503 “quintais”, São Paulo 3.341.892, Rio de Janeiro 816.418, Espírito Santo 618.989 e Bahia 253.286 “quintais”.

Para Fausto (1985: p.230), os anos de 1920 caracterizaram-se como o período do auge da agricultura de exportação, especialmente do café. Valendo-se do mecanismo de defesa permanente, a burguesia cafeeira ampliou sua predominância com relação aos outros setores da classe dominante. Contudo, a mesma defesa permanente provocaria uma grande expansão do plantio de cafezais, acarretando um crescente desequilíbrio entre a produção brasileira e as possibilidades de absorção do mercado mundial. O desequilíbrio se agravaria com o surgimento da concorrência colombiana e africana após a guerra. Os mecanismos de defesa brasileira entraram em choque com os interesses dos importadores americanos – ao contrário do que sucedera em 1906 – e estes passaram a operar em maior escala na Colômbia, que se beneficiava com a política de sustentação de preços realizada pelo Brasil. Nessas condições, a expansão trazia em seu bojo os germes de uma nova crise de grandes proporções.

Segundo informa IBC (1973: p.14), o Presidente Artur Bernardes não favoreceu a defesa permanente que, por isso, foi transferida para o estado de São Paulo. Nos últimos meses de 1924, foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, mais tarde rebatizado como Instituto do Café de São Paulo. Segundo Fausto (1985: p.229), até 1924, o Estado comprava o produto e o revendia em ocasião mais favorável, intervindo, assim, diretamente no mercado. A partir desse ano, com a criação do Instituto do Café, a intervenção tornou-se indireta, pois o Instituto passou a regular a parte da safra retida, ao menos formalmente, em mãos do próprio produtor.

Entre 1927 e 1929, as intervenções do Instituto se mostraram desastrosas. Um adiantamento aos produtores, com base no preço do café

estocado e não no custo de produção, foi utilizado por estes, principalmente para o desbravamento de novas terras e para novas plantações. O fantasma da superprodução rondava o cenário. Segundo Furtado (1974), o desequilíbrio máximo foi alcançado no ano da crise, 1929, quando a produção atingiu 28.941.000 sacas e a exportação absorveria apenas 14.281.000.

A aliança das oligarquias paulista e mineira, em que se assentava a estabilidade da Primeira República, tornar-se-ia mais problemática, chegando à ruptura em 1929-1930. Para Fausto (1985: p.232), as dificuldades em contar com a União como um instrumento seguro dos seus interesses levariam a burguesia do café a utilizar-se do poder político estadual, mais do que em qualquer outro período. Ao mesmo tempo, entretanto, a necessidade de controle da União tornar-se-ia premente nos últimos anos da década de 1920.

A crise econômica de 1929 na economia norte-americana, trouxe reflexos imediatos para toda a economia mundial. Nas áreas produtoras e exportadoras de bens primários, portanto extremamente dependentes na pauta de exportação de alguns poucos bens para obtenção de divisas, o “*crack*” de 1929 refletiu diretamente de modo mais incisivo.

O Brasil, dentro de uma dessas áreas, sofreu, diante desse quadro crítico para a economia norte-americana, conseqüências imediatas, não somente no plano econômico mas, particularmente, no perfil da sua sociedade política (Duque, 1976: p.31).

A Revolução de 1930 traduz de maneira clara esse processo transformativo da sociedade política brasileira, tendo como um parâmetro a própria crise econômica cafeeira.

A um tempo dominante e dependente, ao que afirma Fausto (1985: p.230), a burguesia cafeeira impôs no país, durante os três primeiros decênios do século, sua hegemonia social e política. Não se formou no interior da classe dominante, até os fins da década de 1920, nenhum grupo que apresentasse uma

opção viável, em oposição aos seus interesses. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros, como os que não foram apoiados por São Paulo (Hermes da Fonseca, por exemplo), nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo, com primazia, o setor do café.

A organização social da Primeira República, em síntese, é marcada pela predominância do setor agrário-exportador, pela inexistência de uma luta nítida de facções no interior da burguesia entre o setor agrário e o industrial, pela fraca integração nacional com predominância do eixo São Paulo-Minas e pelo caráter secundário das oposições de classe. Assim é, pois, que, do ponto de vista ideológico, os interesses dos vários setores burgueses não se definem diretamente segundo os critérios econômicos (não há o pensamento do grupo industrialista, os porta-vozes da pecuária, etc.) (Fausto, 1985: p.233-234).

Se a Revolução de 1930 se precipita com a perda de sustentação do governo Washington Luís, resulta basicamente da aliança temporária entre facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista. Os componentes sócio-econômicos desta aliança, entretanto, refletem difusamente na vida política, em razão do atraso político do país, pois não há partidos no nível mais amplo, nem associações de classe no nível profissional, que possam exprimir as diferentes aspirações (Fausto, 1985: p.246).

O jornal "A Gazeta de Lavras", no início de 1931, estampava a seguinte notícia:

*"Pelo que se depreende das notícias dos últimos jornais do Rio e de São Paulo, o governo está procurando uma fórmula para solucionar a questão do café. Parece mesmo que a solução está em bom caminho, pois o governo provisório da República e o de São Paulo mandaram aos Estados Unidos um emissário para um entendimento com os banqueiros procurando, se possível for, um adiamento perto de meio milhão de contos. É pensamento dos governos interessados no*



*assunto, fazer aquisição do estoque atual, mesmo porque duas terças partes do disponível já se acham financiados."*

Para Duque (1976: p.31), a crise mais séria, enfrentada pela economia cafeeira brasileira ocorreu em abril de 1931, ocasião em que os estoques reguladores de São Paulo atingiam aproximadamente 18 milhões de sacas. Por sua vez, a safra de 1931-32 chegara a 17,5 milhões de sacas e constatava-se que o Brasil contava com uma disponibilidade de 35,5 milhões de sacas. Diante desse quadro, o governo de São Paulo declara situação de emergência e propõe um acordo com os demais estados produtores, assinando, em 24 de abril de 1931, um convênio, cuja cláusula principal estabelecia um imposto de 10 xelins, em moeda estrangeira, incidindo sobre cada saca de café exportada pelo Brasil (CNC, 1932: p.5).

Com a Revolução de 1930 a situação cafeeira era, então, de tal modo premente que o novo Chefe de Estado não poderia eximir-se do estudo imediato do problema. Afirma Donato (1982: p.28) que "o valor de venda do café caiu em 30%, não havia mais crédito externo, estava suspenso o financiamento interno, bancos e agiotes executavam hipotecas sobre fazendas de café, propriedades tradicionais mudavam de proprietários, perturbações sociais e econômicas aconteciam no campo e na cidade, irritação geral contra a política econômica, contra os políticos, enfim, contra o governo.

O Brasil voltou-se contra o café. A cafeicultura passa a ter o perfil do grande culpado. Assis Chateaubriand dirá ser o café o "primeiro inimigo da ordem constituída" (Donato, 1982: p.28).

E, assim, na legislação do governo provisório, desde os primeiros dias, surgiram os reflexos desse imperativo, documentados por meio de uma série de atos decorrentes do exame da cafeicultura. O Instituto do Café de São Paulo foi reorganizado a partir de 6 de janeiro de 1931. Muitas medidas foram então tomadas sob a ação interventora do Instituto. Em 20 de abril de 1931, reuniram-

se, no Rio de Janeiro, representantes de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo, convocados pelo governo de São Paulo para estudar e adotar medidas que resolvessem as dificuldades em que se debatiam a lavoura e o comércio de café. Essa reunião criou o Conselho dos Estados Cafeeiros, mais tarde Conselho Nacional do Café (CNC), com sede na Capital de República e cuja presidência ficou reservada a um representante do governo (Gurgel e Bernardes, 1974: p.30).

Pelo Decreto nº 22.452, de 10 de fevereiro de 1933, criou-se o Departamento Nacional do Café – DNC, extinguindo-se o Conselho Nacional do Café. A repercussão desse ato ultrapassou os limites nacionais, dada a sua importância e as suas conseqüências no mundo cafeeiro, pois veio disciplinar a intervenção do Governo federal no setor. O governo tomava para si a responsabilidade da direção desse serviço, a fim de salvaguardar os interesses nacionais e para uma mais ativa atuação no setor.

O primeiro governo Vargas (1930–1945) foi marcado por intensas mudanças nas áreas política, econômica, institucional e social, no âmbito externo e interno. Destacam-se, nesse período, a Revolução de 30 (deposição de Washington Luís, em outubro de 1930); a Revolução Paulista, em 1932; o Golpe de Estado e instalação do Estado Novo, em novembro de 1937; as constituições de 1934 e 1937; a superação do modelo primário-exportador e o início do processo de industrialização baseado no modelo de substituição de importações e a marcante presença do Estado na economia – o principal elemento no processo de desenvolvimento (Silva, 1998: p.37). É também significativa a decisão dos Estados Unidos de financiar a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); a expansão do mercado interno e a modificação em sua estrutura, especialmente em relação às suas importações. A renda nacional cresce rapidamente e muda a sua distribuição setorial – as participações de

Estado e da indústria aumentam. São constantes as crises cambiais e conflitos com credores internacionais.

Prevaleceram na época, segundo Teixeira (1997: p.40), os debates sobre o rumo que a economia deveria tomar: se deveria ser criada a indústria siderúrgica, qual o papel a ser desempenhado pelo Estado e qual a posição a ser adotada pelo governo em relação ao comércio internacional.

A partir da década de 1930, as relações entre o Estado e a sociedade são alteradas. As oligarquias são parcialmente derrotadas (não destruídas) pelas classes urbanas e são criadas condições para o desenvolvimento do estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas, econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais burgueses (Ianni, 1991: p.26).

Com relação à industrialização brasileira, o instrumento básico dessa conformação foi o chamado “confisco cambial” sobre as exportações de café.

Em 1936 e 1937 o Brasil participou das conferências dos países produtores, tendo a primeira sido realizada em outubro de 1936, em Bogotá: Conferência Americana dos Países Produtores de Café. Em agosto de 1937, foi à Conferência Pan-Americana do Café, em Havana.

Durante treze anos, o DNC controlou a economia cafeeira do Brasil. Em 28 de junho de 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.410, ficou resolvida sua extinção por ter sido obtido o equilíbrio estatístico entre oferta e demanda do café, cumprindo-se a finalidade para a qual foi criado.

O principal produto brasileiro não podia, porém, ficar sem uma representação no âmbito do governo e o Presidente da República, em 6 de setembro de 1946, considerando que tinham sido atribuídos a órgãos da Administração Federal os serviços que deveriam permanecer após a extinção do DNC, criou a Divisão de Economia Cafeeira, subordinada ao ministério da Fazenda. A ela foi entregue a direção e superintendência da política econômica do café.

As grandes dificuldades de pagamentos internacionais, determinadas pela situação mundial do pós-guerra, geraram, na época, grande procura pelos cafês brasileiros, por serem mais baratos.

Em 1949, todo o estoque do extinto DNC havia sido comercializado e a situação econômica do café era favorável, não sendo afetada nem mesmo pela desvalorização da libra, seguida logo pela de outras moedas.

Nos anos da década de 1940, a produção brasileira de café apresentara uma tendência à estabilização, principalmente devido às condições climáticas desfavoráveis. Entre 1940 e 1949, a redução líquida dos estoques foi de 16 milhões de sacas (Gurgel e Bernardes, 1974: p.51). O reconhecimento do fato de que os estoques do extinto DNC estavam liquidados precipitou a alta dos preços do café – uma reação do mercado que durante trinta anos estivera sujeito à superprodução. Em junho de 1950, com o início da Guerra da Coréia, esta tendência acelerou-se; no ano seguinte, os Estados Unidos estabeleceram um “preço-teto” para o café. Nesta mesma época, 1951, foi restabelecido o sistema de defesa e o governo federal se propôs a comprar café a fim de sustentar os preços do produto.

Em 29 de outubro de 1945, o presidente Vargas foi deposto por um golpe de estado, organizado pelas forças políticas e civis e operacionalizado pelos militares, sob o comando do Ministro da Guerra, General Góis Monteiro. Assume o lugar de Vargas interinamente, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares (29/10/45 a 31/1/46), sendo substituído posteriormente pelo Presidente eleito, general Eurico Gaspar Dutra (31/1/46 a 31/1/51).

É notória a diferença de atitudes entre os governos que administraram o país naquele período. Com Dutra e Café Filho tivemos, na prática, a implementação de políticas econômicas de caráter liberal. Com Vargas, maior participação do estado em diferentes setores da atividade econômica e a prática

de políticas de cunho nacionalista–desenvolvimentista, mas todas dentro de uma lógica de acumulação. Nestas, a indústria é o motor do sistema e as transformações estruturais entendidas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção, necessitavam acontecer. Para isso, o Estado passava a exercer várias funções, como: regulador, planejador, fiscalista, emissor de políticas econômicas e até mesmo empresário, prática que já vinha sendo operacionalizada desde 1930, em menor ou em maior grau (Oliveira, 1981: p.9).

Em dezembro de 1952 criou-se o Instituto Brasileiro do Café – IBC (Lei nº 1.779 – de 22 de dezembro de 1952 – D.O.U 23.12.1952), sob cuja responsabilidade, a partir daí, ficou a realização da política econômica do café brasileiro no país e no exterior. Iniciava-se, assim, um novo período da história do café no Brasil, não somente nos aspectos políticos ou econômicos, mas também nos aspectos da produção.

A década de 1950 marca um ponto de inflexão no processo de industrialização no Brasil. Em primeiro lugar, é esse o período em que chegou ao seu limite o processo de substituição de importações que definira o perfil de crescimento industrial do país durante um quarto de século: atingiu-se um grau de capacidade e diversificação produtiva que esgotava a capacidade de absorção “passiva” de um mercado originalmente tomado disponível pela contração da oferta de produtos importados (sobretudo porque se encaminhava no sentido da produção de bens mais complexos e de maior preço, e difusão limitada pela capacidade aquisitiva também limitada) (Cohn, 1984: p.307).

Na metade dos anos 1950, o Brasil era ainda um país atrasado, que tinha como principal base econômica o setor primário e como principal produto de exportação o café. O ex-presidente Kubitschek (1975: p.351) revela:

*“Quando assumi o governo, o País não tinha produzido um só motor, um só trator, um só carro, um só Jeep, um só navio. Os transportes marítimos e ferroviários estavam estagnados”.*

Nota-se, no discurso do ex-presidente, uma busca pelo engrandecimento de seu feito, revelando, no entanto, que os feitos de Mauá no Brasil foram esquecidos, quem sabe, por desconhecimento próprio.

Segundo palavras do próprio ex-presidente JK:

*“Havia um Brasil afundado no marasmo econômico, descrente de si mesmo”. O PIB era da ordem de US\$ 10 bilhões, a população de 60 milhões e o produto per capita de US\$ 228. A média mundial era de 593 dólares” (Kubitschek, 1975: p.335).*

Em face dessas cifras, disse ainda o ex-presidente:

*“... o que se constata é o seguinte: éramos mais pobres que o mundo considerado globalmente. Esta era a situação que encontrei em 1956, do ponto de vista estático” (Kubitschek, 1975: p.335).*

Segundo Müller (1989), o setor agrícola participava para a formação do produto interno bruto - PIB com 23,5%, a indústria com 20,4% e os demais setores da economia com 46,1%. Na época, o café contribuía com mais de 70% para a composição do valor total da produção agropecuária e com 60% para o valor das exportações.

Nas relações com o resto do mundo, nosso comércio representava somente 0,5% do mercado internacional e o Brasil tinha como principais produtos na pauta de exportações: o café (60%), o algodão, o cacau, o açúcar, o minério de ferro, o óleo vegetal e a madeira. Do total das exportações, um volume em torno de 40% destinava-se aos Estados Unidos (Müller, 1989).

Em relação aos sistemas de transportes, o setor ferroviário era totalmente estatizado. A rede ferroviária tinha, em tráfego, 37.092 km e transportava 20% das mercadorias e 28% dos passageiros. O setor rodoviário possuía 3.133 km de

estradas pavimentadas, com malha total superior a 400 mil km, dos quais 380 mil municipais, de péssima qualidade e transitáveis somente em certos meses do ano. Em grande parte, as vias de ligação entre as unidades da Federação eram os transportes marítimo e/ou fluvial, com todas as dificuldades.

Sobre a situação das rodovias da RSMG neste período, esclarece o Sr Sérgio, um dos entrevistados neste trabalho:

*“Asfalto para o Rio de Janeiro somente de Juiz de Fora para frente, pela Rodovia União Indústria. O restante do percurso era por estrada de terra e pontes de madeira. A partir de 1950-51 comecei a ir por Caxambu - asfalto somente na Dutra. Assisti o asfaltamento de Caxambu até a Dutra - descida da Mantiqueira. A dificuldade de expansão da cafeicultura devia-se a deficiência do sistema de transportes em relação ao sistema viário. Antes de 1945, antes de existirem os caminhões, todo o café era transportado por ferrovias até o Rio e um pouco para Santos. O café era levado de carro de boi por 20 ou 30 km até as estações ferroviárias de embarque de cargas. A carga era coberta por couro de boi e sob este uma esteira feita de bambú. O carro de boi carregava 25 sacas de café beneficiado. 10 bois de carro ou 5 juntas de boi.”*

O presidente JK propunha acabar, em seu governo, com a chamada “república dos caranguejos”, criando um cruzeiro de estradas, tendo como centro a nova capital a ser também construída (Brasília).

Para Cohn (1984: p.310), politicamente, a linha de ação de JK manifestou-se através do “desenvolvimentismo” (encarado como ideologia que deu sentido ao tipo de mobilização almejada) e, na execução, exprimiou-se no “Plano de Metas” - PLAME. Esse programa foi formulado em 1956, tendo em vista o desbravamento do campo para uma efetiva expansão do setor industrial, por intermédio da satisfação de um conjunto de exigências quantitativas (as “metas”) para o investimento público (transportes, energia) e privado (na indústria de base e de bens de consumo final).

Os principais resultados alcançados pelo PLAME, e que interessam às nossas discussões, foram:

- 1) ferrovias (reaparelhamento) – a) aquisição de nove locomotivas elétricas e 383 locomotivas a diesel; b) aquisição de 554 carros de passageiros e 5.581 vagões de carga; c) aquisição de 467.044 toneladas de trilhos;
- 2) ferrovias (construção) – construção de 826,5 km de novas ferrovias;
- 3) rodovias (construção) – foram construídos 14.970 km.
- 4) mecanização da agricultura – em 1960 estimou-se a existência de 77.364 tratores;
- 5) fertilizantes – atendimento ao consumo de mais de 40 mil t de nitrogênio, 20 mil toneladas de anidrido fosfórico e mais de 60 mil toneladas de óxido de potássio, além de 170 mil toneladas de conteúdo de nitrogênio e anidrido fosfórico;
- 6) indústria de automóveis – produção efetiva de caminhões e ônibus: 154.700; de jipes: 61.300; de utilitários: 52.600; de automóveis: 52.000.

No final do governo de JK, vários segmentos da sociedade, inicialmente satisfeitos com os frutos do desenvolvimento, se mostravam descontentes ao perceberem que o “banquete” não tinha sido de graça. Havia uma conta, já sendo paga por alguns, e precisava-se de sacrifícios também de outros estratos da sociedade. O tamanho desse sacrifício variava conforme o maior ou menor poder de pressão de cada segmento em relação à política governamental. Esse “critério” ocasionou distorções violentas na distribuição dos frutos do desenvolvimento e na parcela da “conta” a ser paga pelos diferentes estratos da sociedade. Os mais beneficiados, como, por exemplo, o empresariado estrangeiro, não foram os que pagaram uma maior parcela da conta. Os que menos se beneficiaram, como os trabalhadores rurais, os pequenos empresários e os trabalhadores urbanos desorganizados, foram os mais apenados.



Essa etapa do desenvolvimento fez florescer uma crise estrutural de descontinuidade crescente entre o setor urbano-industrial e o setor rural-agrícola, gerada pelo processo de exaustão que vinha desde o período Vargas, impedindo a realização do desenvolvimento econômico e social dentro do quadro institucional existente.

No campo, na década de 1950, é visível a disparidade entre o minifúndio (45% do total de estabelecimentos abrangendo apenas 13,3% das terras aráveis) e o latifúndio (11% dos estabelecimentos rurais possuem 79,8% das terras cultiváveis). A participação dos camponeses (50% da população) na renda nacional pode ser calculada em menos de 15% e em não mais de 27% no rendimento global pago conjuntamente à mão-de-obra rural e urbana (Teixeira, 1997: p.189).

Nos planos nacional e internacional, o governo JK se desenvolveu dentro de conjunturas caracterizadas por acontecimentos decisivos, que influenciaram de forma considerável o jogo político e a busca do desenvolvimento planejado. Internamente, o período é marcado por enorme euforia decorrente das altas taxas de crescimento industrial, pela significativa mudança da base produtiva do país, por grande prestígio do governo internamente e no exterior e por uma relativa estabilidade política, o que não significa a inexistência de conflitos e crises.

Em geral, os cafeicultores não eram contra o Plano de Metas (PLAME) e nem se opunham à política econômica adotada por JK. A exceção, segundo Teixeira (1997: p.155), ocorreu quando Lucas Lopes (Ministro da Fazenda), atendendo à sugestão do Fundo Monetário Internacional (FMI), pretendeu aplicar um Plano de Estabilização Monetária (PEM), que modificaria a política direcionada ao setor, até com redução de crédito. É bom frisar que o momento coincide com a crise de superprodução do café, iniciada em 1957.

A pressão dos cafeicultores foi grande, foi organizada a “marcha da produção” rumo à sede do governo, partindo de vários estados da Federação, e

no Congresso os representantes do segmento fizeram os mais violentos discursos protestando contra a política em execução. Como resultado dessa pressão e aliado a outros fatos, JK substituiu o Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, pelo paulista Sebastião Almeida. Os outros agricultores não tinham o que temer, já que a questão da distribuição da terra era um assunto encerrado. JK, bem treinado na escola política do PSD de Minas Gerais, estava pouco interessado em intervir no sistema de propriedade rural existente. No máximo, poderia propor a adoção de medidas inócuas, como a expansão do crédito rural e a melhoria da infra-estrutura de estradas e de armazenagem (Skidmore, 1976: p.210). Assim, o que prevaleceu foi o *status quo* no meio rural, em troca do apoio ao PLAME.

O Instituto Brasileiro do Café, menos dependente do humor dos eventuais representantes dos estados produtores, baseava-se na recuperação da lavoura cafeeira, ao contrário do que priorizava o DNC.

A destruição dos estoques, o abandono dos cafezais durante a II Guerra Mundial, as secas e geadas, deixaram o Brasil sem reservas para enfrentar a recuperação no pós-guerra. O IBC constituiu-se no propósito de reativar o processo produtivo. A destruição de 78 milhões de sacas de café, de 1930 a 1943, a maior na história de um produto, visando a melhoria de seu preço, ainda hoje é motivo de polêmica entre os estudiosos (Lima, 1995: p.24).

Se, de um lado, não parecia haver outra opção, pode-se concluir que houve um excesso e uma infeliz falta de previsão sobre o que aconteceria depois da guerra.

Para Logato (1994: p.55), as políticas econômicas adotadas pelo governo no período de 1945 a 1957 visaram ao aumento da receita cambial pelas exportações de café, ao mesmo tempo em que elevaram os preços recebidos pelos produtores mediante as bonificações.

Com vistas às novas quedas nas cotações do café, o governo brasileiro retirou do mercado um terço da produção e, não conseguindo manter sozinho as cotações internacionais, estabeleceu um acordo com a Colômbia, sendo esse o primeiro passo para o Acordo Internacional do Café, assinado em 1959. A política de não permitir declínio nas cotações internacionais foi mantida durante o período de 1959 a 1964, causando contínua deterioração da posição brasileira no mercado mundial.

O excesso de produção e o acúmulo de estoques ocorridos em 1961 devido às compras sistemáticas nos anos anteriores, levaram o governo a adotar medidas drásticas, para reduzir a oferta. Dois programas de erradicação subvencionados ocorreram no país, sendo um em 1962 e o outro em 1966. Os efeitos das erradicações, aliados a problemas de queda de preços e adversidades climáticas, fizeram com que a produção cafeeira do Brasil, a partir de 1963/64, não fosse suficiente para atender a seu consumo interno e à exportação, tendo sido esta atendida pelos estoques governamentais, que se reduziram para 5,7 milhões de sacas em 1968, contra 65 milhões de sacas em 1965 (Caixeta, 1989).

O Sr. Paulo César, outro entrevistado, dá seu depoimento:

*“Quando nós chegamos a ter 66 milhões de sacas de café armazenadas do governo em 1965, concluiu-se que haveria a necessidade de se racionalizar esta produção em termos de volume, sendo então criado o GERCA – Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura. Este grupo foi criado para se tentar fazer com que a produção brasileira fosse suficiente para atender ao consumo interno, a exportação e, ainda, ter um estoque estratégico para a eventualidade de uma geada. Naquela época concluiu-se que o Brasil precisava exportar em torno de 18 milhões de sacas, consumir 6 milhões e possivelmente ter 4 milhões de estoques estratégicos, objetivando atingir um parque de 28 milhões de sacas. Era importante que tivéssemos um financiamento atrelado a dados de zoneamento, onde as áreas propícias a cafeicultura tivessem o financiamento e as áreas sujeitas a geadas, não. O GERCA era um grupo específico do IBC. O próprio GERCA chegou a financiar culturas alternativas onde havia risco de geada e onde não fosse*

*interessante a ampliação do parque cafeeiro, para que não ocorressem excessos de produção, como nós tivemos no passado.”*

Com a instalação do IBC, a lavoura cafeeira se recompôs rapidamente, ainda mais atraída pelos bons preços então vigorantes no mercado mundial. Entretanto, não só o Brasil se beneficiou da conjuntura, pois os concorrentes latino-americanos, africanos e asiáticos também ampliaram as suas produções. Para Lima (1995: p.24), em menos de 10 anos após sua inauguração, o IBC se via às voltas com um estoque superior a 60 milhões de sacas, que marcou o decênio 1960-69, fazendo, uma vez mais, inverter o alvo de sua diretriz. Tentou-se a erradicação de cafeeiros pagando-se Cr\$ 15,00 por cova (um valor bastante atrativo na época, em particular para as regiões menos desenvolvidas). Não era a primeira vez que se buscava, com o corte do plantio, reduzir-se a produção. Em São Paulo, no final da década de 1920, proibiu-se a plantação, o que, depois, se estenderia aos demais estados produtores, com resultados nada compensadores, como se conclui pela impressionante eliminação dos estoques.

O comentário do Sr. Valério esclarece a situação :

*“Nos anos de 1960 o que havia em relação à cafeicultura era uma total falta de estímulo à produção. Neste período, e esporadicamente, alguns produtores já haviam iniciado o processo de renovação de suas lavouras (1966). Somente em 69 e 70 é que começaram os planos de renovação, pois anteriormente o que tinha era um plano de erradicação, sendo que o plano inicial era a substituição do cafeeiro (o governo pagava por pé erradicado) por outras culturas (de acordo com a região), devido a um excesso de produção e a baixa dos preços. De 1966 a 1969 houve uma diminuição tão grande da área produtiva cafeeira que o governo teve de incentivar o plantio. O governo começou a implantar um plano direcionado de renovação com financiamento a longo prazo (com seis anos para pagar) para aquisição de mudas e insumos modernos.”*

→ A política de controle da oferta adotada pelo governo, no período de 1962 a 1967, levou à erradicação de 1,73 bilhão de pés de café no país, o que,

associada às geadas de 1962, 1963, 1965 e 1966 no estado do Paraná, causou a redução drástica do parque cafeeiro brasileiro (Logato, 1994: p.4).

De acordo com o Sr. Valério:

*“ Na época (1969-70), o Sul de Minas possuía 100 milhões de pés de café (hoje 700 milhões de pés). O estado (em 1969-70) possuía 300 milhões de pés (hoje 1,2 bilhões). ”*

A política de promoção de importações, a diversificação da estrutura das exportações brasileiras e a conseqüente diminuição da participação do café na receita cambial levaram à separação das políticas cafeeiras das políticas cambiais. A partir dessas mudanças, a condução da política cafeeira passou a consistir em aumento real dos preços de garantia, eliminação gradativa dos subsídios ao consumo interno e financiamento de plantio a juros subsidiados.

Para manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda do café, o governo federal estabeleceu, a partir de 1969, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC). O plano incluía financiamentos para formação de mudas, plantio, podas, aquisição de fertilizantes e defensivos, aquisição de equipamentos para defesa fitossanitária e melhoria da infra-estrutura nas propriedades cafeeiras, por intermédio do crédito rural abundante e altamente subsidiado.

O comentário do Sr. Valério sobre o assunto foi:

*“A baixa credibilidade do IBC foi um obstáculo inicial ao Plano de Renovação dos cafezais. O IBC era um órgão político e ainda sofria com desvios de verba na área de comercialização. Segundo os produtores, havia dois IBC: um político e outro técnico (até de certo modo paternalista). O trabalho técnico mudou o paradigma do produtor em relação ao trabalho do IBC.”*

O comentário do “Sr. Valério” refere-se ao fato de que os produtores, de modo geral, gostavam dos serviços técnicos prestados pelo IBC, mas não estavam de acordo com a política cafeeira por ele imposta.

Segundo o Sr. Valério:

*“Em 1972 ocorreu o lançamento do Plano de Renovação dos Cafezais em Varginha, com a presença de autoridades e Ministros de Estado. O IBC iniciou timidamente o processo de renovação, que ocorreu até o ano de 1975 para o Sul de Minas, depois disso, ocorreu uma renovação espontânea por parte do produtor. O incentivo inicial para a ocorrência deste processo espontâneo foi o incentivo à produção de mudas pelas cooperativas e prefeituras, dada a importância da cultura para região... Nesse período ocorreu uma série de transformações no Sul de Minas, que contribuíram para o sucesso do empreendimento cafeeiro. Melhorias das estradas, educação, renda, energia, fixação do homem na região, foram decorrência da dinâmica cafeeira nesse período.”*

Na década de 1970, adotaram-se ainda, como políticas comerciais, a flexibilidade dos preços mínimos de registro, as quotas de contribuição fixa independente da desvalorização cambial e a compra de grandes excedentes de produção pelo governo (Caixeta, 1989).

Além dessas políticas, medidas de incentivo foram adotadas para a geração e difusão de novas tecnologias: por meio da vinculação do crédito rural à assistência técnica. Foi também criado o Sistema Estadual de Pesquisa do Estado de Minas Gerais, coordenado pela EPAMIG e composto pela ESAL (atual UFLA), UFV e UFMG; houve também incentivo à pesquisa de café pelo IBC e ampliação das equipes de assistência técnica da EMATER-MG, em áreas cafeeiras, no final da década de 1970.

O Sr. Paulo César diz que:

*“Na área de produção tivemos nitidamente dois segmentos, sendo um o de pesquisa, coordenado pelo José Bráz Matiello e o outro, de assistência técnica, coordenado pelo Roberto Abreu. O IBC chegou a ter 400 agrônomos espalhados pelos seus escritórios regionais e locais. A presença desses técnicos era maior, sobretudo, nos estados que não possuíam um serviço de assistência técnica eficiente. Sobretudo foi*

*muito forte a presença da assistência técnica do IBC em Minas Gerais, no Paraná e no Espírito Santo. ”*

Com relação aos técnicos do IBC que atuaram no Sul de Minas a época do PRRC, o Sr. Valério comenta:

*“Os técnicos buscavam, na época, exercer uma liderança nos municípios em que atuavam, através da participação nos sindicatos e cooperativas. Após algum tempo, chegaram à conclusão que os mesmos deveriam participar da vida política também, argumentando que a vida passa por uma posição política. Com isso, uma grande parte dos técnicos exercem uma ação política nas comunidades dos 22 escritórios do IBC que existiam no Sul de Minas. Muitos destes ainda exercem atividades em sindicatos e cooperativas, seguindo a orientação de participar politicamente, pois, pela filosofia da equipe, um técnico, antes de mais nada, deveria ser um líder. E aqueles que enxergaram a situação como positiva, aproveitaram e ocuparam o espaço. Considero a equipe de café do Sul de Minas como a melhor que o Brasil teve ou tem. Existe um espírito de corpo ou de equipe que permanece até hoje, apesar da extinção do IBC. ”*

Ao que afirma Logato (1994: p.6), os incentivos dados à geração e difusão de tecnologia na década de 1970 foram sendo gradualmente retirados na década de 1980, tanto no âmbito federal quanto estadual. A assistência técnica prestada pelo IBC foi sendo paulatinamente extinta, culminando com a sua extinção completa durante o plano de reforma administrativa do governo federal. Os órgãos de assistência técnica e de pesquisa de Minas Gerais sofreram grande desestímulo por parte do governo estadual, dada a falta de recursos financeiros, o que causou esvaziamento de técnicos de órgãos estaduais, gerando perdas irreversíveis nas pesquisas desenvolvidas pela EPAMIG e prejuízos nos serviços de assistência técnica prestados à cafeicultura pela EMATER-MG desde 1985, em razão da falta de recursos do IBC para a execução desses serviços.

Finalmente, com a extinção do IBC, em 1991, durante o Governo Collor, desmantelou-se totalmente a estrutura de coordenação, pesquisa e assistência técnica para a cafeicultura.

O Sr. Paulo César diz que:

*“...o IBC surgiu como substituto a DNC, objetivando a coordenação da política cafeeira e a integração dos diferentes setores cafeeiros. Com o passar do tempo houve um inchaço do IBC que acabou por diminuir-lhe a eficiência de atuação.”*

O Sr. Valério comenta que:

*“... após a extinção do IBC, os técnicos ficaram à disposição do Ministério da Agricultura. O que se perdeu foi a experiência e o conhecimento de mais de 20-30 anos de vivência dos técnicos com os produtores.”*

Finalizando, diz que:

*“... um dos fatores de sucesso do plano de renovação foi a atuação dos técnicos, que se apresentavam em equipes coesas e com o mesmo ideal. Além de serem jovens, tinham um interesse maior que o financeiro.”*

Para Caixeta (1978: p.3), Minas Gerais foi o estado que mais correspondeu às políticas do incentivo ao plantio de novos cafezais, tendo sido o que plantou mais café pelo PRRC. Entre 1969/70 a 1975/76, Minas Gerais plantou 354,3 milhões de covas de café, enquanto São Paulo e Paraná plantaram 235,0 e 277,0 milhões, respectivamente (Tabela 3).



**TABELA 3** Número de cafeeiros plantados durante o Programa de Racionalização da Cafeicultura por estado, em milhões de covas – 1969/70 a 1975/76.

| Estados        | Anos        |              |             |              |              |              |              | Total         |
|----------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
|                | 69/70       | 70/71        | 71/72       | 72/73        | 73/74        | 74/75        | 75/76        |               |
| Paraná         | 8,0         | 57,0         | 40,0        | 94,0         | 10,0         | 26,0         | 23,0         | 235,0         |
| São Paulo      | 19,0        | 38,0         | 13,0        | 96,0         | 53,0         | 35,0         | 23,0         | 277,0         |
| Minas Gerais   | 11,0        | 40,0         | 29,0        | 102,0        | 58,2         | 46,1         | 68,0         | 354,3         |
| Espírito Santo | -           | 1,0          | 5,0         | 9,0          | 9,4          | 3,3          | 12,3         | 40,0          |
| Outros         | -           | 0,3          | 4,0         | 61,7         | 20,0         | 5,9          | 30,1         | 122,0         |
| <b>Total</b>   | <b>38,0</b> | <b>136,3</b> | <b>91,0</b> | <b>362,7</b> | <b>150,6</b> | <b>116,3</b> | <b>133,4</b> | <b>1028,3</b> |

Fonte: Caixeta (1978: p.3)

A geada que assolou os cafezais do sul do país, em julho de 1975, fez com que a participação relativa de Minas Gerais na produção nacional se elevasse. Foram afetados 100% dos cafeeiros do Paraná, 80% dos de Mato Grosso, 66% dos de São Paulo e apenas 10% dos cafeeiros de Minas Gerais.

Minas Gerais, além de menos sujeito a geadas, possui regiões com boa aptidão para a cafeicultura, quanto ao clima, solo, topografia, infra-estrutura e tradição cafeeira. Além disso, ela expandiu-se para novas áreas do estado e para novos tipos de solos, especialmente para os cerrados, onde hoje floresce uma cafeicultura racional, altamente tecnificada, produtiva e lucrativa, após a restauração da respectiva fertilidade (Caixeta, 1978: p.4).

O Sr Luiz, que foi o primeiro agrônomo do Escritório do IBC em Patrocínio – atual região cafeeira do cerrado (Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro), no período 1973-76, diz:

*“Quando eu cheguei em Patrocínio, tinha poucas áreas agricultadas no cerrado. Quando eu sai de lá, não tinha um palmo de cerrado em pé. Limparam o cerrado em 3 anos. As máquinas trabalhavam dia e noite no preparo do solo. Plantavam café, milho, soja, algodão. A visão empresarial do pessoal lá é totalmente diferente do pessoal daqui do Sul de Minas. Nesses 3 anos e meio foram implantadas 16 milhões de covas de café na região de Patrocínio. Os forasteiros tomaram conta da cidade: paulistas, paranaenses. Eu que abri o escritório do IBC em Patrocínio e, portanto, iniciei o PRRC. Tinha 12 municípios: Serra do Salitre, Patrocínio, Coromandel, Monte Carmelo, Iraí de Minas, Romaria, etc., toda aquela região era eu que atendia. Quem não fizesse um empreendimento bem feito não recebia o financiamento. Dos 800 contratos realizados, nós tivemos somente 2 ou 3 liquidações. Um número bem baixo. Hoje nós temos no cerrado uma das cafeiculturas mais modernas, tecnificadas e sérias do país. Eu tive a felicidade de ser um dos lançadores da pedra fundamental da moderna cafeicultura do cerrado.”*

O Sr Luiz afirma que Campos Altos era uma região antiga de café. E comenta:

*“Atendi a uma região próxima a São Gotardo, composta de grotões e espigões e era ali que estava o café. Café antigo de 50 e 60 anos. Visitei muita lavoura lá. Era a fonte de renda para a região. Até descobrirem o manejo correto dos solos do cerrado, foi nesta região que se cultivou café. Um dos elementos que contribuiu para isso foi o Prof. Alfredo Scheid Lopes do Departamento de Ciência do Solo da UFPA, sendo que sua tese, nesta região, demonstrou que o manejo da fertilidade dos solos do cerrado era viável. O problema de adensamento e geadas na região de São Gotardo foi resolvido através de um zoneamento que fizemos a partir de aerofotogrametria em que determinamos as áreas aptas a cafeicultura. Mas o grosso da cafeicultura foi em Patrocínio. Naquele tempo ainda tinha a figura do colono. Não a figura clássica, mas bem próximo.”*

Para Santana e Naime (1978: p.10), ao se fazer a análise dos principais tipos de solos utilizados para a cafeicultura em Minas Gerais, ver-se-á que este

aspecto está profundamente relacionado com a evolução da própria cultura dentro do Estado.

No passado, quando imperava um sistema de manejo mais empírico, o mais importante a ser considerado na escolha do solo era sua fertilidade natural. Como os implementos agrícolas tradicionais eram pouco utilizados, a facilidade ou não de mecanização não era relevante. Por isso, a maioria das lavouras cafeeiras da Zona da Mata e do Sul de Minas está localizada em solos podzolizados, geralmente os mais férteis da paisagem, mas ocupando invariavelmente relevo mais acentuado. Ainda para Santana e Naime (1978: p.10), geralmente são solos com boa fertilidade natural e ocorrem numa região onde a deficiência de água para o cafeeiro não é limitante. São bastante susceptíveis à erosão, exigindo cuidados conservacionistas.

A necessidade de expansão da fronteira agrícola, a carência de mão-de-obra e o avanço da tecnologia de adubos levaram, entretanto, a cafeicultura mineira para solos mais pobres, em termos de fertilidade natural, mas de excelentes condições físicas e topográficas, extremamente favoráveis à mecanização intensiva. Assim surgiram os novos cafezais das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e mesmo do Sul de Minas. Aqui, principalmente nos municípios de Machado, Boa Esperança, Três Pontas e Alfenas, em sua grande maioria também estabelecidos sobre latossolos. Esses solos, via de regra de baixa fertilidade natural, ocorrem em regiões onde há esporadicamente alguma deficiência hídrica. São bastante resistentes à erosão, a não ser nos casos do latossolo roxo, que exige cuidados simples de conservação, não apresentando praticamente nenhum impedimento à mecanização intensiva (Santana e Naime, 1978: p.10)

## 2.3 Políticas de modernização da agricultura

Segundo Kageyama et al. (1990: p.113), existem três conceitos que muitas vezes são utilizados como sinônimos e na verdade não o são: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação de complexos agroindustriais. Kageyama et al. (1990) prossegue esclarecendo que:

*“...por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola”.*

A modernização da agricultura no Brasil é um processo antigo e nessa transformação na forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas. A “industrialização da agricultura” envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção.

A industrialização da agricultura é um processo relativamente recente, pós-65. Finalmente, no período pós-75 temos a constituição do que vem sendo chamado de complexos agroindustriais. São vários complexos que se especializam continuamente em uma atividade agrícola

Entre 1930 e 1965, a agricultura brasileira, para Meyer (1997: p.30), não apresentou ganhos significativos de produtividade. Tanto a produção voltada ao abastecimento interno quanto a necessária expansão das exportações fizeram-se pela incorporação de novas terras e trabalhadores.

Para Cruz Filho (1974: p.11), após a crise de 1930, iniciaram-se pesquisas para o aprimoramento do cultivo do café, novas técnicas foram adotadas, diferindo substancialmente das tradicionais. Grande ênfase foi dada ao

uso mais intensivo da terra, procurando-se atingir níveis mais altos de produção por hectare; deu-se especial atenção à utilização mais eficiente do trabalho; foram incorporados novos tipos de plantas, com menores períodos de maturação e melhor rendimento, e a utilização de fertilizantes, assim como a de inseticidas, desempenhou papel de destaque na produção. É importante notar que, embora os recursos agora requeridos sejam basicamente os mesmos do sistema tradicional, a diferenciação entre os dois processos se faz sentir na maneira em que são aproveitados. Utilização da mão-de-obra é ainda mais intensa e, sendo o trabalho um tanto mais técnico, sua rentabilidade se torna maior de que a atingida no sistema tradicional. Faz-se necessário notar que as técnicas hoje adotadas não diferem demasiadamente das mencionadas anteriormente.

Quando as recorrentes crises de abastecimento alimentar, ao final dos anos 50, apontavam os limites da expansão agrícola extensiva, o debate entre os analistas econômicos sobre os caminhos da modernização caracterizava uma divisão entre aqueles que defendiam a reforma da estrutura agrária e aqueles que se opunham a ela, como condição necessária à transformação da base técnica da produção agrícola. Guimarães (1981), Prado Júnior (1981) e Furtado (1982) concordavam que a elevada concentração de propriedade da terra configurava um obstáculo ao progresso técnico da agricultura, embora suas diferentes interpretações da economia agrária brasileira levassem a uma série de proposições políticas divergentes. Prado Júnior negava a existência de uma economia agrária feudal, ou semi-feudal, no Brasil, apontada por Guimarães. Em sua análise das relações de trabalho na agricultura brasileira, ele destaca o aspecto capitalista (mercantil) em oposição ao estatuto pessoal das partes, que caracteriza as relações feudais. Suas orientações políticas visavam, basicamente, à superação das “imperfeições” do mercado de trabalho, dentre as quais, uma política fiscal sobre a propriedade da terra destinada a promover a sua desconcentração e estimular a sua utilização produtiva.

De outro lado, os analistas inspirados na obra de Schultz (1965) atribuíam o atraso tecnológico da agricultura brasileira à baixa taxa de retorno dos investimentos em fatores tradicionais de produção, recomendando o emprego de instrumentos destinados a aumentar a remuneração dos capitais investidos no setor. Embora, em tese, as proposições anteriores não fossem mutuamente exclusivas, o desfecho político para o clima de tensão social prevalecente na época, mediante a ruptura institucional que instaurou o regime militar em agosto de 1964, bloqueou as reformas de estrutura. Alternativamente, a modernização agrícola efetivou-se sob forte intervenção estatal, mediante um conjunto de políticas que envolviam, principalmente, abundância de crédito para custeio, investimento e comercialização da produção agropecuária, mas também o fortalecimento e a reorientação dos serviços de extensão rural e investimentos em pesquisa, com destaque para a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 1972 e da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, em 1974.

Quando os limites do crescimento extensivo tornaram-se evidentes, a modernização da agricultura configurou uma política instrumentalizada, para dar continuidade ao programa de industrialização. Àquela altura, encontrava-se disponível o “pacote” tecnológico da chamada “revolução verde”, um conjunto de técnicas e práticas agrícolas baseado na escala que não pressupunha a redistribuição fundiária e ajustava-se aos objetivos da política de industrialização brasileira, bem como aos interesses norte-americanos. Mediante a sua adoção, favoreciam-se o desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas e a internalização da produção de fertilizantes e defensivos.

Assim, dados a hegemonia dos interesses urbano-industriais (nacionais e estrangeiros) e o regime político em vigor prevalecente, a estratégia de modernização da agricultura iniciou-se pela difusão do “pacote” tecnológico da

“revolução verde”. Nessa primeira fase, a pesquisa agropecuária nacional foi relegada a segundo plano. A ação extensionista que de início trabalhava exclusivamente com pequenos produtores, sofreu correção de rumo durante a década de 1960, passando a estender sua assistência, preferencialmente, aos grandes produtores que explorassem comercialmente suas propriedades (Carneiro, 1991). Dessa forma, a política de modernização da agricultura brasileira distanciava-se cada vez mais dos objetivos de um programa preocupado com o desenvolvimento rural, deixando de buscar um modelo de exploração agrícola adequado às exigências de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental e de incorporar elementos de assistência social, como saúde, educação e saneamento básico, voltando-se, primariamente, para o fomento dos insumos modernos.

Eliseu Alves (Alves, 1982: p.4), presidente da EMBRAPA em 1982, diz que:

*“No período 1945-73, procurou-se reduzir os investimentos em pesquisa agropecuária, sob a alegação de que era possível a transferência de tecnologias dos países avançados e de regiões do Brasil que já tinham alguma tradição em ciências agrárias, notadamente São Paulo. Apoiaram-se as políticas de difusão de tecnologias, e o principal instrumento foi o subsídio a fertilizantes e a outros insumos modernos, através do crédito. A hipótese da existência de estoque de conhecimento era falsa e a política só foi bem sucedida nos produtos e regiões onde houve investimentos em pesquisa. Reforce-se, ainda, que os resultados da experiência brasileira se repetiram em todo o mundo subdesenvolvido que quis fazer a revolução verde, sem investir em pesquisa. Fracasso geral!”*

Tanto a reorientação da prática extensionista quanto a atividade de pesquisa agropecuária estiveram estreitamente associadas à política de financiamento agrícola. Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, juntamente com a reforma do sistema financeiro, estabeleceram-se as bases para assegurar a canalização de recursos para o setor.

O SNCR converteu-se no principal instrumento de incentivo à modernização da agricultura brasileira, mantendo-se durante toda a década de 1970 e princípio dos anos de 1980.

Conforme Müller (1989), no final da década de 1970, as relações entre indústria e agricultura já apresentavam elevado grau de integração setorial com praticamente todos os ramos localizados no país, configurando a constituição do chamado Complexo Agroindustrial (CAI). As estimativas de Santana (1994), a partir da matriz de contabilidade social construída para 1980, indicaram que os efeitos de ligação da agricultura com os demais segmentos do CAI permitem classificá-la como atividade chave na economia brasileira, demandando maior proporção dos insumos oriundos de outras atividades e ofertando grande proporção de sua produção para ser transformada industrialmente.

Segundo Cruz Filho (1974: p.12), especificamente para o CAI do café, a introdução de uma tecnologia intensiva em capital só se faz sentir no beneficiamento e na industrialização do produto.

Especificamente durante a fase de maior velocidade das transformações agrícolas, entre 1965 e 1980, a combinação do fomento ao emprego dos insumos modernos com a política de proteção à indústria nacional fez do acesso ao crédito subsidiado uma condição necessária à mudança de patamar técnico e econômico na agricultura. Além da política de modernização ter sido originariamente direcionada aos produtores social e economicamente mais bem situados, sob o pretexto de se conseguirem resultados imediatos a existência do subsídio potencializou o privilégio do acesso aos recursos públicos pelos grandes proprietários rurais. É que nessas condições aumentam as contrapartidas exigidas pelo sistema financeiro em garantia de empréstimos. Tendo em vista que a maior parte dessa garantia é o ativo immobilizado na propriedade fundiária, a manutenção da estrutura agrária fortemente concentrada funcionou como bloqueio às possibilidades de modernização da maior parte dos agricultores. Não



obstante, ao final da década de 1970, a queda de carga tributária líquida e a elevação do endividamento do setor público inviabilizaram a política de crédito farto e subsidiado.

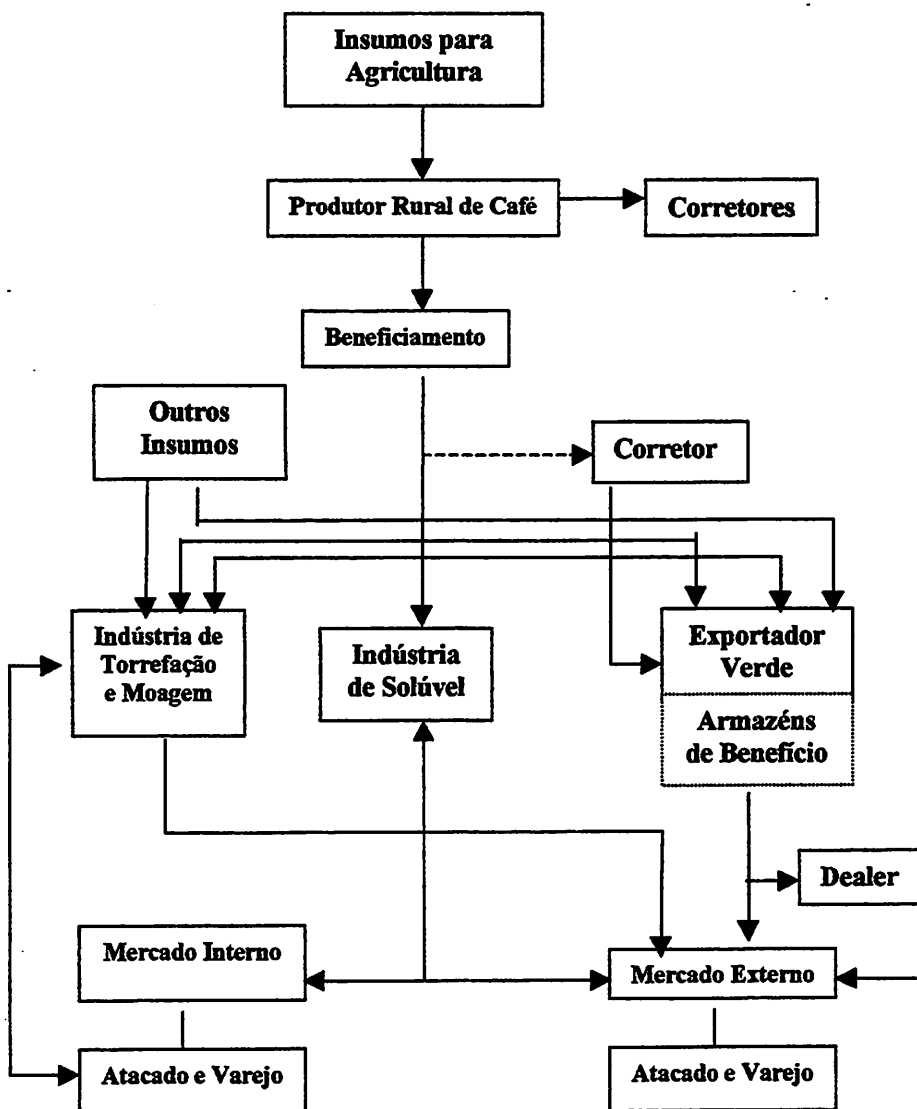
Para Meyer (1997: p.34), do ponto de vista do atendimento às demandas urbano-industriais, o desempenho do setor agrícola durante a década de 1980 foi considerado satisfatório. Durante a fase de democratização do governo Sarney, a instabilidade da economia que gerava altos índices inflacionários e o insucesso dos seguidos planos econômicos terminariam por comprometer a eficácia dos novos mecanismos de incentivo, bem como contribuiriam para a redução ainda maior da base de recursos para o crédito rural (os depósitos à vista). A agricultura foi especialmente atingida pelas medidas de congelamento ou tabelamento de preços, pelo contingenciamento das exportações e pelas liberações das importações com o propósito de forçar a baixa dos preços internos (Lamounier e Almeida, 1994:p.16).

Lamounier e Almeida (1994: p.16) observam ainda que os novos instrumentos da política agrícola, após o regime militar, assumem a forma de *“um jogo de conflito e negociação entre coalizões que partilham interesses tópicos e que, por conseguinte, se alteram conforme a questão que é objeto de deliberação”*. Esses autores salientam também as alterações na moldura institucional que enquadra o domínio decisório durante a transição experimentada pela política agrícola brasileira, ao longo dos anos de 1980. Isto está de acordo com as observações de Müller (1989: p.133), para quem a negação dos planos de reforma agrária pela nova classe de produtores modernos que se formou com a construção do CAI, embora podendo estar associada à propriedade especulativa da terra, reside, principalmente, na disputa pelos subsídios, preços e taxas, indispensáveis à manutenção e à consolidação da sua modernidade, os quais, com a reforma, sofreriam grande diminuição.

Ainda para Müller (1989: p.133), os esforços econômicos, sociais e políticos requeridos para o prosseguimento da modernização da agricultura tenderão a deixar inteiramente de lado a grande massa humana dos “sem-terra”, “com terra insuficiente”, etc., que corporificam a pobreza moderna .

#### **2.4 O agronegócio do café no Brasil**

O sistema agroindustrial do café (SAC) é composto por atividades produtivas que envolvem o produtor de insumos, o produtor rural, o maquinista, o corretor, a cooperativa, a indústria de torrefação e moagem, a indústria de solúvel, os exportadores, atacadistas e varejistas. Ações correlatas às da cadeia do produto também são importantes para o estudo e envolvem a pesquisa voltada para produção agrícola e industrial, serviços financeiros, serviços de transporte e de informação. O negócio do café gera considerável renda para os atores nele envolvidos, cujo dimensionamento não é óbvio (Zylbersztajn, Farina e Santos, 1993: p.13). A configuração atual do agronegócio do café no Brasil pode ser visualizada pela Figura 2.



Fonte: Zylberstajn, Farina e Santos (1993)

**FIGURA 2** Configuração do agronegócio do café no Brasil

## **2.4.1 Dimensionamento do valor gerado pelo agronegócio do café no Brasil**

Os valores gerados pelo agronegócio do café pode ser dimensionado. Mesmo os valores sendo muito aproximados, priorizou-se a ordem de grandeza e não a exatidão. Este dimensionamento será apresentado a seguir.

### **2.4.1.1 Agregado I – produção cafeeira**

Considerando o primeiro agregado como sendo o da produção cafeeira, este é representado por cerca de 320 mil propriedades cafeeiras que exploram cerca de 3,2 milhões de hectares, com 4,3 bilhões de pés de café – isto em 1990 (Matiello, 1991: p.9). Tomando por base o ano de 1989/1990, os custos de produção referentes a fertilizantes, corretivos, combustíveis, sementes e mudas, defensivos, salários e outros insumos, totalizaram 700 milhões de dólares, gerando uma produção de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão.

### **2.4.1.2 Agregado II – indústria de solúvel e de torrefação e moagem**

O segundo agregado é composto por 1.320 indústrias de torrefação e moagem, sendo o valor gerado pela indústria calculado a partir da estimativa de consumo interno de 8,8 milhões de sacas, levando ao coeficiente de 2,9kg/habitante/ano. Sendo o preço médio estimado pela FIPE de US\$ 3,6/kg, chega-se a um valor da produção para o mercado interno de US\$ 1,5 bilhão. A indústria de solúvel, com 12 empresas, consumiu cerca de 2 milhões de sacas de café, transformadas em cerca de 45 mil toneladas de café solúvel, em sua maioria destinada ao mercado externo, gerando aproximadamente US\$ 174 milhões (Zylbersztajn, Farina e Santos, 1993).

### 2.4.1.3 Agregado III - exportador

O terceiro agregado é o exportador, que gerou US\$ 1,3 bilhão tendo comercializado 16 milhões de sacas. São cerca de 140 firmas exportadoras e aproximadamente 5.000 maquinistas que beneficiam, compram e vendem o produto, isso sem contar as 120 cooperativas que trabalham com café e os incontáveis corretores atuantes no mercado (Ponciano, 1995).

Cabe considerar que os valores utilizados são, em muitos casos, arbitrários, não podendo representar senão uma tendência de geração de renda pelas diversas fases do agribusiness do café. Um exemplo dessa variação pode ser considerada pelo próprio setor exportador, que, em 1990, claramente lançou mão dos estoques, somando, com o consumo doméstico, um número de sacas superior ao da produção do ano (Zylbersztajn, Farina e Santos, 1993: p.15).

Somando-se os valores na ponta do mercado, considerando-se os mercados interno e externo e apenas o valor adicionado, temos aproximadamente US\$ 3 bilhões, que podem ser tomados como o grande agregado representativo do agribusiness do café. Este valor pode ser comparado com os US\$ 52,1 bilhões gerados pela agroindústria, representando aproximadamente 5% daquele total.

A importância do agribusiness do café pode ser avaliada pelos valores mencionados. Certamente outros critérios de avaliação também podem ser utilizados, entre os a importância social de sua imagem internacional do agribusiness do país ou mesmo sua importância social enquanto setor gerador de empregos. Segundo Matiello (1991: p.9), o café é ainda o maior patrão do mercado de trabalho brasileiro, empregando mais de 4 milhões de pessoas, não estando aqui computada a mão-de-obra (incalculável) contratada para servir cafezinho em milhares de bares, empresas e repartições públicas, distribuídos por todo o país. E sem falar também do cafezinho amigo, servido nos lares,

cartão de visita aromatizado da família brasileira. Qualquer que seja o critério, esta dissertação estará tratando certamente de uma das mais tradicionais, importantes e competitivas cadeias do agronegócio brasileiro.

A competitividade recente do agronegócio brasileiro do café pode ser considerada pela sua resistência a uma série de adversidades, como por exemplo: choques de oferta, como o da geada de 1975 e da seca de 1985/86; forte regulamentação governamental e sua brusca supressão em 1990, com a extinção do IBC e desarticulação da política cafeeira; suspensão do Acordo Internacional do Café, em 1989; supressão dos registros de exportação, em 1991; tabelamento no mercado interno, até 1992.

#### **2.4.2 Características dos segmentos do agronegócio do café no Brasil**

Neste tópico apresentaremos as características dos segmentos do agronegócio do café no Brasil.

O primeiro segmento, que abrange a produção cafeeira no Brasil, será caracterizado quanto ao seu parque cafeeiro e suas unidades produtivas. O segundo segmento será caracterizado pela indústria de torrefação e moagem e o consumo interno. O terceiro segmento será caracterizado pela atividade exportadora.

##### **2.4.2.1 Agregado I - produção cafeeira**

Caracterizaremos primeiramente o parque cafeeiro e posteriormente as unidades produtivas, como forma de apresentarmos o primeiro agregado – produção agrícola do agronegócio do café do Brasil.

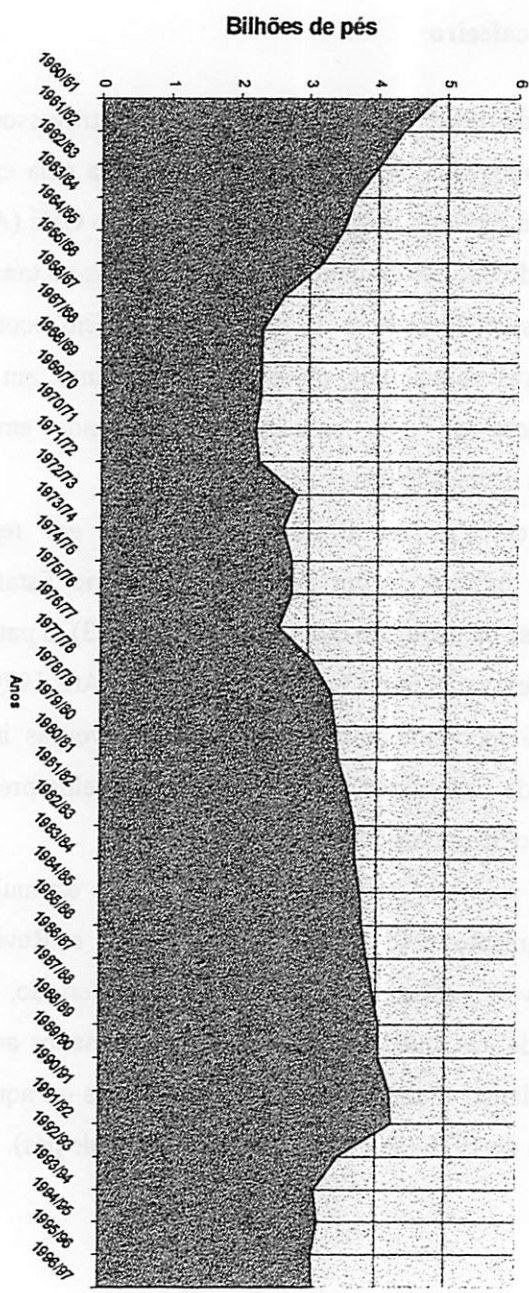
#### **2.4.2.1.1 O parque cafeeiro**

Na década de 1990, a cafeicultura brasileira atravessou momentos de readaptação provocados pela desregulamentação imposta pela extinção do IBC, concomitantemente à ruptura do Acordo Internacional do Café (AIC).

Nesse período ocorreram mudanças significativas no tamanho do parque cafeeiro, sendo possível identificar as alterações que vêm ocorrendo no perfil das regiões produtoras tradicionais, observando-se declínio, em algumas casos, ou o estabelecimento de uma cafeicultura tecnificada em microrregiões específicas em áreas de decadência.

O parque cafeeiro no Brasil em 1995/96, era representado por aproximadamente 3 bilhões de pés produtivos (Anuário Estatístico do Café, 1996: p.32). A análise da evolução desse parque (Figura 3), a partir da década de 1960, mostra grandes variações ao longo do período. Até 1970/71, houve um decréscimo de 43% motivado pela erradicação de lavouras incentivada pelo governo, por meio de pagamento por pé arrancado e pelos preços baixos, que levaram ao abandono de muitas áreas.

De 1970/71 ao início da década de 1980, houve estímulo ao plantio de café, com financiamento pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, tendo a lavoura cafeeira crescido 54%. Nesse período, foram plantados cerca de 2 bilhões de pés, que simplesmente foram somados ao parque inicial, pois tiveram de suplantarem o abandono de lavouras velhas ou aquelas fortemente atingidas pela geada de 1975 (abandono de 300 milhões de pés).



Fonte: Romero e Romero (1997: p.327-329)

**FIGURA 3** Brasil - População cafeeira (bilhões de pés) – 1960 a 1997



De 1980 a 1985, a população manteve-se estável, voltando a subir a partir de então, motivada por preços altos do café, atingidos em decorrência da forte seca e da redução da safra em 1985.

A partir de 1988, observa-se uma tendência de redução do parque cafeeiro, em função dos preços baixos. De 1988 para 1989, essa redução foi de cerca de 180 milhões de pés, tendência mantida em 1990, conduzindo a população cafeeira para 3,9 milhões no início de 1991, numa área de 2,7 milhões de hectares.

Matiello (1991: p.17) observou que, no aspecto regional, houve redução no parque do Paraná e São Paulo e acréscimo em Minas Gerais, Espírito Santo e áreas novas da Bahia, do nordeste brasileiro e da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso).

A produção de café, no mesmo período considerado, evoluiu de forma semelhante ao parque, com pequena defasagem de três a quatro anos, período necessário para que os novos cafeeiros entrassem em produção. Contudo, o volume das safras não depende somente do aumento do parque. Nas condições brasileiras, as safras de café, ou seja, a expressão da capacidade produtiva do parque depende de: ocorrências climáticas, destacando-se as geadas, as secas, as chuvas de granizo, os ventos frios e os choques térmicos; ciclo bienal de produção, com alternância de safras altas e baixas e nível de trato das lavouras.

O grande benefício da cafeicultura pode ser avaliado no meio produtor. São cerca de 320 mil propriedades, distribuídas em onze estados, em que o café é a principal fonte de renda. Em sua maioria (75%), são pequenas propriedades exploradas pelos produtores, que trabalham com suas famílias.

Os cafezais empregam, direta ou indiretamente, quase 4 milhões de pessoas, de forma permanente ou temporária. Utilizando mão-de-obra não qualificada, gente humilde que passa a ter ocupação. Para cada hectare de café, no sistema de manejo tradicional compreendendo os tratos e a colheita, são

utilizados, por ano, 100 a 120 homens-dia. Assim, cada trabalhador pode cuidar de cerca de três hectares da lavoura.

#### **2.4.2.1.2 Unidades produtivas**

De acordo com Zylbersztajn, Farina e Santos (1993),- as unidades produtivas, em geral, não se relacionam diretamente com os fabricantes de insumos a montante, salvo nos casos dos produtores muito grandes, que fazem compras diretas da indústria.

Os cooperados se relacionam com a cooperativa, onde usufruem de vantagens das compras em comum que proporcionam preços vantajosos por operarem em grande escala e com margens mínimas de lucro. A conta corrente com a cooperativa possibilita que os insumos necessários para a produção sejam adquiridos para pagamento posterior, por ocasião da venda do café a ser colhido. Nesse caso, a cooperativa desempenha o papel de intermediário financeiro. Somente os grandes produtores se relacionam, para venda, com os compradores diretos. A grande maioria dos cooperados prefere entregar seu produto na cooperativa, onde ficará depositado para ser comercializado na medida de suas necessidades.

Guimarães (1990) demonstrou que os índices de retorno de investimentos da cultura do café foram mais influenciados pela política de vendas dos estoques do que pela variação do preço de venda do produto.

A cooperativa típica de cafeicultores pode exercer todas as funções que caracterizam a organização empresarial, diferenciado-se claramente pelo tipo de gestão. A cultura cooperativa é voltada para a produção e para o produtor, sendo crescente a necessidade de dirigir-se mais ao mercado, residindo aí o principal desafio gerencial dessas organizações.

#### **2.4.2.2 Agregado II - A indústria de torrefação e moagem e o consumo interno**

O segundo agregado do agronegócio do café do Brasil será caracterizado pela indústria de torrefação e moagem, a distribuição e o consumo interno.

##### **2.4.2.2.1 Indústria de torrefação e moagem**

A regulamentação, pelo IBC, do segmento industrial da cadeia do café, foi responsável por um superdimensionamento do parque industrial, gerando uma concorrência suicida entre as empresas do setor. A origem desse estaria na política de subsídios do IBC, de aquisição de matéria-prima segundo a capacidade instalada da empresa, o que induziu à criação de uma capacidade excedente de processamento, de forma a internalizar esses subsídios (Zylbersztajn, Farina e Santos, 1993).

Em 1985, o Anuário Estatístico do Café (1985: p.35) registrou um total de 995 unidades de torrefação e moagem, com capacidade de industrialização de cerca de 1.607.151 sacas de café cru por mês, ou seja, 19.285.812 sacas por ano. O total de vendas realizadas pela indústria brasileira de torrefação e moagem naquele ano foi de 6.008.042 sacas de café torrado e moído (equivalente a saca de 60 kg de café verde). Essa capacidade ociosa (13.277.770 sacas) tem trazido grandes inconvenientes ao setor, provocando concorrências desenfreadas de preços, muitas vezes com prejuízo da qualidade do produto oferecido aos consumidores.

Caso o setor venha a ter seu parque industrial aumentado, esse problema se agravará, pulverizando ainda mais esse ramo de atividade. A capacidade instalada de produção dessa indústria está muito acima das necessidades reais de consumo. Mesmo assim, Zylbersztajn, Farina e Santos (1993) registram que

novas empresas torrefadoras vêm sendo instaladas no país, nos últimos anos, identificando pelo menos onze unidades instaladas a partir de 1989. Dentre as novas predominam empresas pequenas, com até dez empregados.

Para o segmento de torrefação e moagem de café, a capacidade ociosa instalada nas empresas oferece uma barreira substancial à entrada de novos concorrentes no mercado, uma vez que evidencia uma predisposição ao rápido crescimento de produção decorrente de um crescimento de consumo e uma forte concorrência por preços de forma predatória e fratricida.

A capacidade ociosa instalada que foi sugere também uma outra vantagem estratégica, que é a da abertura das empresas da indústria, permitindo por exemplo, o lançamento de marcas próprias por parte dos supermercados ou de outros componentes do segmento de distribuição.

Algumas constatações de Antonialli, Filetto e Gonçalves (1995), surgidas da análise de algumas empresas da indústria de torrefação e moagem de café localizadas na região sul de Minas Gerais, merecem ser expostas:

- o superdimensionamento das torrefadoras com maior tempo de existência deve-se, principalmente, à política de subsídios do IBC para a aquisição de matéria-prima segundo a capacidade instalada das empresas, o que induziu a criação de uma capacidade excedente de processamento, de forma a internalizar esses subsídios.
- No caso das empresas analisadas, outras condições levaram ao excesso de capacidade, como: pequeno diferencial de preços entre máquinas de maior e menor capacidade produtiva; compra de máquinas usadas com alta capacidade de produção e com preços convidativos; tendência cultural dos proprietários em superdimensionar as instalações, máquinas e equipamentos, na expectativa de um aumento do fluxo de produção;
- não foi mencionado por nenhuma das torrefadoras a existência de capacidade ociosa em função dos motivos apresentados por Zaccarelli

(1990): ter possibilidade de lançar novos produtos, fazer manutenção preventiva, dentre outros. Por outro lado, a capacidade ociosa não tem sido encarada pelos torrefadores como um fator negativo. O investimento em altos estoques, conseqüentemente, o aumento de gastos com estoques torna-se o principal aspecto de aumento dos custos de fabricação.

De modo geral, a incapacidade da indústria de desenvolver “blends” para exportação faz com que o produto seja destinado apenas ao mercado interno.

#### **2.4.2.2.2 Distribuição e consumo interno**

O principal pólo de ligação entre consumidor final e indústria de torrefação e moagem são os supermercados, como constatado por Filetto, Antonialli e Gonçalves (1996) e Antonialli, Filetto e Gonçalves (1995) em análises realizadas com o objetivo de dimensionar as forças competitivas do setor. Os mesmos autores comprovaram que o poder de negociação dos compradores (supermercados) é alto, devido ao grande número de marcas existentes e à homogeneidade entre elas, fato verificado sob o prisma dos proprietários das empresas.

Segundo Superhiper (1993), o supermercado é um espaço especialmente preparado para a valorização da mercadoria, pois ela não fica escondida atrás do balcão, nas costas do vendedor, mas se mostra nas gôndolas, dialoga diretamente com os compradores, isto é, coloca-se ao alcance de suas mãos, depois de ter se tornado atraente por meio de anúncios veiculados em meios de comunicação e de proteger-se com uma vistosa embalagem. O supermercado é, hoje no Brasil, produto de uma profunda transformação, recente e rápida, que envolveu a sofisticação técnica e a concorrência de especialistas de diversas áreas de conhecimento, da administração à propaganda, da comunicação visual ao

marketing, convergindo para realização de uma finalidade: o incentivo do consumo. Nesse processo, o supermercado e outras formas derivadas do auto-serviço são peças importantes, pois, é por intermédio delas que a produção industrial atinge com mais facilidade e agilidade o consumidor final. A implantação do sistemas supermercadista no Brasil coincide com a formação do complexo agroindustrial do café.

Segundo Sobral (1994), a grande maioria dos supermercadistas, gerentes de compras e gerentes de loja pouco ou nada entendem de café. Eles dão ao produto um tratamento tipo commodity, ou seja, de matéria-prima pouco diferenciada, cujo preço é fator fundamental. Analisando por classe de produto, o café em pó é o que tem maior participação de vendas da seção de mercearia (3%), no giro do estoque dessa seção (1,6%) e maior giro do estoque geral em número de dias (12), em comparação a outros produtos, como chá, achocolatados e cereais matinais (Sobral, 1994).

Na análise competitiva, a participação de mercado é fundamental para o estabelecimento de preços, envolvendo os conceitos de margem e giro da mercadoria. O lucro por seu lado, é resultado da administração dos custos, eficiência do giro, participação no mercado e participação na mente do consumidor. Na verdade, preço é “valor percebido” ou, dito de outra forma, todo valor agregado tem preço. Assim, até mesmo commodities tradicionais podem não ser simples commodities. E, quando se está vendendo apenas preço, prazo e desconto, é sinal de que a gestão ( ou gerência ) do produto está falindo (Megido e Xavier, 1993).

Um estudo do professor Nelson Barrizzelli para Superhiper (1994) mostra que os produtos do grupo de giro mais rápido significam 45% do mix da loja e podem ter margem bruta em torno de 12,7%. Os de baixo consumo (25% do total), margem média de 46%. O grupo médio (30% do total) em torno de 26% de margem.

O posicionamento, a imagem da marca e o grau de domínio sobre os canais de distribuição são fatores que geram maior nível de “proteção” e real vantagem competitiva. Com a brutal velocidade de inovações, lançamento de produtos e serviços, e de avanços tecnológicos, a “exclusividade” não dura muito tempo. A tecnologia vira commodity rapidamente. E assim, na visão empresarial, o valor percebido da marca é fator diferenciador competitivo na guerra de marketing. O poder da marca e o domínio dos canais de distribuição transportam para os aspectos mais intangíveis do marketing uma nobre missão: determinar o “*ad value*” percebido de uma cadeia alimentar (ou marca) e aumentar o valor real dos ativos das organizações. A inter-relação entre as distintas tecnologias de marketing, no agribusiness, envolve o uso de toda tecnologia de planejamento, administração e atuação moderna. A criatividade em marketing acelera a adoção de hábitos alimentares e o retorno sobre investimentos dos produtos, bem como otimiza o custo da construção do valor dos ativos, com a percepção das marcas (Megido e Xavier, 1993).

O Brasil possui a terceira posição no ranking dos principais consumidores mundiais de café, embora o consumo interno tenha permanecido praticamente estagnado por quase 20 anos. O Brasil vem perdendo participação, em função da valorização, no mercado internacional, de atributos como aroma, sabor, corpo, acidez e outros, em detrimento de preço, elemento principal da competitividade do país. Somente nos últimos anos outros requisitos têm sido somados ao preço da demanda interna, com a difusão dos “*coffee shops*” e do café expresso, que exige grãos de melhor qualidade. No entanto, os arábicos brasileiros são extremamente apropriados para máquinas de café expresso e o robusta é ideal para a elaboração de *blends*. Os grãos da região do cerrado, do sul mineiro e do mogiano paulista estão entre os melhores do mundo e os cafezais das regiões onde não pode ser obtido produto de qualidade já estão sendo erradicados. Há ainda condições para a produção de extrato de café

líquido, produto de maior procura no mercado japonês e utilizado também para capuccino, sobretudo nos Estado Unidos (Coutinho e Ferraz, 1995).

#### 2.4.2.3 Agregado III – exportação cafeeira

O segmento exportador possui 174 exportadoras que negociam cerca de 19 milhões de sacas anuais. Os importadores possuem estrutura oligopsônica, dado que apenas cinco empresas concentram 80% das importações mundiais de café (Ponciano, 1995).

Em relação à receita proveniente das exportações brasileiras do setor agrícola, segundo os dados do Anuário Estatístico do Café (1996), o complexo café teve sua participação relativa sensivelmente diminuída; em 1971 representava 48,59 % e, em 1992, representava apenas 10,67 %.

Para Duque (1976), Ferreira Filho (1985), Ponciano (1995) e Santos (1996), um dos principais fatores responsáveis pelo insucesso do “agribusiness” do café, em relação aos outros complexos foi a grande intervenção do governo na maximização da receita, mediante políticas de aumento artificial do preço, o que incentivou a produção em países concorrentes. Outras razões foram a falta de uma política específicas de incentivo à melhoria da qualidade e de marketing para promover o café brasileiro no exterior.

As grandes corporações multinacionais que dominam os mercados de café na Europa e América do Norte dificultam a entrada do solúvel brasileiro com embalagem e marca próprias. Depois de disputar com os EUA a produção de café solúvel, o Brasil foi penalizado por fortes restrições impostas por aquele país e apoiadas pelos principais países importadores que faziam parte do AIC. A estratégia adotada pela indústria foi compor parcerias com grandes grupos multinacionais que dominam os canais de distribuição e assim grande parte do café solúvel brasileiro tem sido exportada a granel, em caixas de papelão,



restando ao importador embalar, colocar sua marca e distribuir o produto. Para Nascimento e César (1979), o custo de montagem de uma máquina de distribuição, apenas nos Estados Unidos, exigiria investimento de algumas centenas de milhões de dólares, sem falar no período necessário para a maturação do projeto.

A expectativa de crescimento da competitividade do café brasileiro torrado e moído brasileiro no exterior, segundo Zylberstajn, Farina e Santos (1993), pode ser atribuída ao fato de a indústria de torrefação e moagem possuir internamente os mais variados tipos de café e poder produzir praticamente todos o “blends” existentes no mundo.

A trajetória histórica do café no Brasil, estreitamente ligada à dinâmica de transformações do complexo rural, cuja resultante é o chamado complexo agroindustrial, foi visualizado neste capítulo, podendo ser assim sintetizado:

- o período de 1850/1890 caracterizou-se pela gradativa redução do trabalho escravo e introdução do trabalho livre, e a constituição do complexo cafeeiro;

- o período de 1890/1930 constitui a fase de auge do complexo cafeeiro até a grande crise de 1929/30;

- o período de 1930/1960 é a fase de integração dos mercados nacionais. Ele termina com a implantação do segmento industrial a partir de 1955, na chamada fase de industrialização pesada;

- a partir de 1965 tem início a constituição dos complexos agroindustriais, nos quais o café insere-se a partir de meados dos anos 1970.

### **3 CAFEICULTURA SUL-MINEIRA: DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL**

O levantamento histórico da cafeicultura no Sul de Minas será apresentado e analisado em três tópicos, caracterizados por três períodos, os quais propomos como forma de posicionar temporalmente o histórico da lavoura nessa região.

O primeiro período refere-se à introdução e expansão do cafeeiro no sul mineiro, no início e durante o século XIX. O segundo período refere-se a uma nova expansão no sul mineiro no final do século XIX, acoplada à expansão no oeste paulista e ainda apresenta elementos históricos referentes as primeiras décadas do século XX. O terceiro período refere-se à formação do complexo agroindustrial do café sul mineiro, a partir da década de 1970.

#### **3.1 O primeiro período cafeeiro da região sul de Minas Gerais**

Na região sul-mineira, com potencial aurífero bem menor que o das terras mais ricas do centro da Capitania, a diminuição da produção aurífera, no último quartel do século XVIII, afetou somente as vilas e arraiais localizados próximos às vias principais de circulação do ouro.

Na região aurífera mineira, não haviam sido criadas formas permanentes de atividades econômicas, a exceção da agricultura de subsistência, pois, abandonado a seus próprios recursos, segundo Mota (1984: p.128), o ex-mineiro transforma-se em agricultor ou criador de gado. Aliás, pequeno agricultor, pois sua atividade baseia-se na pequena propriedade onde cultiva a

cana-de-açúcar, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o algodão, e se dedica à criação de gado.

Muitos núcleos urbanos declinaram no final do século XVIII, levando uma boa parte da população a dispersar-se por uma vasta região, isolando-se em pequenos grupos. Forçosamente, o mineiro teve de se apegar à terra, não para extrair o ouro, mas para produção agrícola, seja de subsistência ou não.

Ao ingressar o século XIX, a mineração passou a segundo plano, a agricultura sobrepôs-se às demais atividades, e o sul mineiro tornou-se área agrícola. Carvalho (1998: p.119) afirma que o Sul de Minas, por possuir grande potencial humano e terras férteis, não sofreu com a transformação. Adicione-se a isso a vocação para a agricultura e pecuária trazida de Portugal, Açores e Ilha da Madeira.

Um favorecimento à expansão agrícola e pecuária no Sul de Minas viria com o cultivo do café no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba no início do século XIX. A limitação de terras disponíveis – devido à topografia da região e as técnicas rudimentares de cultivo – e a existência de trabalho escravo, de elevado custo, implicaram na maior especialização do vale do Paraíba na atividade cafeeira, possibilitando a divisão de trabalho inter-regional, em que o Sul de Minas desempenhava a função de abastecedor do mercado do Rio de Janeiro.

### **3.1.1 Introdução do café na região sul de Minas Gerais**

O agente que provavelmente introduziu o café no sul mineiro foi o tropeiro. Com relação a este fato, Valverde (1967: p.2) nos apresenta a seguinte citação:

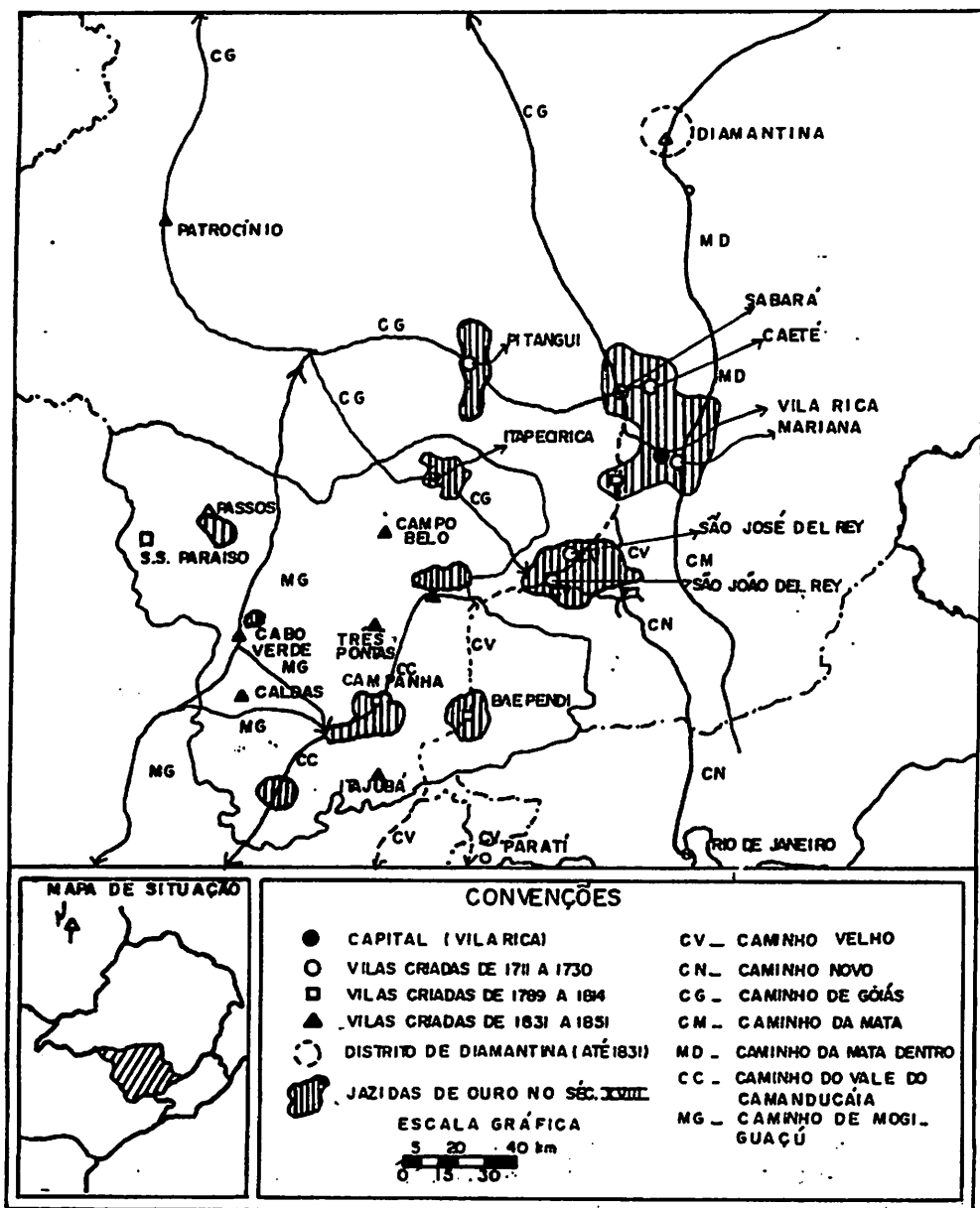
*“Diz-se que os tropeiros vindos de Minas Gerais, então em absoluta decadência, e do vale do Paraíba, deixavam suas mercadorias no Rio e iam carregar as cangalhas de suas mulas com mudas e sementes de café, no Medanha, antes de subirem a serra de volta.”*

Outra probabilidade, sem confirmação documental, é a de que o cafeeiro tenha sido introduzido pelo boiadeiro. Zemella (1990: p.234) afirma que, desde 1765, desciam boiadas do Sul de Minas para o Rio de Janeiro e que a região, compreendendo os vales dos rios Grande, das Mortes, Sapucaí e Verde, era ocupada por fazendas de criação, onde se praticava o pastoreio de forma extensiva. A zona que mais produzia gado na capitania era a Comarca do Rio das Mortes, intimamente ligada ao sul mineiro pelo “Caminho do Ouro”.

Adotaremos, no entanto, a figura do tropeiro, com seus carregamentos de queijo, toucinho, carnes salgadas e tabaco em rolo, em direção ao Rio de Janeiro, como sendo o responsável pela introdução das primeiras mudas de café no sul mineiro

Com base em Taunay (1945: p.99), verificamos que o “Caminho Velho das Minas” era o que possibilitava a comunicação entre o norte paulista e o porto de Parati. Não havia estrada entre São Paulo e Rio de Janeiro. Foi em fins do século XVIII que se estabeleceu uma picada através da mata no oeste fluminense (que nesta época era paulista) até o rio Pirai. O caminho, que ia de Santa Cruz a Itaguaí (RJ), subia a Serra do Mar, seguia para São João do Príncipe indo para Bananal, Areias e Lorena (SP), foi chamado de “Caminho Novo”. Novas veredas se abriram de Bananal para Jurumirim, de Barra Mansa a Angra dos Reis, de Taubaté a Ubatuba, de São José a São Sebastião.

A ligação do norte paulista com o sul mineiro originava-se em Taubaté, transpunha a serra da Mantiqueira na garganta do Embaú, tida por muitos anos como a única passagem possível, seguia em direção aos vales do Sapucaí e do rio das Mortes (Figura 4) (Zemella, 1990; Minas Gerais, 1926).



Fonte: Zemella (1990); Carvalho (1998); Sul de Minas (1978)

**FIGURA 4 - Caminhos coloniais e cidades do Sul de Minas Gerais**

Zemella (1990: p.115) apresenta três vias diferentes de acesso às minas: a que transpunha a Mantiqueira pelo vale do Camanducaia, o caminho que passava por Mogi-Mirim e o que se utilizava da garganta do Embu.

As primeiras culturas de café no sul mineiro foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do Sapucaí, em fins do século XVIII, por intermédio dos tropeiros. Esses arraiais localizavam-se no caminho da garganta do Embu, que ligava a região ao Vale do Paraíba (“o caminho do ouro”) (Minas Gerais, 1926; Sul de Minas, 1978; Romero e Romero, 1997: p.27).

Sobre a técnica de plantio utilizada pela primitiva cafeicultura sul mineira, o Sr. Valério comenta:

*“O café era plantado primordialmente em terras férteis de mata e dispensava a adubação. O uso de adubo químico teve seu crescimento somente a partir da década de 1960.”*

Por muitos anos, então, a cafeicultura, de modo geral, se ressentiria de técnicas mais aprimoradas de cultivo. Segundo Cruz Filho (1974: p.11), as técnicas tradicionais importavam na grande incorporação de terras virgens, plantio direto no campo, cultivo de outras culturas em meio ao cafezal, tanto durante sua maturação, quanto nos períodos de entressafra, e um tratamento bastante primitivo da plantação.

Outro indício da fixação do cafeeiro no sul mineiro está em Saint-Hilaire (1975: p.23), num trecho da narrativa de sua viagem pelo interior do Brasil, em 1822, após passar pelo entreposto de Estrela, afirmando que:

*“... iniciou o cultivo de algodão em Minas Novas, e começou a exportação de café no sul da Província de Minas, atividades essas que, a época de minha estada no Brasil (1816), tinham sido iniciadas havia poucos anos.”*

O entreposto de Estrela teve, então, imenso movimento de carga e descarga do café mineiro e fluminense, destinado a sair pela Baía da Guanabara.

Estrela declinaria somente com a construção da primeira estrada de ferro, de Mauá à raiz da Serra dos Órgãos. A abertura de novas vias condutoras de Bananal e Jurumirim fizeram arrefecer o tráfego no Caminho Velho das minas por Parati, Cunha e Guaratinguetá, que, durante o século XVIII, fora intensamente transitado. Por diversos rumos desceu o café, do planalto a vários pontos do golfo angrense, tais como as estradas de Ariró, Itanema, Manbucaba e Bracuí (Taunay, 1945: p.100).

Um problema que persistiu por muito tempo e de forma abrangente na cafeicultura, não só sul mineira mas nacional, foi a falta de cuidado com o preparo e acondicionamento pós-colheita. Um registro deste fato foi encontrado nos relatos de John Mawe, em 1812, nas sua viagens ao interior do Brasil:

*“O café, o algodão, o milho, o feijão, são amontoados sob telheiros úmidos e cobertos por couros. Metade se estraga e apodrece e o resto fica consideravelmente deteriorado, graças a uma negligência que atinge às raias da estupidez.”* (Romero e Romero, 1997:p.29)

Taunay (1945: p.46) confirma esta situação, revelando que, nos primeiros anos, apresentou-se o café brasileiro aos mercados muito mal beneficiado, sendo descascado pelos cascos dos bois ou pelo monjolo. Taunay (1945) determina o ano de 1830 como o do surgimento das primeiras máquinas primitivas de benefício.

A produção inicial do cafeeiro destinava-se ao consumo próprio, ampliando-se paulatinamente para o atendimento da demanda local. O cultivo econômico do café na região sul de Minas, ainda que modesto, gerava algumas contribuições à exportação mineira do produto, sendo a quantidade difícil de ser calculada, uma vez que, além da falta de registros, os valores eram incorporados aos do norte paulista.

Os dados de exportação da economia mineira, proporcionados por Singer (1977: p.208) e referentes a 1818/19, já incluem o café. Os itens mais

importantes são representados por produtos da pecuária: gado vacum (248\$200 – duzentos e quarenta e oito contos e duzentos réis), bestas (90\$700), porcos (90\$500) e queijos (79\$400). Seguem-se alguns produtos da lavoura: fumo (70\$400), algodão (58\$900) e açúcar (45\$700). O café ocupa um lugar modesto, com apenas 29\$000. Segundo Taunay (1945: p.61), a exportação mineira era de 9739 arrobas em 1818. Este valor de exportação certamente era composto pela produção cafeeira sul mineira e da Zona da Mata.

Apesar de não ocupar uma posição de destaque nas exportações mineiras, o fato é que o café começava a ocupar seu espaço como produto econômico.

No sul mineiro, por muitas décadas, predominaria a produção pecuária, tanto para o corte, quanto para o leite. Segundo Saint-Hilaire (1975: p.50), em 1822, o vale do Rio Grande fornecia a maior parte dos animais vendidos no Rio de Janeiro. As outras áreas sul mineiras tinham também na pecuária a sua principal renda. Nem por isso, contudo, se dava pouco interesse a agricultura, sendo o algodão, fumo e cana-de-açúcar, os principais representantes.

O café da Zona da Mata mineira também começava a expandir-se, segundo Shikida (1992: p.95), ocupando uma área de matas que começou a ser explorada apenas com a decadência da mineração em Minas Gerais, pois, no seu auge, a região da Mata não teve incentivada a sua ocupação e exploração para evitar o contrabando do ouro para o litoral. O café passou a expandir-se em área não ocupada ao lado de pequenas lavouras de produtos para consumo interno.

E o café da Zona da Mata cresceria continuamente em importância como gerador de rendas para a província, relegando a produção cafeeira sul mineira a um segundo plano.



### 3.1.2 Expansão do café na região sul de Minas Gerais

Fomentado pelas condições do mercado internacional, a lavoura cafeeira expande-se de maneira vertiginosa, a partir de 1830, tomando várias frentes. Para Valverde (1967: p.6), os anos da década de 1830 foram decisivos, pois, nesse período, o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café. No ano de 1832, o café ocupou o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras e, já em 1837/38, o valor relativo ao café alcançava 53,2%, isto é, mais que a soma dos valores de todos os demais produtos exportados.

O grande centro cafeeiro do momento é o Rio de Janeiro, principalmente sua porção ocidental, num grande crescimento em direção ao vale do Paraíba.

O vale do Paraíba paulista começa também a assentar sua produção no cafeeiro e, segundo Valverde (1967: p.6), não se plantava café nos solos pesados e úmidos das várzeas, nem nos solos pobres do tabuleiros sedimentares das bacias de Resende e Taubaté. Os cafezais subiam as vertentes dos morros, alinhados em fileiras paralelas, segundo linha de maior declive. É o tradicional cultivo “morro abaixo”, que permite a instalação de um processo erosivo complexo, que já destruíra a cafeicultura da capital do Império e aniquilaria a cafeicultura do vale do Paraíba.

Pelo que relata Taunay (1945: p.53-54), em São Paulo o surto cafeeiro se processou a princípio, muito mais modesto do que na região fluminense. Em 1836, o oeste paulista produzia pouco, apenas 95.919 arrobas (norte paulista, 423.773 arrobas e litoral, 84.864 arrobas). Das 584.516 arrobas produzidas em 1836, somente 76.336 foram exportadas por Santos. A maior parte descia da Serra a Jurumirim, Ubatuba e Parati.

Para Furtado (1974), por se apoiar mais no uso do fator terra, o grau de capitalização da empresa cafeeira era menor que o da empresa açucareira. Além

disso, sendo seus equipamentos mais simples e de fabricação local, as necessidades monetárias de reposição também eram menores em cotejo com a empresa açucareira.

O sul mineiro não concorreria com a expansão produtiva do vale do Paraíba, sendo a distância o maior obstáculo. Do vale do Sapucaí e Lourenço Velho, o café se deslocaria, lentamente e ainda para consumo local, para outras áreas, principalmente as dotadas de condições edafoclimáticas melhores (clima e solo). Partindo das afirmações de Saint-Hilaire, após sua viagem pelo Sul de Minas em 1816, registrou:

*“A região de Minas (Sul de Minas), que acabamos de percorrer (ao penetrar em território paulista) é muito mais alta do que aquela onde estamos atualmente (região de Lorena). Se precisássemos de outra prova, haveríamos de a encontrar na diferença das produções, pois o café e a cana não dão bem do outro lado da serra e são as plantas que deste lado se cultivam com o maior êxito (Romero e Romero, 1997: p.34).”*

Podemos deduzir que a cultura do café evitaria as regiões de altitude da serra da Mantiqueira. As áreas sul mineiras, com densidade populacional maior, seriam as preferidas.

O maior entrave à expansão da cafeicultura sul mineira, nas primeiras décadas do século XIX, era a dificuldade de transportes. As vias de comunicação eram precárias e as distâncias a serem percorridas muito longas.

A primeira Assembléia Provincial votou a lei nº 18 de 1º de abril de 1835, com um plano de estradas que irradiavam de Ouro Preto na direção dos quatro pontos cardeais e em direção ao Rio de Janeiro, pondo as cidades e vilas mais distantes em comunicação com as capitais da província e do Império.

No entanto, poucas estradas se puderam construir durante a monarquia, devido às dificuldades de traçado em solo tão acidentado e à notória penúria de recursos (Minas Gerais, 1926: p.221).

O problema das vias de comunicação mineiras constariam dos discursos políticos da época, mas não seriam resolvidos facilmente. No entanto, a cobrança de impostos se resolvia rapidamente, sendo que, em 1835, foi instalada na corte a Recebedoria da Província de Minas Gerais e, em 7 de março de 1838, foi criada a Mesa Provincial no Consulado da Corte, para fiscalização e arrecadação do “dízimo” aplicado às despesas da Província. A exportação mineira era 163.000 arrobas em 1835 (Taunay, 1945: p.61).

Segundo Taunay (1945: p.61), em 1836, o Dr. Manuel Dias de Toledo, presidente da Província de Minas Gerais, refere-se à devastação e derrubada de matas provocadas pelo enorme incremento do cafezais na Zona da Mata de Minas e secundariamente no sul mineiro.

Pelos dados de Singer (1977: p.208), referentes a 1842/1843, as bestas (1.810\$000), os bois (1.170\$000) e o café (592\$000) foram os itens que maior importância tiveram na pauta de exportação de Minas Gerais. Observa-se um crescimento vertiginoso da participação do café, se comparado com os dados do período 1818/19 fornecido pelo mesmo autor.

Em Romero e Romero (1997: p.70), há um relato de Augustinho R. da Cunha, em 1844, sobre alguns inconvenientes das longas viagens realizadas pelo café mineiro até o Rio de Janeiro:

*“Se o café de Minas pudesse chegar ao mercado bem acondicionado, sendo preparado do mesmo modo que o café da arábia, poderia talvez obter um terço mais sobre seu preço, do que o café do Rio de Janeiro; mas como ele se deteriora em grande parte nas longas viagens, nós indicaremos os meios de acondicioná-lo, para preservá-lo dos contratempos, quando falarmos de seu ensaque, e modo de transportá-lo.”*

O mapa dos gêneros importados e exportados pela recebedorias da província de Minas Gerais, no ano financeiro de 1844 a 1845, elaborado pela Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 15 de dezembro de 1845, sob a

responsabilidade de Luiz Fortunato de Souza Carvalho, apresenta o café taxado em 3% juntamente com a carne seca, azeite, açúcar, fumo, queijos; e, em 6% o arroz pilado e com casca, amendoim, feijão, gado vacum, cavalariço, lanígero, muar e cabrum.

Uma questão de fraude nas guias de café entre as províncias tomou tal vulto que, em 1851, o governo da Corte, sempre atento à exportação do seu principal produto, procurou solucionar o problema por meio de entendimento com as autoridades de Minas Gerais. O presidente da Província se dispôs a negociar com a do Rio de Janeiro e, conhecidos os pareceres de delegados mineiros e fluminenses, a 17 de julho de 1851 foi lavrado um acordo, talvez o primeiro sobre café entre Províncias, cujas principais bases eram:

1. pela Mesa do Consulado Provincial do Rio de Janeiro se arrecadaria o dízimo do café, não só fluminense como de Minas, à razão de 4% sobre o preço das pautas semanais;
2. a renda do dízimo seria dividida em 100 (cem) partes, das quais caberiam a Minas 9,03 e ao Rio de Janeiro 90,97.

Na tabela das deduções dos gêneros sujeitos ao imposto de exportação nas recebedorias da província de Minas Gerais para o ano financeiro de 1859 a 1860, organizada em virtude do § 3º do art. 2º da Lei nº 869 de 5 de julho de 1858 e aprovada pela portaria do governo de 8 de fevereiro de 1859, a arroba de café estava sujeita a 4%. A tabela apresentava seguinte nota:

*“ A exportação do café é só cobrável nas recebedorias ao norte da província a razão de 120 Réis por cada arroba enquanto vigorar o convênio celebrado com a do Rio de Janeiro. ”*

A arroba de açúcar, fumo, farinha de trigo, carne seca, entre outros pagavam 3% de tributos. A arroba de gengibre, o alqueire de arroz pilado, feijão, amendoim, milho, entre outros pagavam 6% de tributos.

Esta variação no valor do tributo imposto ao café ocorreu em função do crescimento das exportações do produto e do aumento de sua importância como gerador de rendas. Segundo Taunay (1945: p.61), a exportação mineira era de 9739 arrobas em 1818 e 163000 arrobas em 1835.

A expansão sul mineira do café, ao seguir rumos do sul, oeste e norte da região, apresentou uma peculiaridade que a caracterizou como apêndice de outras importantes áreas cafeeiras (Bacha, 1988: p.20). Ou seja, em sua origem, as áreas cafeeiras sul mineiras não integravam entre si, estando ligadas ao estado a que se encontravam ligadas fisicamente - a cafeicultura dos vales dos rios Sapucaí, Lourenço Velho, Verde e Grande com a do Rio de Janeiro; a cafeicultura do vale do Rio Pardo, altiplanos de Poços de Caldas, médio e baixo vale do Rio Grande e vale do Camanducaia com a de São Paulo. No entanto, Taunay (1945: p.53-54) afirma que, em 1854, quase 50% do café paulista saiu pelos portos fluminenses. Ainda era visível a superioridade produtiva fluminense.

A Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba inaugurou em 1855, com 30 km de extensão, a primeira estrada de rodagem no Brasil, dentro dos conceitos técnicos. Por ela transitaram 2 milhões de arrobas de café, dos quais nove décimos de procedência fluminense e o resto do extremo norte de São Paulo ou Bananal e do Sul de Minas, da região de Baependi. Devia ir a Barra Mansa, mas esgotando-se os recursos, faliu a empresa construtora (Taunay, 1945: p.101).

Segundo Taunay (1945: p.52), a proporção da produção cafeeira no Brasil em 1859 era a seguinte: Rio de Janeiro, 78,41%; São Paulo, 12,13%; Minas Gerais, 7,78%; Espírito Santo, 1,39% e Bahia, 0,26%, sendo que, em 1859/1860, o café passou a ser o produto de maior destaque na pauta de exportação de Minas.

Um relato que da conta da situação climática privilegiada do sul mineiro, para o café, foi feito por Luiz T. M. D. Oliveira em 1863 (Romero e Romero, 1997: p.126) :

*“Da minha viagem pela porção sul de Minas, tirei a vantagem de ficar convencido e poder expor como axioma que os lugares em que não chegar a ação da geada, embora sofram o inverno, são os mais próprios para café; por que havendo aí a queda de toda a folhagem em um tempo dado (na entrada do inverno), e havendo a brotação e a floração em um só tempo (principio da primavera), vê-se que a maturidade do fruto também vem em um só tempo; e por isso não só facilita a colheita por ser feita em uma só vez, como também especializa o aroma do café por ser colhido todo maduro; o que não acontece nos lugares mais quentes e úmidos onde reina quase constantemente primavera.”*

E conclui dizendo:

*“Não está longe o futuro, em que será por todos reconhecido que os lugares mais próprios para a plantação de café, são os climas de temperado para frio, onde sente-se a passagem das estações (Romero e Romero, 1997: p.127).”*

A expansão da cafeicultura, como já dissemos, estava diretamente ligada ao escoamento da produção, que era feito pelas precárias vias de comunicação, em direção aos portos de embarque. Segundo Valverde (1967: p.21), a principal região cafeeira do Brasil, no século passado subdividia-se em duas partes: a maior compreendia o vale do Paraíba, a Zona da Mata Mineira e parte do sul de Minas; chamava-se “zona do rio” porque exportava sua produção por esse porto. A segunda abrangia o planalto paulista, a partir das imediações de Campinas e a outra parte do sul de Minas e escoava por Santos a sua colheita, chamando-se por isso “zona de Santos”

É bom salientar que, apesar de expansiva, a cafeicultura sul mineira até o início do último quartel dos noventa será relativamente discreta, com

produção e exportação modesta, frente a concorrência dos cafés localizados mais próximos aos portos de embarque.

### 3.2 Segundo período cafeeiro da região sul de Minas Gerais

A cafeicultura sul mineira entra numa nova fase de expansão e crescimento produtivo quando ocorre uma segunda frente expansiva no oeste paulista (Campinas e Ribeirão Preto), que encontraria o Sul de Minas pela sua porção sul, devido à ligação física entre essas duas regiões.

O Sr. Paulo César diz que:

*“A região de Poços de Caldas e de São Sebastião do Paraíso – limite ao estado de São Paulo, acompanhou o crescimento da cafeicultura da mogiana paulista. Nós tivemos produtores bem ativos na cafeicultura destas áreas do Sul de Minas, porém não muitos em outras áreas que vieram a se juntar às tradicionais áreas de café. Alguns produtores tradicionais cultivavam o café por muitas gerações.”*

Outras áreas, mais ao centro e a norte da região sul mineira, ligariam seu escoamento produtivo ao Rio de Janeiro, aproveitando-se da perda de dinamismo das frentes expansivas e do declínio produtivo das lavouras cafeeiras.

As áreas sul mineiras, distantes do Vale do Paraíba e da Região Mogiana paulista, necessitaram aguardar até meados da segunda metade do século XIX para que o café se estabelecesse como uma cultura econômica.

Segundo o Diagnóstico (1995: p.18), o café consolidou-se no município de Varginha (centro da região), a partir de 1885, quando começaram a despontar nas colinas e morros os primeiros cafezais. Muitas lavouras de cana-de-açúcar foram sendo substituídas pelas de café. Já no final do século XIX, o sul de Minas revelou-se na produção de café, formando, com o norte-nordeste do estado de São Paulo, o centro político e econômico do país. Transforma-se o

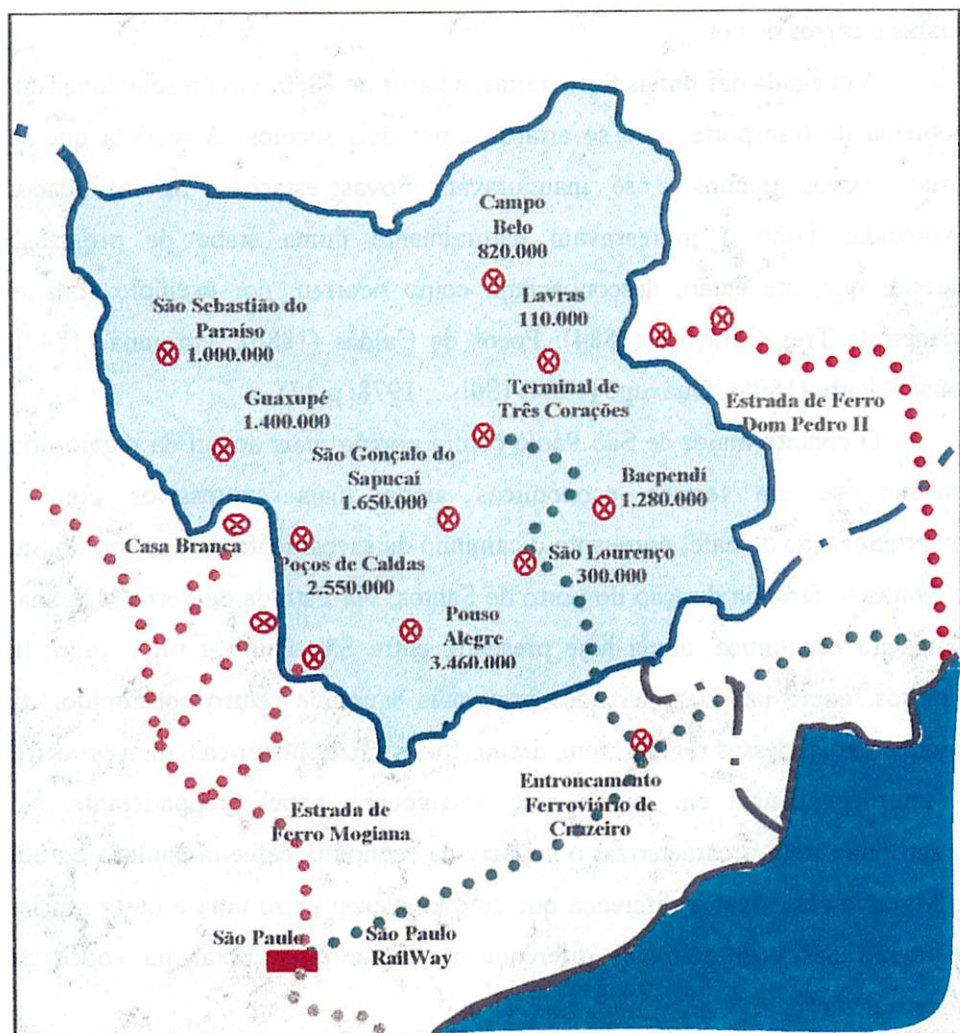
café na mais importante cultura regional, fenômeno que impulsiona o desbravamento de enormes áreas de leste a oeste, até ultrapassar o Rio Grande.

As tabelas constantes em anexo, construídas a partir dos dados primários contidos em Sauer (1885), referentes às comarcas produtoras de café do sul de Minas Gerais no ano de 1884, apresentam a região com 19.040.000 pés de café. Adotando-se a menor produtividade para o cafeeiro, obtida em uma pesquisa realizada por Couty em 1883 (Romero e Romero, 1997: p.184), em 14 propriedades de café nas províncias do Rio e São Paulo, sendo esta de 10 sacas de café por hectare e, ainda, um *stand* de 1.000 pés de café por hectare, teremos 190.000 sacas de café produzidas nas comarcas do Sul de Minas em 1884. A deficiência do sistema de coleta de informações nesse período foi um elemento considerado ao analisarmos estes dados. Provavelmente, o número de sacas de café produzida foi maior, uma vez que, boa parte da produção sul mineira era incorporada aos resultados do Rio de Janeiro, porto para onde dirigia-se quase toda a produção.

Os dados fornecidos pelas tabelas permitiram-nos construir um mapa relativo às áreas produtoras de café no sul mineiro em 1884, constando ainda a população cafeeira nessas áreas e as linhas ferroviárias que serviam a região. O mapa construído é o apresentado na Figura 5.

Um fato importante para Varginha, nesta fase, foi a inauguração da Estrada de Ferro Muzambinho, em 1892, reafirmando a posição daquela cidade como centro comercial do Sul de Minas, já que desde os primeiros tempos caracterizou-se como tal. O ramal interligava a cidade à malha ferroviária do Sul de Minas e seguia até o arraial de “Tuyuti”, onde encontrava a rede ferroviária Mogiana (o trecho Varginha-Tuyuti foi desativado em 1962 devido às enchentes provocadas pela represa de Fumas). Os lugares vizinhos convergiam para esta cidade toda a sua vida comercial (Diagnóstico, 1995: p.19).





Fonte: Dados de Sauer (1885), construído pelo autor.

**FIGURA 5** Áreas produtoras de café, população cafeeira e linhas ferroviárias do sul mineiro em 1884

O escoamento da produção cafeeira sul mineira sempre foi limitada pelas suas vias de comunicação, sempre em péssimo estado. Mais limitante foram os meios de transporte, compostos, na sua maior parte, por tropas de muares e carros de boi.

A chegada das linhas ferroviárias, a partir de 1880, viria a solucionar um problema de transportes que se arrastava por dois séculos. À medida que se abriam novos trechos e se inauguravam novas estações, as localidades favorecidas também ingressavam naturalmente numa etapa de progresso material que, até então, desconheciam, como ocorreu, por exemplo com as cidades de Três Corações (1884), Poços de Caldas (1886), Varginha (1892), Pouso Alegre (1895), Guaxupé (1904) (Sul..., 1978: p.17).

O contato maior de São Paulo com a porção mais ao sul da região, iria consolidar-se em termos econômicos ainda mais expressivos com a comercialização do café, porquanto o caminho de escoamento do produto do Sul de Minas se faria na direção do porto de Santos, via Estrada de Ferro Mogiana. A ligação econômica, ainda hoje presente, entre São Paulo e sul e sudoeste mineiros, como um dos mercados principais e grande centro consumidor da produção atual dessas regiões, tem, assim, fortes raízes históricas, num processo de interdependência em que o café desempenha papel preponderante. No entanto, não iremos caracterizar o impacto da economia cafeeira paulista no Sul de Minas e nem fixar a diferença que se estabeleceu entre uma e outra região, em razão das conseqüências diferenciais que se farão notar na época da industrialização.

Em 1893, Varginha inaugura sua primeira máquina de beneficiar café. Depois disso, vieram muitas outras. Até esta época o café colhido em Varginha, quando não era exportado em “côco” ou “casquinha”, sofria o preparo pelos processos artesanais, trazendo prejuízo à sua qualificação (Diagnóstico..., 1995: p.19).

O desenvolvimento da lavoura cafeeira teve reflexos na expansão urbana e demográfica da região, onde núcleos anteriormente de pouca expressão logo se emanciparam como sedes de municípios autônomos.

Para Sul... (1978: p.12), a classe cafeeira sul mineira veio a ser acoplada à dominação do café, pelo processo de expansão do café paulista, a cuja classe dominante se subordinava. Frequentemente, para o financiamento da produção – contrato de trabalhadores, compra de máquinas para beneficiamento e demais insumos, os cafeicultores sul-mineiros recorriam aos ricos comerciantes de Santos ou aos fazendeiros - comerciantes que dispunham de um grande capital e que desempenhavam o papel de intermediários, comprando os grãos e emprestando dinheiro aos fazendeiros menos providos.

A evidência desse processo de interação com São Paulo está na expansão da rede ferroviária, pela fronteira do estado de Minas, com o objetivo de servir ao escoamento da produção cafeeira. Assim, no último quartel do século XIX, verificou-se, em todo o Sul de Minas, um esforço notável do Poder Público e da iniciativa privada para dotar a região do meio então mais moderno e eficiente de transporte – a ferrovia –, atendendo ao escoamento da produção cafeeira e ao imperativo de colocar os núcleos urbanos que se expandiam em melhores condições de intercomunicação regional e de contato mais efetivo com centros como São Paulo e Rio de Janeiro.

A primeira menção que encontramos a respeito da qualidade específica da bebida do café sul-mineiro está em Romero e Romero (1997: p.260) e refere-se ao ano de 1906:

*“...recentemente, um novo tipo de café com características intermediárias, entre o natural e os fermentados, foi descoberto no Sul de Minas (Ouro Fino e Botelhos) com o nome comercial de “cereja descascado” ou “ótimo” na Itália. Trata-se de café despulpado que é imediatamente seco, sem fermentações e lavragens portanto com sabor*

*e corpo intermediários, mas com ótima aceitação como café especial para diversos fins.”*

Segundo Agricultura (1997: p.6), em 1928 o café produzido em Machado foi considerado o melhor do mundo, em eleição ocorrida na Colômbia, durante o I Certame Internacional de Cafés. O objetivo era listar os países que produzissem os mais aromáticos e saborosos cafés do planeta. Cópia do Certificado (em tamanho ampliado) está exposta em uma das salas da Casa da Cultura de Machado. Outro dado que marca a história do café produzido em Machado é que o produto foi o primeiro a ser servido na inauguração de Brasília.

Em 1932, ainda sob os efeitos da crise de 1929, foi fundada a Cooperativa Agrícola Guaxupé. Em 1957, a diretoria em exercício houve por bem transformá-la em cooperativa de produtores de café, com o nome de Cooperativa Regional do Cafeicultores em Guaxupé – COOXUPÉ (Leite, 1995: p.35), hoje, a maior cooperativa de café do mundo, motivo da nossa citação.

Em 4 de setembro de 1932, o jornal “Nova Lavras” (Arquivo Café da Biblioteca do Museu Bi-Moreira/UFLA) trazia a seguinte matéria:

*“A safra do município de Lavras cotada em 1932, foi de 40.000 sacas de cafés finos que serão exportados para o Rio de Janeiro. Nepomuceno colheu este ano, cerca de 70.000 sacas. É um número bem respeitável e bastante animador para o comércio desta zona. A maior parte da safra de Nepomuceno é exportada por via Varginha e o restante via Lavras. Lavras como escoadouro dos cafés de Nepomuceno, apresenta relevantes vantagens sobre Varginha. Apesar de as nossas estradas não serem tão boas quanto as estaduais, a distância que medeia entre Lavras e Nepomuceno é a metade de Nepomuceno a Varginha, podendo um caminhão lotado fazer, perfeitamente, duas viagens por dia, pela estrada de D. Marianna. Além disso, os cafés exportados por via Varginha são sobrecarregados de um imposto extraordinário, de 6\$000 por saca, o que não se observa na Oeste de Minas. Os armazéns de Varginha estão super lotados, por ser aquela zona grande produtora de café, não havendo acomodações suficientes.*

*Os armazéns da Rede Mineira de Viação, em Lavras, possuem acomodações para mais de 30.000 sacas e, tem embarcado diariamente, grande quantidade. Em vista das relevantes vantagens que fizemos notórias, é de conveniência exportar por via Lavras os cafês da zona de Nepomuceno, como estão fazendo alguns compradores e fazendeiros daquela zona.”*

Nota-se, nos discursos da época, uma clara divisão dos produtores do sul mineiro, quanto ao escoamento da produção, entre o porto de Santos e o porto do Rio de Janeiro.

Em 18 de setembro de 1932, o mesmo jornal “Nova Lavras” ,trouxe a seguinte notícia:

*“Impedido o porto de Santos de exportar, por causa da rebelião paulista, São Paulo, o celeiro do mundo teve de armazenar todo o seu café da presente safra. Os outros estados produtores, principalmente Minas, acham-se numa azáfama indescritível, a fim de suprir o consumo mundial. A estação da Rede Mineira de Viação, apesar dos espaçosos armazéns que possui, tem recebido, diariamente, grandes lotes de café de Nepomuceno e Varginha, pois a exportação, por via Lavras, é assaz vantajosa, em vista dos pesados tributos que acarretam os cafês do Sul de Minas e não atingem os da Oeste. Os embarques acham-se livres e as procuras têm sido vantajosas.”*

Quando havia cobrança de alguma taxa extra ou qualquer impedimento que dificultasse o escoamento do café pelo porto de Santos, a produção era escoada pelo porto do Rio.

De acordo com o Diagnóstico... (1995: p.20), em 1933 o município de Varginha conquistou o 19º lugar no estado em produção de café, e o 6º lugar com suas indústrias manufatureiras.

Hidelbrando de Magalhães, escrevendo sobre o café em Minas Gerais em 1933 (Romero e Romero, 1997: p.304), assim expressou-se:

*“É de crer-se que, para o futuro, atinja (o café) ao vale do São Francisco, no norte, triunfe no vale do Rio Grande, no noroeste, e tome a plena direitura do vale do rio Paranaíba no Triângulo. As*

*enfermidades que, de quando em quando, tentam atacar a rubiácea em seus frutos, raramente conseguem vingar, ali, - talvez devido ao clima privilegiado, - e, assim, não significam nunca fatores de decadência, apesar da quase absoluta falta de elementos de proteção racional às lavouras. O fator de ordem agrária que está preparando a degradação lavoureira, quer da Mata (mais acentuada), quer do Sul (mais lenta), é o empobrecimento, o cansaço das terras. Certos lavradores em Minas (mas raros, ainda), já aprenderam, mediante a aplicação de adubos químicos, cultivar cafezais até mesmo nos seus terrenos de pasto, onde, com a fertilização artificial, prospera bem a variedade "bourbon". Somente o uso consciencioso dos adubos químicos retardará a gradual ruína agrícola que se vê em cada uma das maiores zonas cafezeiras da terra montanhosa e principalmente nas regiões vizinhas do rio Paraíba do Sul."*

No jornal "A Gazeta" de Lavras-MG, em 1936, há uma matéria sobre a instalação do Campo Experimental de Café:

*"Por iniciativa do Ministério da Agricultura e mercê dos esforços e da dedicação do chefe do Serviço Técnico do Café no Estado, Dr. Dirceu Duarte Braga (engenheiro agrônomo formado pela Escola Agrícola de Lavras), está sendo organizado nesta cidade, nas proximidades do lugar que se denomina "Pasto Fechado", um grande Campo Experimental de Café ergueu-se lá dois prédios estupendos, um dos quais se destina a laboratórios e estudos científicos. Estes estudos, como se sabe, se revestem de grande importância. Os resultados que a lavoura cafezeira até agora tem obtido com ele salientam sobretudo a sua elevada finalidade. A construção daqueles edifícios foi dirigida pelo Sr. João Modesto de Sousa, fazendeiro que, nas suas extensas propriedades, tem positivado o valor dos métodos agrônômicos racionais, longe do empirismo dos processos rotineiros. O Campo Experimental do Café ocupa uma área de cerca de 20 alqueires. Possui 17.000 pés de café, além de considerável plantação de algodão e vasto pomar."*

Mesmo com a instalação da Escola Agrícola de Lavras, em 1908, as pesquisas com o café ainda demoraram alguns anos para se intensificar, tendo iniciado formalmente com a iniciativa descrita pela matéria de jornal.

### **3.3 O terceiro período cafeeiro do sul de Minas Gerais**

Ao lado da expansão industrial, configura-se a revitalização da atividade cafeeira, a partir da política de renovação de cafezais em 1969, que canalizou novos recursos para o cultivo do café, em detrimento de outras culturas. O aparato institucional para a sustentação da cultura do café e as condições climáticas no Sul de Minas possibilitam uma elevada rentabilidade para este produto, ocasionando uma tendência à concentração de recursos nessa atividade.

Antes de analisarmos especificamente a atual cafeicultura sul mineira, analisaremos a situação agrícola de Minas Gerais entre 1950 e 1960, o que nos servirá de parâmetro a algumas análises.

No primeiro período (1950/1958), a produção cafeeira, em Minas Gerais cresceu de maneira constante, apresentando ligeiras quedas em 1952, 1954 e 1956. O índice de crescimento foi da ordem de 30%. No segundo período (1959-64), a produção sofreu quedas sucessivas, atingindo, no final da série, o índice 60, ou seja, cai em 40% com relação ao ano base.

De 1959 a 1964, tanto em Minas quanto no Brasil, houve decréscimo da área agricultada de café, em termos percentuais de 14% para o país e 12% para Minas Gerais. Isto se deveu, principalmente, à política de erradicação do café, eliminando plantas antieconômicas e aproveitando as antigas áreas cafeeiras para a exploração de outras culturas. A participação do estado na área cultivada nacional declinou no primeiro período de 3,3%, para aumentar 0,5% no segundo período. Minas participou, em 1964, com 18,9% da área brasileira para plantação de café.

As regiões de Minas Gerais que mais se destacaram na produção de café, nos períodos citados, foram as da Mata, Sul e Rio Doce, que participaram, em 1964, com, respectivamente, 30,3%, 28,4% e 20,2% do total produzido

(Tabelas 4). Deve ser salientado que, para a análise das regiões que se destacam, será considerado apenas o período de 1959/1964, já que foi constatada a falta de dados para o primeiro período.

A zona sul diminuiu sua participação no total da produção do estado vindo a representar 28,4% em 1964, quando em 1959 figurava com 34,4% do total. A série de produção mostra considerável declínio, chegando a atingir no final do período um índice de 52 (Tabela 4). Até 1961 verifica-se crescimento para, a partir do ano seguinte, sofrer quedas sucessivas. A área de cultivo da região, que em 1959 era de 211 milhões de pés, passa, em 1964, para 188 milhões. Em termos de percentagem houve um decréscimo de 11%. A produtividade do sul também se reduziu, passando de 872 kg/ha, bem superior, portanto, à do estado.

**TABELA 4** Área cultivada, rendimento, índices de crescimento e participação total no estado do café do Sul de Minas.

| Anos | Área cultivada em<br>1000 pés | Rendimento<br>kg/ha | Índices de crescimento |        | Participação no total no<br>estado (%) |        |
|------|-------------------------------|---------------------|------------------------|--------|--|--------|
|      |                               |                     | Prod.                  | Valor* | Prod.                                  | Valor* |
| 1959 | 211975,6                      | 872                 | 100                    | 100    | 34,400                                 | 39,581 |
| 1960 | 222793,0                      | 1017                | 122                    | 85     | 40,590                                 | 38,721 |
| 1961 | 196848,9                      | 1211                | 128                    | -      | 40,340                                 | -      |
| 1962 | 219562,0                      | 673                 | 73                     | 85     | 30,690                                 | 40,842 |
| 1963 | 210205,9                      | 716                 | 81                     | 120    | 31,870                                 | 47,180 |
| 1964 | 188633,0                      | 517                 | 52                     | 40     | 28,459                                 | 27,650 |

Fonte: Diagnóstico... [ca. 1966] (\*) Preços de 1966



As regiões onde se encontra o maior número de pequenos estabelecimentos são aqueles que já alcançaram maior grau de urbanização. Tal se explica, em grande parte, porque há uma certa pulverização da propriedade nas áreas periféricas aos centros urbanos. Além disso, dada sua maior concentração demográfica, a pressão sobre as terras disponíveis é bem maior. Assim, as zonas da Mata, Metalúrgica, Campos das Vertentes e Sul, somadas, detinham, em 1950, 60,3% dos estabelecimentos de área inferior a 10 ha e 49,5% dos estabelecimentos com área entre 10 e 100 ha.

Pela Tabela 5 observa-se que, para a região sul, houve um aumento no número de estabelecimentos para os estratos de 1-9 e 10-99 hectares e, ainda, uma diminuição para os estratos de 100-999 e 1.000-9.999 hectares. Estes dados podem figurar como um indicador da pulverização fundiária na RSMG.

Pela Tabela 6 observamos que o pessoal ocupado nas atividades agrícolas do sul mineiro e de Minas Gerais cresceu entre 1950 e 1960, sendo que, no entanto, a participação do Sul de Minas diminuiu no mesmo período (17,5% em 1950 e 16,2% em 1960).

O número de tratores, em Minas Gerais (Tabela 7), cresceu em 559%, enquanto a quantidade de arados se expandiu em 26%. Para o Sul de Minas, o incremento no número de tratores entre 1950 e 1960 (752%) foi superior ao de Minas Gerais, sendo que a participação no total do estado também cresceu (passando de 18,4% para 23,7%). O crescimento do número de arados não seguiu a mesma magnitude, se comprado ao crescimento do número de tratores (Tabela 8).

**TABELA 5 Número de área dos estabelecimentos, distribuídos por grupos de área total para 1950/1960 no sul de Minas Gerais**

| <b>SUL DE MINAS GERAIS</b> |                               |              |                         |                |
|----------------------------|-------------------------------|--------------|-------------------------|----------------|
| <b>EXTRATO EM HA</b>       | <b>NÚMERO DE PROPRIEDADES</b> |              | <b>ÁREA EM HECTARES</b> |                |
|                            | <b>1950</b>                   | <b>1960</b>  | <b>1950</b>             | <b>1960</b>    |
| <b>1 a 9</b>               | 14356                         | 26187        | 76829                   | 129243         |
| <b>10 a 99</b>             | 31086                         | 39669        | 1142523                 | 1402338        |
| <b>100 a 999</b>           | 9406                          | 8002         | 2368042                 | 2367400        |
| <b>1000 a 9999</b>         | 346                           | 251          | 598393                  | 423440         |
| <b>10000 e mais</b>        | 1                             | 2            | 10890                   | 23312          |
| <b>Sem declaração</b>      | -                             | 15           | -                       | -              |
| <b>TOTAL</b>               | <b>55195</b>                  | <b>75917</b> | <b>4196677</b>          | <b>4345733</b> |

Fonte: Diagnóstico [ca.1966]

**TABELA 6 Pessoal ocupado e participação do Sul de Minas no total do estado**

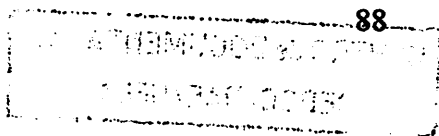
| <b>Região</b>       | <b>Pessoal ocupado</b> |          |             |          |                     |
|---------------------|------------------------|----------|-------------|----------|---------------------|
|                     | <b>1950</b>            | <b>%</b> | <b>1960</b> | <b>%</b> | <b>Incremento %</b> |
| <b>Sul</b>          | 326680                 | 17,5     | 337000      | 16,2     | 3                   |
| <b>Minas Gerais</b> | 1868657                | 100,0    | 2076829     | 100,0    | 11                  |

Fonte: Diagnóstico [ca.1966]

**TABELA 7 Tratores ocupados e participação do Sul de Minas no total do estado**

| <b>Região</b>       | <b>Tratores</b> |          |             |          |                     |
|---------------------|-----------------|----------|-------------|----------|---------------------|
|                     | <b>1950</b>     | <b>%</b> | <b>1960</b> | <b>%</b> | <b>Incremento %</b> |
| <b>Sul</b>          | 140             | 18,4     | 1193        | 23,7     | 752                 |
| <b>Minas Gerais</b> | 763             | 100,0    | 5024        | 100,0    | 559                 |

Fonte: Diagnóstico [ca.1966]



**TABELA 8 Arados ocupados e participação do Sul de Minas no total do estado.**

| Região       | Arados |       |       |       | Incremento % |
|--------------|--------|-------|-------|-------|--------------|
|              | 1950   | %     | 1960  | %     |              |
| Sul          | 16767  | 22,6  | 19380 | 20,8  | 16           |
| Minas Gerais | 73963  | 100,0 | 93040 | 100,0 | 26           |

Fonte: Diagnóstico [ca.1966]

Pela Tabela 9 torna-se claro o impacto das máquinas agrícolas no cenário agrícola do Sul de Minas entre 1950 e 1960, fruto do desenvolvimentismo da era JK, sendo este aumento no número de tratores um dos resultados do PLAME.

**TABELA 9 Pessoal ocupado por trator e por arado no sul de Minas Gerais – 1950/1960**

| Zona fisiográfica | Pessoal ocupado/tratores |      | Pessoal ocupado/arados |      |
|-------------------|--------------------------|------|------------------------|------|
|                   | 1950                     | 1960 | 1950                   | 1960 |
| Sul de Minas      | 2333                     | 282  | 19                     | 17   |
| Minas Gerais      | 2449                     | 413  | 25                     | 22   |

Fonte: Diagnóstico [ca.1966]

A expansão da cafeicultura em Minas Gerais, a partir de 1969, ocorreu graças a três causas: 1) crédito subsidiado para plantio, por intermédio do Plano de Revigoração e Recuperação do Cafezais (PRRC); 2) melhoria dos preços reais do café em relação à pecuária (sua atividade alternativa); 3) aumento da produtividade da cultura, causado por inovações tecnológicas (Bacha, 1988).

A cafeicultura desenvolvida em Minas a partir de 1969 cresceu, utilizando-se de alto padrão tecnológico, em comparação com o período anterior, e ocupando novas áreas de cerrado até então inproveitadas para a cultura do café.

A atual região cafeeira do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está localizada nas áreas de dinâmica agrícola do cerrado. A alta produtividade cafeeira da região do cerrado (Café do Cerrado) deve-se basicamente, à alta densidade de plantio, ao emprego maior de tecnologia e à grande concentração de lavouras novas, embora tenham o custo de produção mais elevado do estado (Logato, 1994: p.52).

Em 1980 a cafeicultura mineira era caracterizada pela presença de grande números de produtores, cujas propriedades são de pequenas dimensões e os cafezais ocupam áreas ainda menores. Segundo dados do IBGE de 1980, mais de 60% dos cafeicultores possuem propriedades rurais com área inferior a 50 ha e área com café inferior a 5 ha. Entretanto, 72,6% da produção de café era proveniente de propriedades com mais de 50 mil covas, 22,3% de propriedades com 10 a 50 mil covas e apenas 5% com até 10 mil covas (Caixeta, 1990).

### **3.3.1 O agronegócio do café sul mineiro**

A produção agropecuária responde por 13,5% do PIB de Minas Gerais, o que significa quase 9,5 bilhões de reais por ano. O estado é o maior produtor de café, com pouco mais de 43% da produção brasileira, e é também líder na produção de leite. Os fazendeiros mineiros entregaram às usinas no ano de 1997, cerca de 4,8 bilhões de litros de leite. Nesse contexto produtivo do “café com leite”, destaca-se a macrorregião sul de Minas Gerais, como a maior representante (Exame, 1998).

Uma das principais características demográficas de Minas Gerais é a boa distribuição da população pelo território do estado. Enquanto a cidade de São Paulo abriga 28,5% da população do estado, em Belo Horizonte, com seus 2,1 milhões de habitantes, estão 12,5% das pessoas que vivem em Minas. Dos municípios com maior população, dois estão na região do Triângulo Mineiro (Uberlândia e Uberaba), uma das regiões mais ricas do estado. A região do Sul de Minas, onde se assiste ao maior crescimento industrial no estado, não tem um único município entre os dez maiores (Exame, 1998).

No ano de 1997, o PIB de Minas Gerais cresceu 4,6% e chegou a 69,7 bilhões de dólares. Isso é o equivalente à economia chilena. O Brasil, em 1997, cresceu aproximadamente 3%. Nos últimos anos, não tem sido comum para a economia mineira crescer acima da média nacional. O ritmo de crescimento, que se manteve acima da taxa brasileira ao longo da década de 1970 (o auge da era dos investimentos estatais que dominaram o cenário mineiro), foi inferior ao desempenho nacional na década seguinte. A marca alcançada em 1997 tem, portanto, um significado especial - é a primeira vez que o estado cresce acima da média brasileira, estimulado pelo capital privado (Exame, 1998).

O atual agronegócio do café sul-mineiro apresenta características dinamizadoras que foram agregadas a partir do surgimento do complexo agroindustrial do café e da modernização da agricultura brasileira durante a década de 1970.

Com relação à cafeicultura do Sul de Minas, no período anterior a 1970, a colocação do Sr. Paulo César é esclarecedora:

*“Até a década de 1960 o Sul de Minas era uma região não muito evoluída, sendo que os próprios empresários não eram os mais arrojados na atividade do café. Alguns por falta de tradição, outros por falta de conhecimento técnico devido a deficiência e o padrão de assistência técnica empregados, e sobretudo, de crédito. O crédito é, ainda hoje, o grande condutor de políticas agrícolas.”*

A maioria das análises do comportamento da atividade cafeeira da RSMG surgiu após 1960, período este relativo ao Plano de Renovação dos Cafezais promovido pelo IBC, que permitiu a esta atividade uma melhor inserção competitiva no cenário nacional, suplantando regiões tradicionais como São Paulo, Paraná e Espírito Santo.

O Sr. Paulo César diz que:

*“... o IBC foi o grande responsável pela cafeicultura moderna implantada no Brasil. Nós tínhamos uma cafeicultura tradicional sem aquelas linhagens mais produtivas, sem os tratos culturais adequados. O IBC teve a oportunidade de preparar um grande número de profissionais, que hoje são, sem dúvida, expoentes em suas áreas.”*

No entanto, a formação do Complexo Agroindustrial do Café Sul Mineiro, imprimindo características de modernidade à atividade cafeeira, não rompeu com uma característica que atualmente agrega valor à cadeia: a tradição na produção de cafés de boa qualidade.

Para Silva, S. (1998), a disponibilidade dos fatores de produção na região Sul de Minas, além da crescente demanda pelo produto café e do

crescente nível de exigência por parte dos consumidores por qualidade, contribui positivamente para o desenvolvimento da competitividade das organizações do *agribusiness* do café. A busca pela competitividade é intensa e caracterizada pelo desenvolvimento de atividades como o planejamento estratégico e o treinamento e desenvolvimento de recurso humanos, com vistas a uma melhor atuação mercadológica. Silva, S. (1998) diz:

*“Verificou-se a existência entre as empresas de uma intensa rivalidade que muitas vezes resulta na exclusão das empresas menos consolidadas no mercado. A principal meta das empresas é a conquista do mercado internacional, fator pelo qual se empenham em melhorar a qualidade, o preço e as estratégias de marketing do produto.”*

A análise da atual cafeicultura sul mineira será realizada com base no modelo de complexos agroindustriais. A produção cafeeira comporá o agregado I. A indústria de torrefação e moagem, acompanhada de um estudo de sua relação com os supermercados, comporá o agregado II e a comercialização e a exportação comporão o agregado III. A Figura 6 apresenta a configuração deste modelo para o café no sul de Minas Gerais.

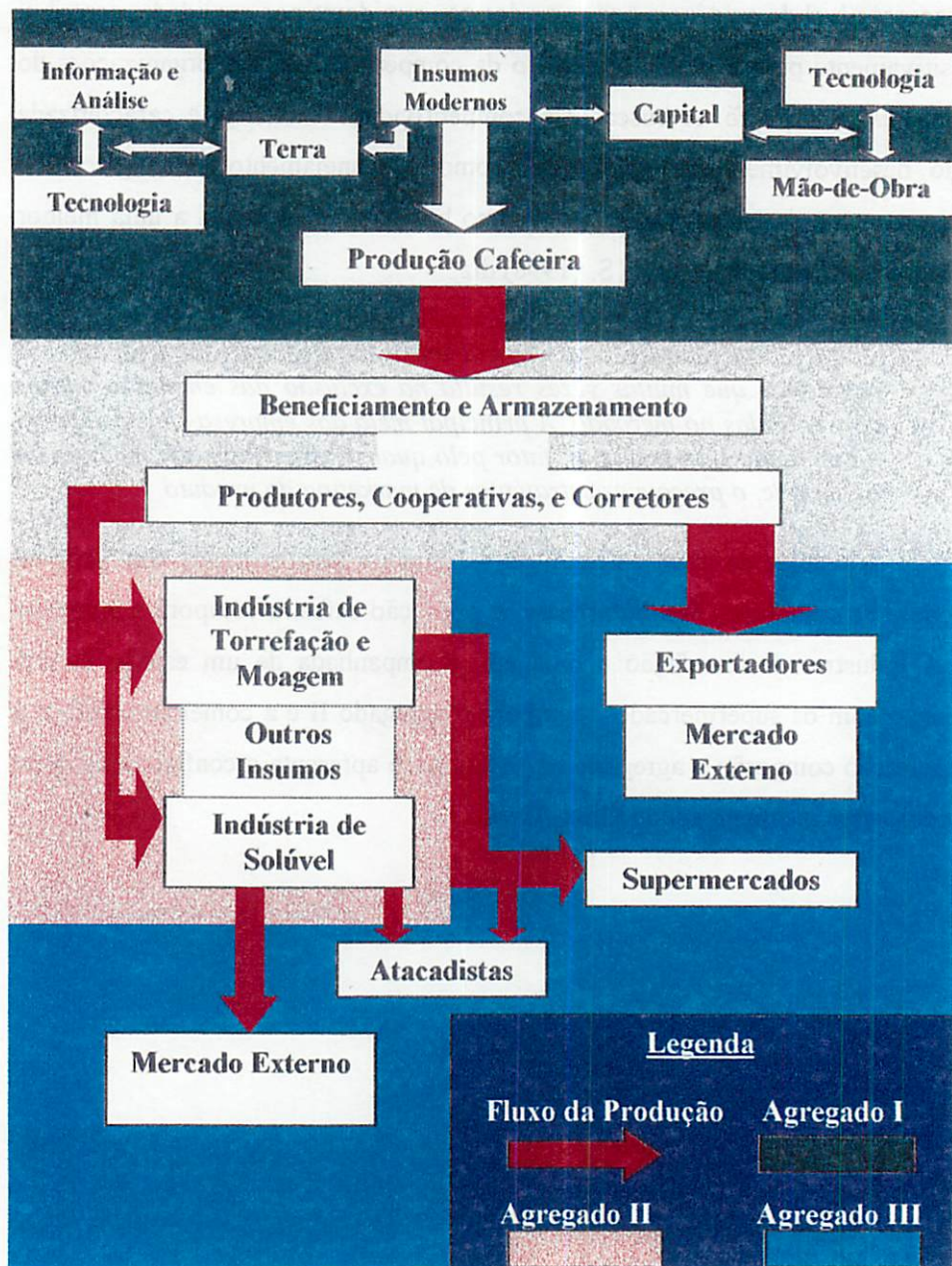


FIGURA 6 Configuração do agronegócio do café da região sul de Minas Gerais, 1999.



### 3.3.1.1 Agregado I – produção cafeeira

Em Minas Gerais havia 67.509 propriedades cafeeiras em 1996. A regionalização das áreas produtoras de café no estado, proposta por FAEMG (1996: p.6), coloca as regiões sul e oeste no mesmo bloco. As demais regiões são divididas entre Triângulo/Alto Paranaíba, Zona da Mata e Jequitinhonha. Em termos de produção quantitativa de café, destacam-se as regiões Sul de Minas e Zona da Mata (Tabela 10). Sob o aspecto qualitativo (exigida pelos países importadores), as regiões mineiras que se destacam são: Sul de Minas e Cerrado (Alto Paranaíba)

**TABELA 10 Regiões cafeeiras do estado de Minas Gerais**

| Regiões          | Nº prop.      | Nºcafeeiros      | Área         | Safras (mil sacas) |              |               |
|------------------|---------------|------------------|--------------|--------------------|--------------|---------------|
|                  | Cafeeiras     | (Mil)            | (Mil/ha)     | 1994               | 1995         | 1996          |
| Sul de Minas     | 35.708        | 789.600          | 360,9        | 7.300              | 3.400        | 6.300         |
| A. Paranaíba     | 4.346         | 314.900          | 115,5        | 2.450              | 1.500        | 2.800         |
| Zona da Mata     | 26.900        | 479.000          | 244,6        | 3.200              | 2.100        | 3.100         |
| Jequitinhonha    | 555           | 32.300           | 12,7         | 180                | 170          | 220           |
| <b>T o t a l</b> | <b>67.509</b> | <b>1.615.800</b> | <b>733,7</b> | <b>13.130</b>      | <b>7.170</b> | <b>12.420</b> |

Fonte: <http://www.cooxupe.com.br> (1999)

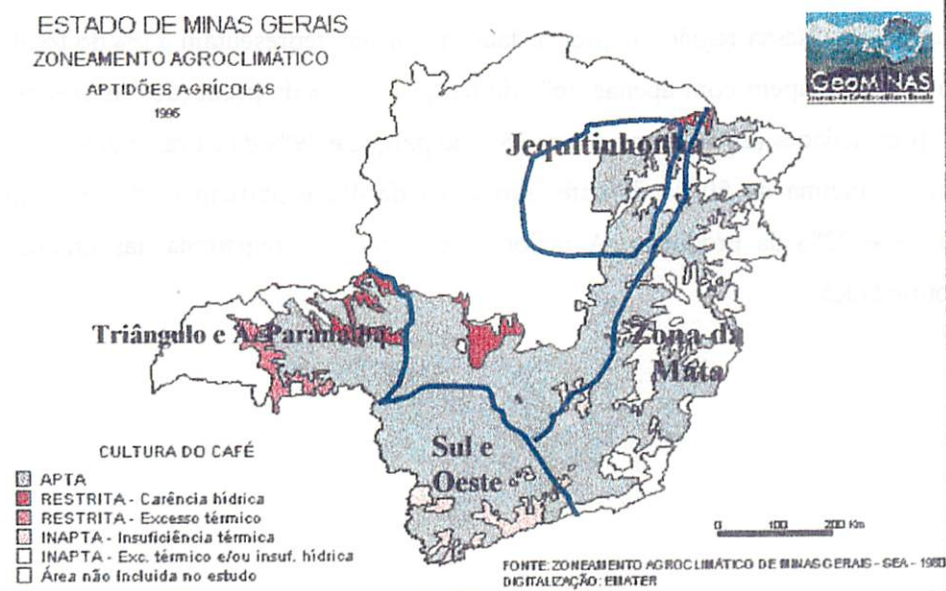
Para Matiello (1991: p.19), a lavoura cafeeira, de acordo com as suas características, pode ser distribuída em sete regiões típicas: a cafeicultura tradicional das zonas montanhosas, a dos cerrados, a de robusta, a do nordeste, a da Amazônia, a tradicional das regiões planas e a cafeicultura das zonas de arenito.

Ainda segundo Matiello (1991: p.20), em Minas Gerais a cafeicultura tradicional de áreas montanhosas aparece na Zona da Mata e pequenas áreas do Sul de Minas, apresentando as seguintes características: áreas não mecanizáveis, exploração mais familiar, solos pobres e erodidos e grande dependência de tratamentos. É uma cultura que tende a se manter, por não existir boa alternativa agrícola para substituí-la.

Uma pequena parte do Sul de Minas encontra-se inserida na categoria de cafeicultura tradicional das regiões planas, que tem por características: lavouras mais velhas, plantadas em quadro e em áreas onde está havendo diversificação de outras culturas mecanizáveis (cana, soja, milho e citrus). Tende a ser gradativamente substituída.

Como observa Caixeta (1995), o sul/oeste mineiro está melhor estruturado para a cafeicultura, dispondo de 55,8% da infra-estrutura total da produção de café no estado. Detém também 48,5% da produção mineira de café.

Na Figura 7 observa-se que as áreas de aptidão para cultura do café ocupam praticamente toda a região sulsudoeste do estado.



Fonte: <http://www.geominas.mg.gov.br>

**FIGURA 7 – Aptidões agrícolas para o estado de Minas Gerais – cultura do café**

Segundo o Sr. Valério:

*“Com o surgimento da ferrugem e da ocorrência de geadas, principalmente em São Paulo e Paraná, o Sul de Minas passou a ser, e é, a região mais importante em termos de café. Primeiro, por ela ser mais apta a cafeicultura e pela menor incidência de geadas e, segundo, pela menor incidência de ferrugem. O Sul de Minas, por ser região de altitude, sofre menos com a incidência de ferrugem, ao contrário das regiões mais quentes e onde chove muito.”*

De acordo com os dados da Tabela 11, no sul e oeste, a produção média das safras de 1994, 1995 e 1996 foi de 5,7 milhões de sacas, o que significa uma produtividade de 15,7 sacas/ha. Essa produtividade é considerada boa em

relação à de 1984/1985 (15 sacas/ha), tendo em vista a ocorrência de uma geada e uma seca. Nessa região, as propriedades pequenas representam 71% do total, embora participem com apenas 26% do parque e 29% da produção. As médias das propriedades (25%) representam 38% do parque e 39% da safra, enquanto as maiores (acima de 50 ha de café) são cerca de 4% e participam de 36% do parque e 32% da produção. A maior produtividade é registrada nas grandes propriedades.

**TABELA 11** Distribuição das propriedades cafeeiras, do parque e da produção de acordo com três tamanhos (área de café) de propriedades, nas regiões sul e oeste – comparativa nos anos 1984/85 e 1995/96.

| Tamanho de propriedades (área de café) | n° prop. cafeeiras |       | Parque cafeeiro |        |               |       | Safra Média (94/95/96) mil sacas beneficiado | Produtividade (Sacas/ha) |
|--|--------------------|-------|-----------------|--------|---------------|-------|--|--------------------------|
|  |                    |       | Cafeeiros (mil) |        | Área (mil ha) |       |  |                          |
|  | 84/85              | 95/96 | 84/85           | 95/96  | 84/85         | 95/96 |  |                          |
| <b>Até 10 ha</b>                       | 24270              | 25309 | 194100          | 204600 | 108,1         | 104,5 | 1638   | 15,7                     |
| <b>10 – 50 ha</b>                      | 8535               | 8900  | 313000          | 303700 | 178,8         | 150,0 | 2226   | 14,9                     |
| <b>+ 50 ha</b>                         | 1440               | 1499  | 226900          | 281300 | 141,5         | 106,4 | 1806   | 17,0                     |
| <b>Total</b>                           | 34245              | 35708 | 734000          | 789600 | 428,4         | 360,9 | 5670   | 15,7                     |

Fonte: FAEMG (1996)

A maior ocorrência de pequenas propriedades na região Sul de Minas pode ser explicada, em parte, pelo depoimento do Sr. Sérgio:

*“... A fazenda de meu pai foi dividida entre sete irmãos. Eu comprei terras de três irmãos, mas já comprei de outros, outras terras. A divisão das propriedades, devido a sucessão familiar, pulveriza as propriedades do sul mineiro.”*

Na região cafeeira do Alto Paranaíba não se observa essa pulverização da propriedade rural. A predominância de propriedades maiores deve-se à recente ocupação de áreas para a produção do café e pelo caráter empresarial do empreendimento (áreas mecanizáveis - visão de marketing - trabalho em grupo e equipe).

Entre 1929 e 1930, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque e a crise da cafeicultura nacional, as fazendas de café transitaram pelas pontes dos papéis dos bancos e das financiadoras, deslizando da posse das famílias “quatrocentonas” para a de sitiantes, imigrantes e seus filhos (Donato, 1982: p.29). Hernani Donato ao analisar esta transição da posse das fazendas cafeeiras, o faz para o caso paulista. Para Minas, nossa pesquisa não conseguiu encontrar elementos que permitam afirmar que a crise de 1929-1930 tenha afetado a distribuição fundiária mineira de forma imediata, como em São Paulo.

Na Tabela 12 pode-se observar o tamanho médio das propriedades cafeeiras em Minas Gerais. As menores estão localizadas na Zona da Mata e sul/oeste de Minas (com 9,1 e 10,1 hectares de café por propriedade) e as maiores, no Triângulo/Alto Paranaíba e Jequitinhonha (com 22,8 e 26,6 hectares de café por propriedade). Observa-se, ainda, que o sul e oeste possuem o maior parque cafeeiro, a maior área e a maior produção.

**TABELA 12 Distribuição das propriedades, do parque cafeeiro e da produção nas quatro principais regiões produtoras em Minas Gerais - média de tamanho das propriedades e do número de cafeeiros/ha, 1995/96**

| Região                     | n° prop. cafeeiras | Parque cafeeiro |               | Safrá média (94/95/96)<br>mil sacas. beneficiadas |             |              | Tamanho médio (ha/café/prop.) | n° médio cafeeiros (ha) |
|----------------------------|--------------------|-----------------|---------------|---|-------------|--------------|-------------------------------|-------------------------|
|                            |                    | Cafeeiros (mil) | Área (mil ha) | 1994  | 1995        | 1996         |                               |                         |
| Sul e oeste                | 35708              | 789600          | 360,9         | 7300  | 3400        | 6300         | 10,1                          | 2187                    |
| Zona Mata                  | 26900              | 479000          | 244,6         | 3200  | 2100        | 3100         | 9,1                           | 1958                    |
| Jequitinhonha              | 555                | 32300           | 12,7          | 180   | 170         | 220          | 22,8                          | 2543                    |
| Triângulo e Alto Paranaíba | 4346               | 314900          | 115,5         | 2450  | 1500        | 2800         | 26,6                          | 2726                    |
| <b>Total</b>               | <b>67509</b>       | <b>1615800</b>  | <b>733,7</b>  | <b>13130</b>                                      | <b>7170</b> | <b>12420</b> | <b>10,9</b>                   | <b>2202</b>             |

Fonte: FAEMG (1996)

Pela Tabela 13 observa-se que o café é o principal formador de renda nas propriedades cafeeiras do estado, com cerca de 74% do total. Em seguida, vem o leite (10%), os cereais (7%) e a carne (6%), ficando com mínima participação a cana, a fruticultura, olericultura e outras.

Na região sul/oeste, a pecuária de leite (14,1%) aparece com uma participação superior à média do estado (10,4%), principalmente pelo fato desta região ser uma tradicional bacia leiteira.

**TABELA 13 Participação (em %) das atividades agropecuárias na renda bruta das propriedades cafeeiras nas regiões produtoras em Minas Gerais em 1995.**

| Produtos Agropecuários | Regiões     |              |               |                            | TOTAL MG |
|------------------------|-------------|--------------|---------------|----------------------------|----------|
|                        | Sul e oeste | Zona da Mata | Jequitinhonha | Triângulo e Alto Paranaíba |          |
| <b>Café</b>            | 69,5        | 72,2         | 70,9          | 93,1                       | 74,2     |
| <b>Cereais</b>         | 6,6         | 8,8          | 10,0          | 3,1                        | 6,8      |
| <b>Leite</b>           | 14,1        | 8,7          | 5,1           | 2,1                        | 10,3     |
| <b>Carne</b>           | 5,8         | 8,1          | 3,6           | 0,4                        | 5,6      |
| <b>Cana</b>            | 0,5         | 0,3          | 3,8           | -                          | 0,4      |
| <b>Frut. + Oler.</b>   | 1,0         | 0,4          | 1,3           | 0,2                        | 0,7      |
| <b>Outras</b>          | 2,5         | 1,5          | 5,3           | 1,1                        | 2,0      |
| <b>TOTAL</b>           | 100,0       | 100,0        | 100,0         | 100,0                      | 100,0    |

Fonte: FAEMG (1996)

A Tabela 14 demonstra que as práticas de manejo (essenciais à manutenção da produção e produtividade do cafeeiro) na região sul e oeste, são superiores quando comparadas aos totais de Minas Gerais. A adubação racional, a calagem anual/bienal e o controle do mato por técnicas combinadas são as práticas de manejo utilizadas que mais se destacam nesta região.

**TABELA 14** Forma e intensidade de manejo do cafezais – adubação, calagem, correção de micronutrientes e controle do mato e das pragas e doenças na regiões produtoras em Minas Gerais, 1996.

| Práticas de manejo              | Região                            |                                  |      |
|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|------|
|                                 | Sul e oeste<br>% das propriedades | TOTAL / MG<br>% das propriedades |      |
| <b>ADUBAÇÃO</b>                 | Racional                          | 79,2                             | 66,4 |
|                                 | Precária                          | 19,0                             | 28,0 |
|                                 | Sem Adub.                         | 1,8                              | 5,6  |
|                                 | Quantidade média<br>kg/ha         | 620                              | 700  |
| <b>CALAGEM</b>                  | Anual/bienal                      | 78,5                             | 60,5 |
|                                 | Eventual                          | 14,3                             | 23,0 |
|                                 | Sem calagem                       | 7,2                              | 16,5 |
| <b>CONTROLE DO MATO</b>         | Manual                            | 22,2                             | 29,1 |
|                                 | Mecânico                          | 10,8                             | 9,8  |
|                                 | Herbicida                         | 10,6                             | 10,7 |
|                                 | Combinado                         | 56,4                             | 40,0 |
| <b>ADUBAÇÃO FOLIAR</b>          | Com sais                          | 72,5                             | 63,4 |
|                                 | Com adubo compl.                  | 8,7                              | 8,3  |
|                                 | Sem controle                      | 18,8                             | 28,3 |
| <b>CONTROLE DE DOENÇAS</b>      | Ferrugem Foliar                   | 34,5                             | 27,2 |
|                                 | Ferrugem Solo                     | 33,2                             | 24,8 |
|                                 | Outras                            | 9,0                              | 12,0 |
|                                 | Sem controle                      | 23,3                             | 36,0 |
| <b>CONTROLE DE PRAGAS</b>       | Broca                             | 27,4                             | 20,5 |
|                                 | B. M. Foliar                      | 22,2                             | 21,1 |
|                                 | B. M. Solo                        | 26,7                             | 21,9 |
|                                 | Sem controle                      | 28,9                             | 63,4 |
| <b>MICRONUTRIENTES VIA SOLO</b> | Boro                              | 34,8                             | 22,8 |
|                                 | Zinco                             | 14,1                             | 10,2 |

Fonte: FAEMG (1996)



O Sr. Valério afirma que:

*“As principais mudança da base tecnológica da cafeicultura foram: uso de curvas de nível, adubos, calagem, sistema de plantio, espaçamento, controle de pragas e doenças, entre outras. Hoje já está se partindo para a irrigação.”*

Sobre o controle da broca do cafeeiro e o uso de defensivos no Sul de Minas, o Sr. Valério afirma que:

*“O uso de BHC para broca era expressivo. Era praticamente o único utilizado. O uso de defensivos de um modo geral é restrito ao período posterior A 1970.”*

Pela tabela 15 pode-se constatar que o parque de máquinas para cafeicultura é composto por uma maioria de tratores com mais de 10 anos de uso e que a presença do veículo caminhão é praticamente a mesma do total de Minas Gerais, mas, de modo geral, as porcentagens do Sul e Oeste, apresentadas na tabela 15, são superiores às dos totais do estado.

**TABELA 15** Porcentagem de tratores e veículos nas propriedades cafeeiras da região sul e oeste em comparação com o total de Minas Gerais.

|                 | Tratores e veículos disponíveis | Sul e oeste* | TOTAL / MG |
|-----------------|---------------------------------|--------------|------------|
| <b>TRATORES</b> | Esteira                         | 2,5          | 1,5        |
|                 | Pneu 0-5 anos                   | 9,7          | 7,2        |
|                 | Pneu 5-10 anos                  | 15,3         | 10,7       |
|                 | Pneu + de 10 anos               | 27,8         | 18,5       |
| <b>VEÍCULOS</b> | Caminhão                        | 14,0         | 14,5       |
|                 | Passeio                         | 57,3         | 50,1       |
|                 | Utilitário                      | 32,2         | 29,6       |

Fonte: FAEMG (1996)

(\*) Porcentagem das propriedades

Quanto às unidades de produção cafeeira, observa-se que na maioria das propriedades predomina a empresa familiar. Tomando por base a caracterização proposta por Alencar e Moura Filho (1988: p.25), a empresa familiar é aquela que possui área modular e onde predomina o trabalho da família.

Em segundo lugar, vem a “empresa capitalista”, onde predomina o trabalho assalariado, sendo a área multimodular. As áreas exploradas pelo sistema de parceria aparecem com pouca frequência.

A empresa capitalista é mais significativa nas regiões do Triângulo/Alto Paranaíba e sul e oeste e a empresa familiar na Zona da Mata e no Jequitinhonha. A parceria é mais expressiva na Zona da Mata. As regiões sul e oeste apresentam um equilíbrio entre a exploração empresarial e familiar. Pelo que informa Caixeta (1995: p.20), 50% das propriedades produzem até 100 sacas de café beneficiado por ano e 83% produzem menos de 500. A área média dos cafezais do estado é de 18,6 hectares e 36.000 cafeeiros por propriedade, sendo que 80,9% das propriedades cafeeiras cultivam até 50.000 cafeeiros.

A Tabela 16 apresenta os dados referentes aos tipos de unidades de produção cafeeira que ocorrem em Minas Gerais.

**TABELA 16** Tipos de unidades de produção cafeeira ocorrentes em Minas Gerais, 1995/96, em porcentagem.

| REGIÕES                    | Tipo de exploração (%) |                  |          |
|----------------------------|------------------------|------------------|----------|
|                            | Empresa Capitalista    | Empresa Familiar | Parceria |
| Sul e oeste                | 40,5                   | 49,5             | 10,0     |
| Zona da Mata               | 8,9                    | 61,9             | 29,2     |
| Jequitinhonha              | 31,5                   | 55,5             | 13,0     |
| Triângulo e Alto Paranaíba | 66,6                   | 28,0             | 5,4      |
| <b>TOTAL / MG</b>          | 32,6                   | 50,1             | 17,3     |

Fonte: FAEMG (1996)

O sul/oeste de Minas Gerais, segundo Caixeta (1995: p.21-22), apresenta o maior nível de associação a cooperativas. O produtor vem recebendo assistência técnica de suas cooperativas, notadamente no Sul de Minas e Triângulo/Alto Paranaíba, e de técnicos da EMATER. Entretanto, essa assistência está aquém das necessidades da cafeicultura (Tabela 17).

**TABELA 17 Nível de associativismo na cafeicultura e serviços prestados pelas cooperativas, sindicatos e associações aos produtores em Minas Gerais.**

| Regiões                     | Associativismo |       |       | Serviços prestados (assistência) |               |                 |                     |          |          |
|-----------------------------|----------------|-------|-------|----------------------------------|---------------|-----------------|---------------------|----------|----------|
|                             | Coop.          | Sind. | Assoc | Técni<br>co                      | Come<br>rcial | Treina<br>mento | Dentista/<br>médico | Contábil | Jurídico |
| Sul e oeste                 | 60,5           | 35,0  | 5,5   | 36,2                             | 41,5          | 17,3            | 11,6                | 7,0      | 6,9      |
| Zona da Mata                | 8,8            | 37,5  | 5,6   | 4,2                              | 3,8           | 2,3             | 4,5                 | 1,9      | 14,1     |
| Jequitinhonha               | 29,3           | 53,3  | 2,4   | 7,9                              | 24,2          | -               | 15,5                | 15,3     | -        |
| Triângulo e A.<br>Paranaíba | 73,6           | 42,2  | 56,7  | 58,2                             | 60,1          | 6,9             | 11,4                | 5,9      | 7,9      |
| - TOTAL                     | 40,4           | 36,6  | 8,7   | 24,6                             | 27,5          | 10,5            | 8,8                 | 4,9      | 9,8      |

Fonte: FAEMG (1996)

O uso de serviços técnicos (agronômicos, mecânicos, hidráulicos, elétricos, etc.) é maior nas regiões do Triângulo/Alto Paranaíba (58,2%) e sul/oeste de Minas (36,2%), sendo que na Zona da Mata este índice é muito baixo (4,2%), bem inferior à média do estado (24,6%).

Observa-se também, na Tabela 17, que o nível de associativismo a cooperativas é maior nas regiões do Triângulo/Alto Paranaíba (73,6%) e sul/oeste de Minas (60,5%); na Zona da Mata este índice é muito baixo (8,8%). Observa-se, ainda, que na região do Triângulo/Alto Paranaíba o índice de filiação de cafeicultores a associações é bem elevado se comparado à média do estado.

Pelo diagnóstico da FAEMG (1996: p.34-35), nas regiões sul/oeste e Zona da Mata foi possível obter também dados confiáveis quanto às atividades do cafeicultores, verificando-se que, em média, cerca de 10% dos cafeicultores do sul/oeste tinham outra atividade. Esse percentual elevou-se para 70% quando se tratava de produtores com mais de 50 ha de café. Na Zona da Mata, 95% eram apenas agricultores e, dentre os 5% restantes, predominavam comerciantes, pecuaristas e motoristas.

Para o Sr. Valério:

*“O café representa 55% da receita dos municípios do Sul de Minas, sendo que, para alguns municípios, representa algo em torno de 90 a 95%. No aspecto social o Estado que sempre teve a característica de exportador de mão-de-obra, em dado momento devido à cafeicultura passa a importar mão-de-obra e a trazer de volta alguns mineiros.”*

### **3.3.1.2 Agregado II – indústria de torrefação e moagem**

O consumo interno de café no Brasil é o segundo maior em volume total de sacas no mundo e o maior entre os países produtores de café. Em termos de consumo per capita, ocupamos uma posição intermediária, ficando abaixo dos países nórdicos (de maior índice mundial) e dos mais tradicionais consumidores europeus; próximos do norte-americano e acima dos países orientais (Tabela 18).

Característica do consumo brasileiro, o café torrado e/ou moído é amplamente majoritário, detendo mais de 95% do consumo total e a produção atinge cerca de 11,4 milhões de sacas de 60 kg anuais de café cru; o café solúvel representa pouco mais de 4 % do total.

Do total de café torrado e moído consumido, mais de 9,8 milhões de sacas (83,6%) são de produtos industrializados por 1.593 empresas legalmente registradas e constituídas em todo o país, ficando os demais 13,4% (chamado Consumo Não Cadastrado) por conta de consumo rural (nas próprias fazendas produtoras) e do produzido e comercializado ilegalmente (empresas de fundo de quintal e venda sem nota) (ABIC, 1999).

A sua importância está no fato de esse consumo interno (crescente) tornar o Brasil o maior comprador de sua própria produção (na média dos últimos 5 anos representou 40% da produção nacional), tornando o país menos sensível às flutuações do mercado internacional.

Adicionalmente, nosso mercado interno representa mais que o volume de exportação para os onze maiores países compradores de café do Brasil (ABIC, 1999).

**TABELA 18 A importância do mercado interno para a agroindústria do café**

| <b>Países</b>                   | <b>Volume</b> | <b>Em %</b>  |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| <b>Alemanha</b>                 | 2683          | 11,8         |
| <b>EUA</b>                      | 2206          | 9,7          |
| <b>Itália</b>                   | 1406          | 6,2          |
| <b>Japão</b>                    | 1207          | 5,3          |
| <b>Bélgica/Luxemburgo</b>       | 820           | 3,6          |
| <b>Argentina</b>                | 618           | 2,7          |
| <b>Suécia</b>                   | 556           | 2,4          |
| <b>Espanha</b>                  | 488           | 2,1          |
| <b>França</b>                   | 488           | 2,1          |
| <b>Grécia</b>                   | 460           | 2,0          |
| <b>Eslovênia</b>                | 399           | 1,7          |
| <b>Total maiores produtores</b> | 11331         | 49,6         |
| <b>BRASIL</b>                   | 11500         | 50,4         |
| <b>Total geral</b>              | <b>22831</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: ABIC (1999)

As indústrias de torrefação e moagem estão distribuídas por todas as unidades federativas, com predominância junto às regiões produtoras da matéria-prima e nas áreas metropolitanas. A popularidade do produto, a simplicidade do processo industrial e o baixo investimento de instalação de uma indústria de café têm propiciado um crescimento do número de torrefações bastante alto, já que o extinto IBC registrava cerca de 1.200 torrefações no fim dos anos 1980.

Das 1.593 torrefações cadastradas em abril de 1998, 912 indústrias (57%) localizam-se na região sudeste, com São Paulo (416) e Minas Gerais (385) em destaque, com o número de empresas crescendo (Tabela 19). Já o Rio de Janeiro e o Espírito Santo apresentam um número de indústrias em declínio.

**TABELA 19 Número de indústrias de torrefação e moagem e de marcas de café nos quatro estados da região sudeste.**

| <b>Estados</b>        | <b>Indústrias</b> | <b>Marcas</b> |
|-----------------------|-------------------|---------------|
| <b>Espírito Santo</b> | 37                | 68            |
| <b>Minas Gerais</b>   | 285               | 633           |
| <b>Rio de Janeiro</b> | 74                | 137           |
| <b>São Paulo</b>      | 416               | 712           |
| <b>Total regional</b> | 912               | 1550          |

Fonte: ABIC (1999)

As indústrias de torrefação e moagem de café do sudeste apresentam, em média, duas marcas comerciais de café.

Com relação as torrefadoras do Sul de Minas, o Sr. Valério comenta que:

*“Existiram pequenas torrefadoras que cresceram em função do aumento da produção cafeeira pós 1970. O atendimento básico era o regional.”*

Apesar de possuir uma estrutura pulverizada, a indústria do café torrado e moído representa um faturamento superior a R\$ 2,5 bilhões, com geração de mais de 23.000 empregos diretos e de impostos da ordem de R\$ 300 milhões (ABIC, 1999).

Com relação à qualidade do café do Sul de Minas, o Sr. Valério revela:

*“ A preocupação com qualidade é recente. Na década de 50 houve um incentivo do IBC à qualidade (despolpadores, lavadores, etc.) e posteriormente foram abandonados. O motivo foi que, no momento da comercialização, não havia preço. Qualidade é aquilo que você cria, um*

*hábito de consumo. Os árabes, por exemplo, preferem o café da Zona da Mata. Os aspecto da qualidade no café é muito teórico. A Colômbia, através do marketing, conseguiu impor que o café lavado despolpado é o melhor café. Como lá é muito chuvoso, eles são obrigados a fazer este tipo de café. Eles conseguiram vender a imagem. Ainda conseguem manter um mesmo padrão. No Brasil a qualidade varia de uma região para outra e em função do clima. O grosso do café do Brasil é blendado. A qualidade deve se vista pelo prisma do comprador. Mas não dispensa o investimento de marketing. O principal de um café de qualidade é a agregação de valor, sendo que o produtor também deve ganhar e não só o exportador ou a indústria.”*



### 3.3.1.3 Agregado III – comercialização e exportação

Das exportações de café verde e torrado do Brasil, que totalizaram cerca de 14,5 milhões de sacas no período de 1996/97, participaram, como principais exportadoras, as empresas: Unicafé, Esteves S/A, Exportadora Guaxupé (Sul de Minas), Stockler, Cooxupé (Sul de Minas), Volcafé, Casas Sendas e Exprinsul (Sul de Minas). Observa-se que, dos oito maiores exportadores de café do Brasil, três estão localizados no sul de Minas. Para Caixeta (1995: p.25), existiam no mercado 163 exportadores de café em grão, sendo que aproximadamente dez dessas empresas detinham 50% das exportações cafeeiras e, em conjunto, 25 delas detinham 75% do total das exportações de café.

Segundo o Sr. Valério:

*“O agronegócio do café no anos 70 era muito restrito, sendo o antes da porteira dependente primordialmente de São Paulo. A partir de 80 começou a ter repercussão, tendo por Varginha o centro de comercialização e um local estratégico para elaboração dos blends. Varginha é estratégico para distribuição, pela sua ligação com o Porto de Santos. Mas o ponto principal é a existência de produção cafeeira. O governo mineiro incentivou a vinda de empresas de exportação para Varginha.”*

Pela Tabela 20 verifica-se que a comercialização de café realizada pelos produtores do sul e oeste se concentra na modalidade de venda do produto beneficiado, bica corrida (65,7%), sem preparo (rebenefício), sendo que o café preparado (rebeneficiado) apresenta uma margem expressiva (27,1%).

A maioria dos compradores de café do sul e oeste de Minas Gerais é formada por empresas (52,9%). As cooperativas comercializam cerca de 44,5% da produção (muito superior à média do estado: 31,8%). Do que sobra, 2,6% destinam-se às torrefadoras. Quanto ao estoque declarado, disponível nas

propriedades, cooperativas ou outros locais, na época da pesquisa da FAEMG (jan-fev/1996), verificou-se a existência de cerca de 3,3 milhões de sacas no estado, com a grande maioria (82%) na região sul/oeste. O estoque era pequeno, em função principalmente da baixa safra colhida em 1994. Ainda para FAEMG (1996), nos aspectos de comercialização (canais e modalidades) é necessário incrementar a participação das cooperativas e aperfeiçoar o preparo, agregando valores e aumentando a venda de cafés já padronizados.

**TABELA 20 Comercialização, estocagem e consumo de café produzido nas propriedades cafeeiras em Minas Gerais.**

| Comércio, estocagem e<br>consumo de café |  | Regiões     |                 |            |                     | TOTAL |      |
|--|--|-------------|-----------------|------------|---------------------|-------|------|
|  |  | Sul e Oeste | Zona da<br>Mata | Jequitinh. | Triâng/<br>A.Paran. |       |      |
| Comercialização                          | Em coco  | 5,4         | 20,7            | 16,1       | 0,1                 | 8,5   |      |
|  | Benef. Bica  | 65,7        | 77,1            | 61,0       | 92,1                | 74,0  |      |
|  | Preparado  | 27,1        | 2,2             | 9,4        | 7,7                 | 16,1  |      |
|  | Despolp.   | 1,8         | -               | 13,5       | 0,1                 | 1,4   |      |
|  | Comprador  | Partic.     | 52,9            | 88,0       | 70,1                | 65,5  | 64,9 |
|  |  | Coop.       | 44,5            | 6,1        | 29,5                | 32,5  | 31,8 |
|  |  | Torref.     | 2,6             | 5,9        | 0,4                 | 2,0   | 3,3  |
|  | Estoque disponível<br>( propr+coop+outros) (mil sacas) |             | 2700            | 320        | 70                  | 260   | 3350 |
|  | Sacas tiradas p/ consumo nas<br>- propriedades (mil)   |             | 56              | 56         | 1                   | 18    | 131  |

Fonte: FAEMG (1996)

Comenta o Sr. Valério:

*“As cooperativas começaram a crescer a partir de 1975, até este período eram pequenas e incipientes. Guaxupé, Três Pontas e São Sebastião do Paraíso eram pequenas cooperativas. A maior parte da exportação eram feitas por empresas.”*

Para Lima (1995: p.35), a cooperativa que mais exporta no sul/oeste de Minas Gerais é a COOXUPÉ – Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda, sendo a maior cooperativa de café do mundo e a oitava maior exportadora de café do país. As atividades com café representam 71,0% do faturamento, onde são comercializados 1.000.000 de sacas de café por ano, só para exportação.

As principais cooperativas que se relacionam com a cafeicultura do Sul de Minas, sem considerar a ordem de importância sócio-econômica, são: Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (CAPEBE), Cooperativa Agrária de Machado (COOPAMA), Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais (COCCAMIG), Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (COCATREL), Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (MINASUL), Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (COOXUPÉ), Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas (CAFEPÓÇOS), Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (COOPARAISO) e Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde (COCARIVE).

O café sul-mineiro conta com uma Estação Aduaneira do Interior (Porto Seco) localizada em Varginha, que apresenta-se como uma excelente opção à exportação cafeeira, além da oferecida pelo porto de Santos.

O longo período de constituição da cafeicultura sul-mineira que culminou, no período recente, na formação de um complexo agroindustrial

cafeeiro, pode ser considerado como um referencial para sua denominação de “tradicional região cafeeira”.

Durante quase todo o século XIX, a cafeicultura sul mineira manteve-se internalizada (em bases artesanais) a produção de meios de produção para as fazendas de café e de parte da força de trabalho (a roça de subsistência do colono).

Do final do século XIX até 1930, a atividade cafeeira sul-mineira apresentou um considerável crescimento, devido, principalmente, à expansão ferroviária e à surpreendente dinâmica da cafeicultura paulista.

De 1930 até meados de 1960, o café sul mineiro buscou implementar um processo de modernização de sua base técnica, num esforço de aumentar a produtividade. No entanto, as transformações de sua base técnica da produção, ainda permaneciam atreladas ao setor externo, pois sua modernização dependia da capacidade para importar máquinas e insumos.

Com o Plano de Renovação Cafeeira implementado pelo IBC a partir de meados da década de 1960, a cafeicultura sul mineira adquire uma nova dinâmica. A produção cafeeira passou a constituir um elo de uma cadeia, negando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo. A resultante foi a constituição de um complexo agroindustrial cafeeiro e um posicionamento de preponderância na produção cafeeira nacional, que consolidou-se na década de 1990, apesar das recorrentes crises produtivas e da extinção do IBC.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história do agronegócio do café no Sul de Minas ocorreram processos que atuaram sobre o desenvolvimento sócio-econômico da região como um todo. A expansão do cafeeiro fez surgir uma paisagem nova – a paisagem do café. Onde era mata virgem, apareceram as fazendas auto-suficientes, emoldurando o planalto, povoando as vastas extensões do sul mineiro e provocando o crescimento de muitas cidades. Multiplicaram-se as vias férreas, substituindo as trilhas onde predominavam as tropas de burros (o traçado sinuoso das estradas de ferro antigas iam praticamente no “rastros” do café).

Pela sua distribuição geográfica, verificou-se que o café andou sempre atrás de terras boas. Em terras virgens, derrubava-se o mato, queimava-se, alinhava-se em nível (na medida do possível) e plantava-se. O perfil de ocupação de terras pela lavoura tomou novo rumo com a introdução dos fertilizantes, principalmente, a partir da década de 1970.

As técnicas tradicionais de cultivo anteriormente adotadas importavam na grande incorporação de terras virgens, plantio direto no campo, cultivo de outras culturas em meio ao cafezal, tanto durante sua maturação, quanto nos períodos de entressafra e um tratamento bastante primitivo da plantação. Esse processo permitiu que grandes investimentos fossem realizados na lavoura cafeeira durante a rápida evolução do plantio do produto no sul mineiro, principalmente no final do século XIX e início do século XX. Tornavam-se mínimos os custos desta aplicação, pois as rendas provenientes das outras lavouras compensavam largamente o custo da mão-de-obra, intensamente utilizada.

Todavia, após a crise de 1930, iniciaram-se pesquisas para o aprimoramento do cultivo do café. Novas técnicas foram adotadas, diferindo

substancialmente das tradicionais. Grande ênfase foi dada ao uso mais intensivo da terra, procurando-se atingir níveis mais altos de produção por hectare. Especial atenção foi dada à utilização mais eficiente do trabalho; foram incorporados novos tipos de plantas, com menores períodos de maturação e melhor rendimento e a utilização de fertilizantes, assim como a de defensivos agrícolas, desempenhou papel de destaque na produção de café do sul mineiro.

É importante notar que, embora os recursos agora requeridos sejam basicamente os mesmos do sistema tradicional, a diferenciação entre os dois processos se faz sentir na maneira em que são aproveitados. A utilização da mão-de-obra é ainda mais intensa e, sendo o trabalho um tanto mais técnico, sua rentabilidade se torna maior do que a atingida no sistema tradicional.

Na fase de produção é flagrante a utilização intensiva de mão-de-obra. Das dez sub-fases que a compõem, somente em quatro delas há possibilidades de aplicação de processos mecânicos, sendo, todavia, observado empiricamente que é insignificante a quantidade de fazendas que os utilizam, pois que a grande maioria se compõe de pequenos produtores, sem capital suficiente para elevar o índice tecnológico da cafeicultura.

A capina, a semeadura, a marcação do campo, o plantio e a própria conservação do cafezal são feitos tendo como base o trabalho humano. A utilização de processos de pulverização aérea é diminuta, sendo geralmente a aplicação do inseticida um trabalho também manual. Entretanto, na secagem e na fase que a precede, é possível o uso de sistemas mecanizados, embora o usualmente adotado também tenha como principal insumo a mão-de-obra.

Destaca-se, assim, historicamente, a cafeicultura sul mineira como grande fonte de empregos, não só pelo baixo grau de tecnologia adotado, mas também porque uma das características do sul mineiro é a topografia acidentada, o que dificulta a aplicação de máquinas, principalmente na colheita.

No sul mineiro, aglutinam-se as fases comercial e industrial, tendo em vista que a torrefadoras não se constituem, propriamente, em um setor manufatureiro. O pequeno grau de transformação do produto importa na perda de características fabris, participando assim mais ativamente da comercialização do que da industrialização do café. Desta maneira, uma fase de serviços que, se na produção e no beneficiamento é formada pelo trabalhador rural, aqui é constituída pela mão-de-obra urbana, característica fundamental do setor terciário.

A exportação ainda é a ênfase da produção cafeeira do sul mineiro, sendo o consumo interno relegado ao segundo plano, ao qual destinam-se os tipos e bebidas de café de menor qualidade. A cafeicultura do sul mineiro deveria concentrar esforços na ampliação do seu café *specialty*, que tem apresentado enorme crescimento devido às novas tendências do setor.

Outros pontos seriam a concentração de esforços na ampliação do mercado internacional tradicional, a conquista de novos mercados, e ainda, dedicar-se ao mercado interno brasileiro que é o terceiro maior consumidor de café do mundo e tem um potencial de crescimento superior aos dos países do ocidente, uma vez que o nosso consumo per capita é ainda inferior ao observado nestes países.

Há, atualmente, três segmentos distintos no agronegócio do café na região Sul de Minas Gerais: o primeiro é composto pela produção cafeeira, o segundo composto pela indústria de torrefação e moagem, e o terceiro segmento composto pela exportação. Esses e demais componentes da cadeia são os responsáveis pela configuração do atual agronegócio do café do Sul de Minas

Verificamos que o processo de formação do Complexo Agroindustrial do Café vem se sobrepondo a uma estrutura tradicional.

As características desta estrutura tradicional se consubstanciam no Sul de Minas por meio de certos aspectos típicos como o caráter personalista das

relações sociais, caracterizando um tipo de relacionamento primário. O longo período em que o café está presente no sul mineiro, sem sofrer uma ruptura séria de sua estrutura produtiva levou à formação da estrutura tradicional.

Outra característica desta estrutura tradicional é a falta de especialização, ou seja, a mescla de funções entre as atividades. Embora menos marcante do que em outras regiões, esses fatores apontam para uma cafeicultura permeada de valores e costumes, onde, apesar da industrialização e do surto de urbanização, a vinculação rural da população, quer por sua origem, quer por sua cultura, ainda não desapareceu.

A estrutura rural tradicional, paralelamente, reforça essas características. As formas de uso e distribuição do solo agrícola apresentavam uma configuração parcelada em minifúndios, pela partilha hereditária, motivada pelo crescimento demográfico.

No caso da cafeicultura, encontra-se um paradigma dos efeitos da modernização. Se, por um lado, quase sempre ela vem afetar o valor relativo dos recursos, especialmente a terra e a mão-de-obra, induzindo a uma utilização mais racional e rentável do ponto de vista privado, por outro surgem conflitos e competição pelos recursos: a terra é objeto de disputa entre produtos de exportação, mais rentáveis e produtos para o abastecimento interno; a mão-de-obra é disputada pela agricultura e pela indústria. Não se pretende aprofundar aqui o problema das disputas por fatores, mas salientar a melhor utilização do ponto de vista social. Na agricultura, dentro da perspectiva regional, pode-se exemplificar este fato pela utilização, na cafeicultura, das melhores terras.

Por fim, a modernização e seus impactos deve ser analisada do ponto de vista dos atores que a promovem e dos grupos para os quais ela gera benefícios.

A seguir, apresentaremos algumas sugestões para futuras pesquisas:

- 1) aprofundar ou ampliar o estudo da história do café na RSMG;
- 2) realizar pesquisas específicas nos agregados I, II e III;



3) empreender estudo de viabilidade do “selo de origem regional”, seguindo o exemplo do Café do Cerrado;

4) estudos nos elos da cadeia do café na RSMG.

Dificuldades de várias ordens, principalmente a financeira, uma vez que este trabalho foi empreendido com recursos próprios, limitaram a abrangência da investigação. A deficiência de estudos históricos no espaço sul-mineiro, a falta de um banco de dados sobre o café, aliado à inexistência de um espaço onde se concentrem os materiais documentais, iconográficos e literários com ênfase no café de Minas Gerais também dificultaram sobremaneira nossas investigações.

Por menores que sejam os elementos históricos resgatados por intermédio deste trabalho, por maiores que sejam as barreiras à sua realização, apesar de todas as dificuldades, o estudo foi empreendido.

Finalizando, salientamos que, além de analisar historicamente o café sul-mineiro, também construimos sua história, e este é um fato de inegável importância.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ-ABIC.** Industrialização e consumo interno de café no Brasil. Disponível: <http://www.abic.com.br> [capturado em 18 de out. de 1999].
- AGRICULTURA.** O elo perdido. Machado, n.7., p.6-7, ago./set. 1997.
- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A.** Unidades de produção agrícola e administração rural. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v.14, n.157, p.25-35, 1988.
- ALVES, E.** A pesquisa agrícola e a questão social. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v.8, n.93, p.3-4, 1982.
- ANTONIALLI, L. M.; FILETTO, F.; GONÇALVES, W. M.** Análise competitiva de quatro empresas do segmento industrial do agribusiness do café do sul de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.1, n.10, p.236-247, set. 1995.
- ANUÁRIO estatístico do café.** Rio de Janeiro: Oficina de Comunicação e Marketing, 1985. 103p.
- ANUÁRIO estatístico do café.** Rio de Janeiro: Oficina de Comunicação e Marketing, 1996. 107p.
- ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS.** A política cafeeira do Brasil 1850/1972: mercado livre, intervenção e planejamento racional. Rio de Janeiro: IBC, 1973. 31p.
- BACHA, C. J. C.** Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos. São Paulo: USP, 1988. 536p. (Tese - Doutorado em - Administração).
- BURKE, T.** A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p.6

- CAIXETA, G. Z. T. (Coord.). Cenário futuro do negócio agrícola de Minas Gerais: cenário futuro para cadeia produtiva de café em Minas Gerais. Belo Horizonte: EPAMIG, 1995. v. 7, 49p.**
- CAIXETA, G. Z. T. Importância da cafeicultura para o Brasil e para Minas Gerais, mercado cafeeiro mundial e a Organização Internacional do Café, ciclos de produção e preços, políticas brasileiras para o setor, políticas de preços e comportamento do mercado cafeeiro. [S.l.: s.n.], 1990. 20p. (mimeo.)**
- CAIXETA, G. Z. T. Importância sócio-econômica da cafeicultura em Minas Gerais. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.4, n.44, p.3-4, 1978.**
- CAIXETA, G. Z. T. Tendência do mercado de café do Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília, v.27, n.2, p.173-196, 1989.**
- CARNEIRO, J. M. A modernização tecnológica da agropecuária brasileira e a extensão rural. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.30, 1991.**
- CARVALHO, A. A freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua história. Jundiá: Ed. Gráfica Jundiá, 1998. 393p.**
- CERRI, L. F. Regionalismo e ensino de história. [on line], Revista de História Regional, v.1, n.1, p.4, 1996. Disponível: <http://www.uepg.br>**
- COHN, G. Problemas da industrialização no século XX. In: FAUSTO, B. Brasil em perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1984. p.283-316.**
- CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ - CNC. Política do café. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística, 1932. 78p.**
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: Papyrus, 1995. 254p.**
- CRUZ FILHO, M. F. Café: fonte de empregos e de divisas. Rio de Janeiro: - IBC/ARP, 1974. p.7-25.**
- DIAGNÓSTICO da Economia Mineira, [c.a 1966], autor?, 177p.**
- DIAGNÓSTICO municipal. Varginha: Sebrae-MG, 1995. 104p.**
- DONATO, H. A revolução de 32. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. 224p.**

**DUQUE, H. M. A luta pela modernização da economia cafeeira: assim agem a multinacionais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. v.4, 207p.**

**EXAME. Minas Gerais em exame. São Paulo, v.31, n.8, 22p., abr. 1998.**

**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE MINAS GERAIS - FAEMG. Diagnóstico da cafeicultura em Minas Gerais. Belo Horizonte: FAEMG, 1996. 56p. (Relatório de Pesquisa).**

**FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: BORIS, F. História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano III: 1. estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985. p. 193-248.**

**FERREIRA FILHO, M. G. A intervenção do estado na economia: o caso do café. Caderno da UNB. Brasília: UNB, 1985. 83p.**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. Extensão da rede ferroviária em tráfego, segundo as Unidades de Federação - 1883-1977. In: Estatísticas históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: FIBGE, 1987. v.3.**

**FILETTO, F.; ANTONIALLI, L. M.; GONÇALVES, W. M. Relações entre o setor varejista de supermercados da dimensão de distribuição e a dimensão industrial de torrefação e moagem do agrusiness do café da microrregião do vale do Rio Grande no sul de Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 20., 1996, Angra dos Reis. Anais... Angra dos Reis: ENANPAD, 1996. p.?**

**FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 12.ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1974. 284p.**

**FURTADO, C. A estrutura agrária no desenvolvimento brasileiro. In: FURTADO, C. Análise do modelo brasileiro. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 122p.**

**GNACCARINI, J. C. Latifúndio e proletariado (formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural). São Paulo: POLIS, 1980. 185p.**

**GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndios. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 255p.**

- GUIMARÃES, J. M. P. Retorno de investimentos da cultura do café: um estudo de caso no sul de Minas Gerais. Lavras: ESAL, 1990. 82p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).**
- GURGEL, J. B. S.; BERNARDES, H. M. Intervenções oficiais e órgãos cafeeiros do Brasil. Rio de Janeiro: ARP/IBC, 1974. 60p.**
- HOLANDA FERREIRA, A. B. de. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 545p.**
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. n.p.**
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ - IBC. A política cafeeira do Brasil 1850/1972: mercado livre, intervenção e planejamento racional. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, v.27, n.s, p.?, maio 1973.**
- KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVEIRA, J. M. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, P.; FONSECA, R. B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In. DELGADO, G.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.**
- KUBITSCHKE, J. Porque construí Brasília. Brasília: Bloch, 1975. 351p.**
- LAMOUNIER, B.; ALMEIDA, M.H.T. Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Brasília: IPEA, 1994. 25p. (Estudos de Política Agrícola, 9)**
- LEITE, I. R. F. Fé e esperança na cafeicultura. Revista do Café, Rio de Janeiro, v.75, n.789, p.35, maio/out. 1995.**
- LIMA, H. F. A evolução da produção cafeeira no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n.123, p.540, nov./dez. 1954.**
- LIMA, H. F. História política-econômica e industrial do Brasil. São Paulo: Nacional, 1976. 434p.**
- LIMA, J. H. Café e indústria em Minas Gerais: 1870-1920. Petrópolis: Vozes, 1981. 108p.**

- LIMA, S. A. A sustentação dos preços ao longo da história: tradição de intervenções. *Revista do Café*, Rio de Janeiro, v.75, n.789, p.23-27, maio/out. 1995.
- LOGATO, E. S. Efeitos das políticas econômicas sobre a cafeicultura mineira – 1970/90. Viçosa: UFV, 1994. 137p. (Dissertação - Mestrado em Economia Rural).
- MATIELLO, J. B. *O café: do cultivo ao consumo*. São Paulo: Globo, 1991. 320p.
- MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. *Marketing e agribusiness*. São Paulo: Atlas, 1993. 202p.
- MEYER, L. F. F. *Modernização da agricultura e desenvolvimento sustentado: o caso de Minas Gerais – 1970 a 1985*. Viçosa: UFV, 1997. 149p. (Dissertação - Mestrado em Economia Rural).
- MINAS gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 1492p.
- MOTA, C. G. (coord.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1984. 367p.
- MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989. 149p.
- NASCIMENTO, A. S. dos; CESAR, A. A indústria do solúvel. *Revista do Comércio do Café*, Rio de Janeiro, v.59, n.643, p.2, 1979.
- OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. 4.ed., Petrópolis: CEBRAP/Vozes, 1981. n.p.
- PONCIANO, N. J. *Segmento exportador da cadeia agroindustrial do café brasileiro*. Viçosa: UFV, 1995. 128p. (Dissertação - Mestrado em Economia Rural).
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970. 355p.
- PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 173p.

- ROMERO, J. P.; ROMERO, J. C. P. Cafeicultura prática: cronologia das publicações e dos fatos relevantes. São Paulo: Ceres, 1997. 400p.**
- SAINTE-HILAIRE, A. Viagem às nascentes do rio São Francisco. São Paulo: EDUSP, 1975. 190p.**
- SANTANA, A. C. A dinâmica do complexo agroindustrial e o crescimento econômico. Viçosa: UFV, 1994. 302p. (Tese - Doutorado em Economia Rural).**
- SANTANA, D. P.; NAIME, U. J. Solos mais favoráveis para a cafeicultura. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.4, n.44, p.9-11, 1978.**
- SAUER, A. Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1885. n.p.**
- SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207p.**
- SHIKIDA, P. F. A. A evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais de 1705 a 1955. Piracicaba: ESALQ/USP, 1992. 154p. (Dissertação - Mestrado em Economia Agrária).**
- SILVA, H. História da república brasileira: a era Vargas. São Paulo: Ed. Três, 1998. 138p.**
- SILVA, S. de M. Competitividade do agronegócio do café na região sul de Minas Gerais. Lavras: UFLA, 1998. 125p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).**
- SILVEIRA, R. M. G. Região e história: questão de método. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.17-49**
- SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Nacional, 1977. 377p.**
- SKIDMORE, T. E. Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964). 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. n.p.**
- SOBRAL, E. Novas embalagens agitam o mercado. SuperHiper, São Paulo, v.20, n.9, p.74-82, 1994.**

- SUL de Minas: um potencial para a interiorização do desenvolvimento - análise.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978. 312p.
- SUPERHIPER.** São Paulo, v.20, n.9, p.23-31, 1994.
- SUPERHIPER. O supermercado, produto do trabalho de muitos.** São Paulo, v.19, n.10, p.230-231, 1993.
- TAUNAY, A. de E. Pequena história do café no Brasil (1727-1937).** Rio de Janeiro: DNC, 1945. p.?
- TEIXEIRA, A. Planejamento público: de Getúlio a JK (1930 - 1960).** Fortaleza: IPLANCE, 1997. 221 p.
- VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil. Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.1-58, jan./mar. 1967.
- ZACCARELLI, S. B. Administração estratégica da produção.** São Paulo: Atlas, 1990. p.?
- ZEMELLA, M. P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990. 247p.
- ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E. M. M. Q.; SANTOS, R da C. O sistema agroindustrial do café: um estudo do agribusiness do café visto como a chave da competitividade.** Porto Alegre: ORTIZ, 1993. 277p.



## ANEXO

### Comarcas produtoras de café no Sul de Minas Gerais em 1884

| <b>Comarca de Caldas</b>  |             |                  |                   |              |                  |
|---|-------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|
| <b>2.550.000 pés de café.</b>   |             |                  |                   |              |                  |
| <b>212 fazendeiros cafeicultores.</b>   |             |                  |                   |              |                  |
| <b>Estações ferroviárias de acesso a exportação (Estrada de Ferro Mogiana): Casa Branca, Caldas e Guassu.</b> |             |                  |                   |              |                  |
| <b>Frete variando de 500 R\$ à 4\$000 por arroba.</b>   |             |                  |                   |              |                  |
| Localidade  | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação       |
| Cabo Verde  | 800.000     | 38               | Casa Branca       | 1\$000       | 20.000@ exp./ano |
| São José dos Botelhos   | 250.000     | 15               | Caldas            | 3\$500       | -                |
| Santa Rita do Rio Claro   | 500.000     | 46               | -                 | 4\$000       | -                |
| Santa Rita de Cássia  | 100.000     | 6                | -                 | 2\$000       | -                |
| N <sup>ra</sup> Sra. da Saúde das Águas de Caldas   | -           | -                | Caldas            | 2\$000       | -                |
| São Sebastião do Jaguary  | 600.000     | 37               | Guassú            | 500 R\$      | -                |
| N Sra. do Carmo do Campestre  | 300.000     | 16               | Caldas            | 3\$500       | -                |

| <b>Comarca de Lavras</b>  |             |                  |                   |              |            |
|---|-------------|------------------|-------------------|--------------|------------|
| <b>110.000 pés de café.</b>   |             |                  |                   |              |            |
| <b>8 fazendeiros cafeicultores.</b>   |             |                  |                   |              |            |
| <b>Estações ferroviárias de acesso a exportação (Estrada de Ferro Oeste de Minas): São João del Rei e Divisa.</b> |             |                  |                   |              |            |
| <b>Frete variando de 3\$000 a 3\$200.</b>   |             |                  |                   |              |            |
| Localidade  | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação |
| São João Nepomuceno   | 100.000     | 7                | São João del Rey  | 3\$200       | -          |
| São Bom Jesus da Canna Verde  | 10.000      | 1                | Divisa            | 3\$000       | -          |

| <b>Comarca de Chrystina</b>   |                    |                         |                          |                     |                   |
|---|--------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------|-------------------|
| <b>300.000 pés de café.</b>   |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>20 fazendeiros cafeicultores.</b>  |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>Estações ferroviárias de acesso a exportação (através das Estradas de Ferro Rio-Minas e Dom Pedro II): Cachoeira, Passa Quatro e Soledade.</b> |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>Frete variando de 800RS a 10\$000.</b>   |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>Localidade</b>   | <b>Pés de café</b> | <b>Produtos de café</b> | <b>Estação de acesso</b> | <b>Frete/arroba</b> | <b>Observação</b> |
| <b>N Sra. da Conceição da Virgínia</b>  | 100.000            | 10                      | Cachoeira e Passa Quatro | 800 RS              | -                 |
| <b>Santa Catharina</b>  | -                  | 3                       | -                        | -                   | -                 |
| <b>São Sebastião da Pedra Branca</b>  | 200.000            | 7                       | Cachoeira e Soledade     | 10\$000             | 1.000@ exp./ano   |

| <b>Comarca do Rio Jacuhy</b>   |                    |                         |                          |                     |                   |
|--|--------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------|-------------------|
| <b>3.400.000 pés de café.</b>  |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>221 fazendeiros cafeicultores.</b>  |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>Estação ferroviária de acesso à exportação (Estrada de Ferro Mogiana): Casa Branca.</b> |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>Frete variando de 3\$000 a 4\$800.</b>  |                    |                         |                          |                     |                   |
| <b>Localidade</b>  | <b>Pés de café</b> | <b>Produtos de café</b> | <b>Estação de acesso</b> | <b>Frete/arroba</b> | <b>Observação</b> |
| <b>Alfenas</b>   | -                  | -                       | -                        | 3\$500              | -                 |
| <b>São Joaquim da Serra Negra</b>  | -                  | 28                      | -                        | 3\$500              | -                 |
| <b>São Sebastião do Areado</b>   | 800.000            | 45                      | Casa Branca              | 3\$300              | 20.000@ exp./ano  |
| <b>Conceição da Boa Vista</b>  | 300.000            | 21                      | -                        | 3\$200              | -                 |
| <b>Carmo do Rio Claro</b>  | -                  | 11                      | -                        | 3\$800              | -                 |
| <b>São Carlos do Jacuhy</b>  | 600.000            | 48                      | Casa Branca              | 4\$800              | 10.000@ exp./ano  |
| <b>São Fco. Das Chagas do Monte Santo</b>  | 1.000.000          | 21                      | -                        | -                   | 60.000@ exp./ano  |
| <b>Santo Antônio do Machado</b>  | 500.000            | 36                      | -                        | -                   | -                 |
| <b>Carmo da Escaramuça</b>   | 200.000            | 11                      | -                        | 3\$000              | 1.000@ exp./ano   |

**Comarca de Itatiaia**

**800.000** pés de café.

**81** fazendeiros cafeicultores.

Estação ferroviária de acesso à exportação (Estrada de Ferro Dom Pedro II):

**Divisa.**

Frete variando de **500 R\$ a 1\$000.**

| Localidade                   | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação |
|------------------------------|-------------|------------------|-------------------|--------------|------------|
| Ayruoca                      | -           | 66               | -                 | 1\$000       | -          |
| Santo Antônio do Passa Vinte | 800.000     | 15               | Divisa            | 500 R\$      | -          |

**Comarca de Baependy**

**180.000** pés de café.

**11** fazendeiros cafeicultores.

Estação ferroviária de acesso à exportação (Estrada de Ferro Rio-Minas): **Boa Vista.**

Frete variando de **1\$200 a 1\$500.**

| Localidade          | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação        |
|---------------------|-------------|------------------|-------------------|--------------|-------------------|
| Baependy            | -           | -                | -                 | 1\$200       | Sem café          |
| São Tomé das Letras | 80.000      | 5                | Boa Vista         | 1\$500       | -                 |
| Campanha            | -           | -                | -                 | -            | Início da cultura |
| Águas Virtuosas     | 100.000     | 6                | -                 | -            | -                 |

### Comarca de Muzambinho

**1.400.000 pés de café.**

**111 fazendeiros cafeicultores.**

**Estação ferroviária de acesso à exportação (Estrada de Ferro Mogiana): Casa Branca.**

**Frete variando de 3\$500 a 5\$000.**

| Localidade                   | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação       |
|------------------------------|-------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|
| Muzambinho                   | 800.000     | 83               | Casa Branca       | 3\$500       | -                |
| Santa Barbara das Canoas     | 600.000     | 10               | Casa Branca       | 5\$000       | 40.000@ exp./ano |
| N. Sra. Das Dores de Guaxupé | -           | 18               | -                 | 3\$500       | -                |

### Comarca de Jaguary

**3.370.000 pés de café.**

**254 fazendeiros cafeicultores.**

**Estação ferroviária de acesso à exportação: São José dos Campos, Penha do Rio do Peixe, Estrada de Ferro Penha e Cachoeira.**

**Frete variando de 800 R\$ à 4\$500.**

| Localidade                        | Pés de Café | Produtos de café | Estação de acesso                     | Frete/arroba | Observação       |
|-----------------------------------|-------------|------------------|---------------------------------------|--------------|------------------|
| Jaguary                           | 100.000     | -                | São José dos Campos e Pindamonhangaba | 800 R\$      | -                |
| Ouro Fino                         | 200.000     | 18               | Penha do Rio do Peixe                 | 1\$200       | 6.000@ exp./ano  |
| Santo Antônio da Jacotinga        | 1.600.000   | 101              | Mogi-Mirim                            | 1\$600       | 50.000@ exp./ano |
| N. Sra. da Conceição do Monte São | 1.000.000   | 80               | Penha do Rio do Peixe                 | 900 R\$      | 30.000 exp./ano  |
| Sr. Bom Jesus do Campo Mystico    | 200.000     | 22               | Por São Paulo                         | 1\$200       | -                |
| São Sebastião da Ventania         | -           | -                | Por São Paulo                         | 3\$800       | -                |
| Santa Rita de Cássia              | -           | 14               | Por São Paulo                         | 4\$500       | -                |
| Pouso Alegre                      | 100.000     | 7                | Cachoeira e Pindamonhangaba           | 1\$000       | -                |
| Sapucahy                          | 150.000     | 12               | Cachoeira                             | 800 R\$      | -                |
| São José do Congonhal             | 20.000      | -                | Pindamonhangaba                       | 1\$100       | -                |

### Comarca do Rio Verde

**1.650.000 pés de café.**

**88 fazendeiros cafeicultores.**

**Estações ferroviárias de acesso à exportação: Boa Vista e Cachoeira.**

**Frete variando de 800 R\$ a 3\$500.**

| Localidade                      | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação      |
|---------------------------------|-------------|------------------|-------------------|--------------|-----------------|
| Sr. Bom Jesus do Lambary        | 50.000      | 3                | Boa Vista         | 1\$300       | -               |
| Espírito Santo da Mutuca        | 200.000     | 11               | -                 | 3\$000       | 6.000@ exp./ano |
| São Gonçalo do Sapucahy         | 500.000     | 23               | Boa Vista         | 1\$500       | -               |
| Santa Rita do Sapucahy          | 500.000     | 17               | Cachoeira         | 800 R\$      | -               |
| São Fco. de Paula do Machadinho | 300.000     | 28               | -                 | 3\$500       | -               |
| N. Sra. da Piedade do Retiro    | 100.000     | 10               | Cachoeira         | 2\$500       | -               |

### Comarca de Pouso Alto

**300.000 pés de café.**

**22 fazendeiros cafeicultores.**

**Estação ferroviária de acesso à exportação (Estrada de Ferro Dom Pedro II): Boa Vista.**

**Frete variando de 400 R\$ a 700 R\$.**

| Localidade       | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso | Frete/arroba | Observação                  |
|------------------|-------------|------------------|-------------------|--------------|-----------------------------|
| São José do Picú | 100.000     | 10               | Boa Vista         | 500 R\$      | Extremo de MG pelo lado sul |
| Pouso Alto       | 200.000     | 12               | Boa Vista         | 700 R\$      | -                           |

| <b>Comarca de Três Pontas</b>  |             |                  |                     |              |            |
|--|-------------|------------------|---------------------|--------------|------------|
| <b>820.000 pés de café.</b>  |             |                  |                     |              |            |
| <b>44 fazendeiros cafeicultores.</b>   |             |                  |                     |              |            |
| <b>Estações ferroviárias de acesso à exportação: Boa Vista e Navegação Fluvial a Vapor pelo Rio Verde.</b> |             |                  |                     |              |            |
| <b>Frete variando de 1\$800 a 3\$500.</b>  |             |                  |                     |              |            |
| Localidade   | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso   | Frete/arroba | Observação |
| Carmo da Cachoeira   | 400.000     | 17               | Boa Vista           | 1\$800       | -          |
| Espírito Santo da Varginha   | -           | -                | Navegação Rio Verde | 2\$900       | -          |
| N. Sra. do Rosário do Córrego do Ouro  | 30.000      | -                | -                   | -            | -          |
| Sant'anna da Várzea  | 20.000      | 1                | Boa Vista           | 3\$200       | -          |
| Carmo do Campo Gde   | 120.000     | 8                | -                   | 3\$500       | -          |
| Três Pontas  | -           | -                | -                   | 3\$200       | -          |
| Espírito Santo do Coqueiros  | 200.000     | 5                | Boa Vista           | 3\$500       | -          |
| Dores da Boa Esperança   | 50.000      | 13               | Boa Vista           | 3\$200       | -          |

| <b>Comarca de Itajubá</b>   |             |                  |                           |              |                  |
|---|-------------|------------------|---------------------------|--------------|------------------|
| <b>3.160.000 pés de café.</b>   |             |                  |                           |              |                  |
| <b>96 fazendeiros cafeicultores.</b>  |             |                  |                           |              |                  |
| <b>Estações ferroviárias de acesso à exportação: Cachoeira, Pindamonhangaba e Lorena.</b> |             |                  |                           |              |                  |
| <b>Frete variando de 1\$000 a 7\$000.</b>   |             |                  |                           |              |                  |
| Localidade  | Pés de Café | Produtos de café | Estação de acesso         | Frete/arroba | Observação       |
| Itajubá   | 500.000     | 12               | -                         | -            | -                |
| São Caetano da Vargem Grande  | 1.000.000   | 38               | Cachoeira, Lorena e Pinda | 3\$000       | -                |
| N. Sra. Da Soledade de Itajubá  | 80.000      | 3                | Cachoeira                 | 1\$000       | -                |
| São José do Paraíso   | 800.000     | 16               | Pinda                     | 6\$000       | -                |
| N. Sra. Da Consolação de Capivary   | 200.000     | 16               | Pinda                     | 2\$500       | -                |
| Conceição dos Ouros   | 80.000      | 5                | Pinda                     | 7\$000       | -                |
| São João Batista das Cachoeiras   | 500.000     | 6                | Pinda                     | 7\$000       | 20.000@ exp./ano |

**Comarca de Passos****1.000.000 de pés de café.****47 fazendeiros cafeicultores.****Estação ferroviária de acesso à exportação: Casa Branca.****Frete à 4\$000 por arroba**

| Localidade                        | Pés de café | Produtos de café | Estação de acesso                 | Frete/arroba | Observação       |
|-----------------------------------|-------------|------------------|-----------------------------------|--------------|------------------|
| Passos                            | -           | 6                | -                                 | 4\$000       | -                |
| São Sebastião do Paraíso          | 1.000.000   | 27               | Casa Branca                       | -            | 40.000@ exp./ano |
| N. Sra. das Dores do Aterrado     | -           | 6                | Fronteira com São Paulo a 1 légua | -            | -                |
| Divino Espírito Santo da Pratinha | -           | 8                | -                                 | 4\$000       | -                |

**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO**  
**CEDOC/DAE/UFLA**